



TCU DÁ PRAZO DE 15 DIAS PARA FAZENDA, CAIXA E BB ESCLARECEREM FEDERALIZAÇÃO DO BRB

O ministro Bruno Dantas, do TCU (Tribunal de Contas da União), deu um prazo de 15 dias para Ministério da Fazenda, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil prestarem esclarecimentos sobre eventuais estudos, documentos e tratativas para uma federalização do BRB (Banco de Brasília). O pedido se estende ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

Como revelou a Folha de S. Paulo no dia 14 de fevereiro, a possibilidade de federalização passou a ser considerada nas negociações de salvamento do BRB após o envolvimento do banco do governo do Distri-

to Federal no escândalo do caso Master.

O BRB comprou carteiras de crédito fraudadas do Master; participou de uma tentativa fracassada de aquisição do banco de Daniel Vercaro e agora enfrenta dificuldades para cobrir o prejuízo gerado por essas operações. O seu controlador, o governo do Distrito Federal, terá que fazer um aporte de capital para evitar um desenquadramento nas regras do Banco Central.

Bruno Dantas foi sorteado relator de representação apresentada pelo Ministério Público junto ao TCU sobre possíveis tratativas e desdobramentos relacionados à federalização do BRB.

O pedido foi apresentado pelo procurador Lucas Furtado, com base na reportagem da Folha de S. Paulo que abordava também as dificuldades reputacionais e de liquidez enfrentadas pela instituição distrital, além de alternativas aventadas no mercado para equacionamento da situação.

De acordo com o despacho de Dantas, em resposta às diligências, o BB e Caixa terão que apresentar estudos, notas técnicas, grupos de trabalho, deliberações internas ou outro ato preparatório, com análise de aquisição, participação societária, operação de crédito, modelagem de solução para absorção ou federalização.

Folhapress



DESTAQUES DO DIA

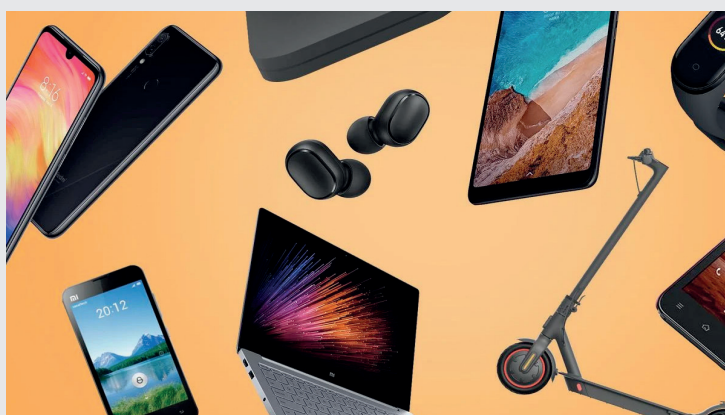


IPCA-15 acelera com reajuste de mensalidades escolares e fica acima do esperado em fevereiro

Alckmin diz que acordo UE-Mercosul deve entrar em vigor até o fim de maio

Flávio diz que Tarcísio quer coordenar campanha em SP e que cabe a governador escolher próprio vice

Governo derruba alta de imposto para smartphones e eletrônicos



Amazon busca fazer a diferença na batalha para treinar IA



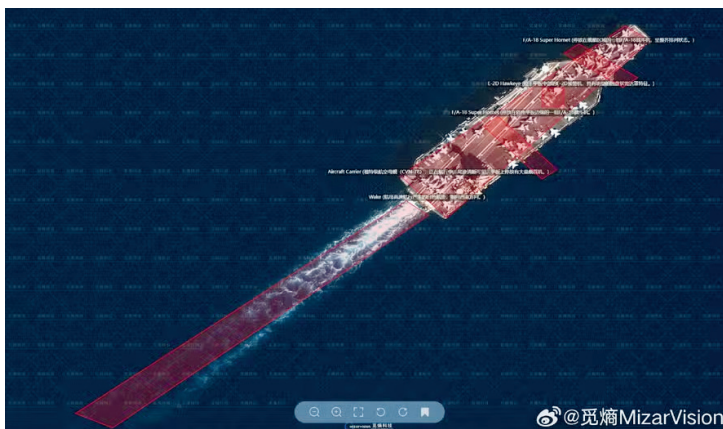
NO MUNDO

Imagens de satélite da China expõem forças dos EUA contra o Irã

A tor secundário na intrincada política do Oriente Médio, a China está presente de forma pouco usual na atual crise entre os Estados Unidos e o Irã, seu principal aliado regional.

Desde que Donald Trump decidiu escalar dramaticamente a presença militar americana na região para forçar Teerã a capitular e desistir de seu programa nuclear, em janeiro, a principal fonte de comprovações públicas da movimentação dos EUA é a MizarVision.

Trata-se de uma empresa chinesa de análise baseada em imagens de satélites comerciais, fundada em 2021 em Xangai. Apesar de privada, é vista nos meios de inteligência ocidentais como uma aliada fundamental das Forças Armadas de Xi Jinping. Saíram de seu escritório fotos mostrando sistemas antiaéreos Patriot deslocados para o Qatar, aviões-radar E-3 Sentry na Arábia Saudita, dezenas de



cargueiros, aviões-tanque e caças na Jordânia.

Nesta semana, duas cerejas para o bolo: a presença de 11 caças de quinta geração F-22 numa inédita estadia em base israelense, no caso Ovda no sul do país, e o reforço com modelos F-16 e aviões de reabastecimento, patrulha e transporte na ilha de Diego Garcia, no Índico.

Essa última revelação tem especial relevância, pois a base britânica no território que Londres vai devolver às Ilhas Maurício é a mais conveniente para o emprego de bombardeiros fora do alcance

de mísseis iranianos.

O Reino Unido por ora tem vetado isso, mas a movimentação de material de apoio e caças nesta semana pode indicar alguma mudança, nem que seja como diversionismo: no ano passado, Trump posicionou seis bombardeiros furtivos ao radar B-2 na ilha, mas acabou atacando o Irã com aviões enviados dos próprios EUA.

A MizarVision faz, desta forma, um serviço análogo ao de empresas americanas como a Maxar, mas se há algo que os EUA não precisam é de satélites espionados privados.

Folhapress

Trump diz que não tomou decisão sobre Irã, mas alerta: "Não estou feliz"

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, disse na sexta-feira (27) que "não está feliz" com a forma como o Irã está negociando, mas afirmou que haverá novas discussões e que ainda não tomou nenhuma decisão final sobre o que fazer.

"Não estou feliz com o fato de eles não estarem dispostos a nos dar o que precisamos", disse Trump a repórteres ao sair da Casa Branca para uma viagem ao Texas.

"Não estou nada contente com isso, vamos ver o que acontece, conversaremos mais tarde. Teremos algumas conversas adicionais hoje", comentou.

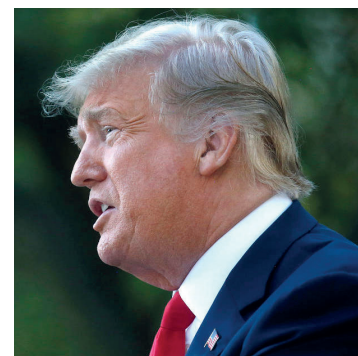
Trump acrescentou que "ainda não tomamos uma decisão final", reiterando que o Irã não pode ter armas nucleares.

"Não estamos exatamente felizes com a forma como eles estão negociando e, repito, eles não podem ter armas nucleares", adicionou.

Questionado sobre se possíveis ataques dos EUA poderiam levar a um conflito prolongado no Oriente Médio, o presidente disse que existe algum risk.

"Acho que se pode dizer que sempre há um risco. Sabe, quando há guerra, há risco em tudo, tanto para o bem quanto para o mal."

CNN



Paquistão declara guerra ao Afeganistão; ataques mútuos matam quase 300 pessoas



O Paquistão e o Afeganistão trocaram

ataques e bombardeios nesta quinta-feira (26), e o ministro da Defesa de Islamabad, Khawaja Asif, declarou "guerra aberta" contra o Talibã, o regime fundamentalista que hoje governa o território afegão. A Força Aérea paquistanesa bombardeou as cidades de Cabul e Kandahar como retaliação a ataques do Afeganistão na fronteira entre os dois países da Ásia.

"Nossa paciência chegou ao limite. A partir de agora, é uma guerra aberta entre nós e vocês [o Talibã]", escreveu Asif nas redes sociais.

Os ataques mútuos mataram quase 300 pessoas.

Ahmed Sharif Chaudhry, o porta-voz das Forças Armadas do Paquistão, afirmou nesta sexta-feira (27) que 274 combatentes talibãs foram mortos, com 22 alvos militares destruídos. Segundo ele, ao menos 12 soldados paquistaneses morreram.

Já Zabihullah Mujahid, o representante afegão, havia afirmado na quinta que 55 soldados paquistaneses foram mortos e 19 postos tomados, enquanto 8 combatentes talibãs foram mortos e 11 feridos, além de outros 13 civis feridos em Nangarhar.

Os ataques foram uma resposta à decisão do governo paquistanês de agir contra combatentes islâmicos que realizam atentados

no Paquistão vindos de bases em território afegão, de acordo com o governo em Islamabad. Cabul nega dar refúgio a essas facções.

"Depois dos ataques aéreos contra Cabul, Kandahar e outras províncias, realizamos operações de represália em grande escala contra posições de soldados paquistaneses", disse na quinta o porta-voz Mujahid. Na sexta, ele disse que o Afeganistão quer resolver o conflito por meio do diálogo.

No dia anterior, após as ofensivas, o primeiro-ministro paquistanês, Shehbaz Sharif, disse que as forças de seu país "têm plena capacidade para esmagar quaisquer ambições agressivas" do vizinho afegão.

Folhapress

DATA
MERCANTIL

São Paulo

● JORNAL DATA MERCANTIL LTDA.
CNPJ nº 35.960.818/0001-30
Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000

● Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br

● EDITORIAL: Daniela Camargo
● COMERCIAL: Tiago Albuquerque
● Serviço Informativo: FolhaPress, Agência Brasil, Senado, Câmara, Istoé-Dinheiro, Notícias Agrícolas.

Rodagem:
Diária

Fazemos parte
da



ECONOMIA

IPCA-15 acelera com reajuste de mensalidades escolares e fica acima do esperado em fevereiro



Pressionada por mensalidades escolares e passagens aéreas, a inflação medida pelo IPCA-15 (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15) acelerou a 0,84% em fevereiro, apontam dados divulgados nesta sexta (27) pelo IBGE.

O resultado surpreendeu o mercado financeiro ao ficar bem acima das projeções. Na mediana, as estimativas sinalizavam alta de 0,57%, conforme a agência Bloomberg. O intervalo das previsões ia de 0,45% a 0,65%.

Isso significa que o IPCA-15 superou até a máxima projetada pelos analistas consultados pela agência. O índice do IBGE havia subido 0,2% em janeiro.

No acumulado de 12 meses, o movimento foi diferente. O IPCA-15 desacelerou a 4,1%, após marcar 4,5% até janeiro. A perda de força nesse recorte está associada a uma questão estatística.

O índice mensal havia subido mais em fevereiro de 2025 (1,23%). Essa variação deixa o cálculo de 12 meses e é substituída por uma menor (0,84%).

Apesar da surpresa com o IPCA-15 deste mês, analistas ainda esperam que o BC (Banco Central) comece a cortar a taxa básica de juros (Selic) na próxima reunião do Copom, em março.

O resultado de fevereiro, porém, tende a reforçar a cautela da instituição no próximo mês e pode

dificultar uma redução mais intensa da Selic, de acordo com economistas. A taxa de juros está em 15% ao ano.

A economista Claudia Moreno, do C6 Bank, afirma que as surpresas do IPCA-15 se concentraram em componentes mais voláteis, que costumam oscilar mais. Ela cita os exemplos da passagem aérea (11,64%) e do seguro de veículo (5,62%).

Segundo Claudia, o BC deve fazer um "corte gradual" de 0,25 ponto percentual na Selic, que sairia de 15% para 14,75% em março.

A economista Mariana Rodrigues, da SulAmerica Investimentos, também aponta surpresas no IPCA-15 com passagens aéreas e seguro de veículo.

Folhapress

BNDES vai destinar mais R\$ 70 bi para o programa Nova Indústria Brasil

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Social e Econômico (BNDES), Aloizio Mercadante, anunciou nesta sexta-feira (27), em São Paulo, a ampliação de recursos para o Nova Indústria Brasil. Segundo ele, até o fim deste ano o banco vai destinar mais R\$ 70 bilhões para o programa, somando um total de R\$ 370 bilhões desde que o programa foi lançado em janeiro de 2024.

"Nós estamos anunciando hoje, aqui, que estamos aumentando em mais R\$ 70 bilhões de crédito. Entregamos R\$ 300 bilhões, e vamos entregar até o final deste ano, R\$ 370 bilhões",

disse Mercadante, ao lado do vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin.

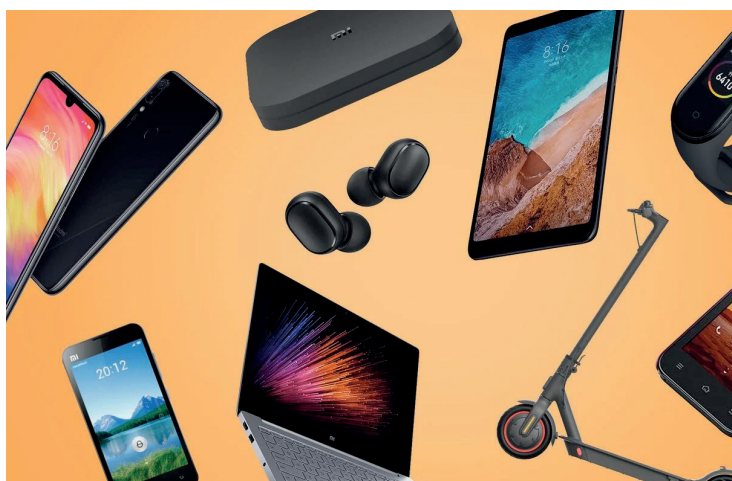
A Nova Indústria Brasil (NIB) é uma política industrial lançada pelo governo federal no início de 2024, com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento da indústria nacional até 2033.

O programa usa instrumentos tradicionais de políticas públicas, como subsídios, empréstimos com juros reduzidos, ampliação de investimentos federais, incentivos tributários e fundos especiais para estimular alguns setores da economia.

Elaine Patrícia Cruz/ABR



Governo derruba alta de imposto para smartphones e eletrônicos



Após repercussão negativa no Congresso e nas redes sociais, o governo federal decidiu revogar parte do aumento do imposto de importação sobre produtos eletrônicos e bens de capital anunciado no início do mês.

A medida foi aprovada nesta sexta-feira (27) pelo Comitê-Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior (Gecex), vinculado à Câmara de Comércio Exterior (Camex).

A decisão restabelece as alíquotas anteriores para 15 produtos de informática, incluindo smartphones e notebooks. A Camex também zerou a tarifa de importação para 105 itens

classificados como bens de capital (máquinas e equipamentos usados na produção) e produtos das áreas de informática e telecomunicações.

Nos dois casos, a redução de tarifas de importação ocorre por meio do mecanismo de ex-tarifário, que reduz alíquotas para itens sem produção de similar ou equivalente no Brasil.

Com o recuo, a alíquota de importação de smartphones retorna a 16%. A proposta anterior previa elevação para 20%. Em alguns casos, o aumento poderia chegar a até 7,2 pontos percentuais.

Também tiveram as tarifas restabelecidas produtos

como notebooks, que retornam à alíquota original de 16%; gabinetes com fonte de alimentação (10,8%); placas-mãe (10,8%); mouses e track-balls (10,8%); mesas digitalizadoras (10,8%) e unidades de memória SSD (10,8%).

Segundo o governo, as alterações passam a valer a partir da publicação da resolução no Diário Oficial da União. A lista completa de produtos beneficiados está disponível no site da Camex.

O aumento inicial atingia cerca de 1,2 mil itens e gerou reação de parlamentares da oposição e de setores empresariais, que alertaram para possível impacto nos preços ao consumidor. ABR

POLÍTICA

Alckmin diz que acordo UE-Mercosul deve entrar em vigor até o fim de maio



O vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) disse nesta sexta-feira (27) que o acordo comercial entre o Mercosul e a União Europeia deve entrar em vigor até o fim de maio. Segundo ele, a expectativa é que o Senado aprove o texto nas próximas duas semanas, permitindo a sanção pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ainda em março.

"Se a gente conseguir resolver tudo em março, até o fim de maio o acordo já pode estar em vigência", afirmou Alckmin, durante entrevista a jornalistas em São Paulo.

O governo já encaminhou à Casa Civil uma proposta de decreto presidencial que regulamenta as salvaguardas previstas

no acordo -mecanismos que permitem suspender temporariamente a redução de tarifas de importação em caso de aumento repentino das compras externas, ou surto de importações.

Segundo Alckmin, a medida busca atender preocupações de setores do agronegócio e da indústria, que temem perda de competitividade com a abertura comercial.

"Sempre há essa preocupação de que, ao abrir o mercado, possa haver um surto de importação. O acordo prevê um capítulo inteiro sobre salvaguardas, mas isso precisa ser regulamentado para poder ser aplicado", disse.

O decreto estabelece regras para a suspensão

temporária da chamada desgravação tarifária --processo gradual de redução de impostos de importação previsto no acordo. De acordo com Alckmin, as tarifas não serão zeradas de forma imediata para todos os produtos.

"No caso do vinho, por exemplo, a tarifa será reduzida ao longo de oito anos, e, no caso do espumante, em até 12 anos. Só no último ano é que a alíquota chega a zero", afirmou.

A lógica da abertura comercial, segundo o vice-presidente, é ampliar o acesso da população a produtos de melhor qualidade e menor preço, ao mesmo tempo em que se estimula ganhos de eficiência.

Folhapress

STF tem maioria para liberar emendas de Ramagem e Eduardo a suplentes

O STF (Supremo Tribunal Federal) formou maioria nesta sexta-feira (27) para referendar a decisão do ministro Flávio Dino que desbloqueou as emendas parlamentares apresentadas ao Orçamento de 2026 pelos ex-deputados Alexandre Ramagem e Eduardo Bolsonaro e determinou que os recursos passem a ser administrados por seus respectivos suplentes, os deputados Dr. Flávio (PL-RJ) e Missionário José Olímpio (PL-SP).

Ao analisar o tema, Dino acatou um pedido da Câmara dos Deputados para evitar "prejuízos desproporcionais" aos novos titulares do mandato e às populações por eles representadas.

Com a decisão, os suplentes deverão assumir plenamente as prerrogativas de autores das emendas, podendo indicar beneficiários e promover remanejamentos, sem qualquer vinculação às escolhas feitas anteriormente por Ramagem e Eduardo Bolsonaro.

Por ter sido uma decisão liminar, ela foi submetida à análise dos outros ministros da Corte em plenário

virtual. Nesse modelo de julgamento, os magistrados registram os votos na página online do processo.

O entendimento de Dino foi acompanhado por Alexandre de Moraes, Cristiano Zanin, Dias Toffoli, Edson Fachin, Cármen Lúcia e Nunes Marques.

Ainda restam votar Luiz Fux, André Mendonça e Gilmar Mendes. Eles têm até 23h59 desta sexta para registrar a manifestação.

Em dezembro de 2025, Dino determinou o bloqueio integral das emendas, que somavam mais de R\$ 80 milhões, por entender que Ramagem e Eduardo Bolsonaro não exerciam regularmente a função parlamentar.

Em dezembro, o presidente da Câmara, Hugo Motta, declarou as perdas dos mandatos de Eduardo e Ramagem.

À época, Eduardo Bolsonaro acumulava 59 ausências não justificadas a sessões deliberativas do plenário. A Constituição prevê limite de faltas e a perda de mandato para o parlamentar que se ausentar a mais de um terço das sessões.

CNN

Flávio diz que Tarcísio quer coordenar campanha em SP e que cabe a governador escolher próprio vice



O senador Flávio Bolsonaro (PL) afirmou na tarde desta sexta-feira (27), após encontro com Tarcísio de Freitas pela manhã, que o governador se ofereceu para coordenar sua campanha em São Paulo.

Segundo o filho do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), Tarcísio teria dito: "Deixa comigo, eu vou ser o seu coordenador, a pessoa ao meu lado, não se preocupe com São Paulo".

Flávio afirmou também que a escolha para a vice de Tarcísio é pessoal e dependerá do governador. O PL tem pressionado pela indicação do presidente da Assembleia Legislativa do estado, o deputado André do Prado.

O senador disse ainda que, após encontro no Palácio dos Bandeirantes, ficou definido que haverá um grande evento no dia 30 de março, em São Paulo, com as lideranças políticas do estado para definir os pré-candidatos.

Questionado sobre a pauta do protesto bolsonarista na avenida Paulista, marcado para domingo (1º), Flávio reconheceu que o mote "fora Toffoli" é válido. A manifestação foi anunciada em torno dessa pauta pelo deputado federal Nikolas Ferreira (PL-MG), mas aliados da família Bolsonaro reagiram, dizendo que o foco deveria ser a anistia aos presos pelo 8 de Janeiro.

Indagado se é favorável ao impeachment do minis-

tro do Supremo Tribunal Federal, o senador respondeu que é a favor do afastamento de qualquer um que tenha cometido crimes. "Eu assino o impeachment de todo mundo, assino CPI de tudo. Sou a favor [do impeachment] de todo ministro que tenha cometido crime", disse. "Mas as coisas não andam. Foi uma coisa que eu falei lá atrás, que se não houvesse contenção por parte do Supremo, esse era um assunto que o eleitor iria cobrar."

Mais cedo, na Alesp, Flávio disse que a democracia tem alguns defeitos, mas é o melhor sistema, e que só "quem já passou pelo crivo da urna tem legitimidade para tomar decisões pela população".

Folhapress

TECNOLOGIA

Amazon busca fazer a diferença na batalha para treinar IA



Em um mundo onde a Nvidia lidera o mercado de chips para treinamento de inteligência artificial (IA), a Amazon está fazendo a diferença na disputa com suas próprias armas, oferecendo maior eficiência, rápida evolução e personalização.

Em suas instalações em Austin, Texas, no sul dos Estados Unidos, engenheiros e técnicos da Annapurna Labs — uma subsidiária da Amazon (AWS) — testam a durabilidade do chip Trainium 3, que estará disponível no mercado a partir de dezembro de 2025.

O Texas se tornou um destino fundamental para empresas de IA devido aos seus baixos custos operacionais, energia abundante

e políticas favoráveis aos negócios. Isso impulsionou o crescimento de polos tecnológicos fora do Vale do Silício.

Em outra instalação próxima, funcionários protegem os ouvidos enquanto se movem entre os racks que abrigam os barulhentos UltraServers com os chips Trainium 3, que estão sendo testados antes de serem entregues aos clientes.

Desde o lançamento da primeira versão em 2020, o Trainium 3, o mais recente, é ligeiramente menor que um cartão de crédito.

“Isso pode reduzir os custos de treinamento e inferência em até 30-40% em comparação com alternativas de GPU [processador gráfico]. Isso se traduz em

custos mais baixos para nossos clientes e melhor desempenho”, disse à AFP Kristopher King, diretor do laboratório de IA em Austin.

Para que um sistema de segurança reconheça rostos, para que um carro autônomo alerte com precisão sobre perigos, para que o ChatGPT responda de forma clara e rápida ou para que a tradução de voz ao vivo seja realizada, é necessária uma IA cada vez mais sofisticada.

E os chips — geralmente feitos de silício com um circuito eletrônico integrado — permitem que a máquina seja programada, realizando milhões de cálculos matemáticos por segundo, investindo energia e tempo.

IstoÉDinheiro

Funcionários de empresas de IA pedem apoio à Anthropic em disputa com Pentágono

Centenas de funcionários das empresas de inteligência artificial Google DeepMind e OpenAI instaram os líderes de suas empresas a deixar de lado as rivalidades para cerrar fileiras em apoio à Anthropic em seu enfrentamento com o governo de Donald Trump.

O Departamento de Defesa deu à startup até as 17h01 locais (19h01 de Brasília) desta sexta-feira para aceitar o uso militar incondicional de sua IA, apesar de este pedido violar as diretrizes éticas da empresa.

No centro do conflito está a negativa da Anthropic de permitir que seus modelos Claude sejam usados para a vigilância em massa de cidadãos americanos ou em sistemas de armas totalmente autônomos.

As pressões do Departamento de Defesa provocaram um gesto de solidariedade no setor.

Em carta aberta intitulada “Não vão nos dividir”, 336 funcionários da Google DeepMind e 36 da OpenAI pediram aos líderes do setor a manterem uma postura

comum.

“Esperamos que nossos líderes deixem de lado suas diferenças e se mantenham unidos para seguir rechaçando as exigências do Departamento de Guerra de obter permissão para utilizar nossos modelos de vigilância maciça doméstica e para matar pessoas de forma autônoma sem supervisão humana”, diz a carta.

O Pentágono lançou um ultimato esta semana para que a startup aceitasse suas condições. Caso se negue, enfrentaria uma ordem de cumprimento forçado sob a Lei de Produção de Defesa.

Esta norma da época da Guerra Fria outorga ao governo federal amplos poderes para obrigar a indústria privada a priorizar as necessidades de segurança nacional.

IstoÉDinheiro



OpenAI receberá investimentos de US\$ 110 bilhões



A pioneira em inteligência artificial OpenAI concluiu uma rodada de financiamento recorde de 110 bilhões de dólares (cerca de 565,1 bilhões de reais) com SoftBank, Nvidia e Amazon, o que lhe permitirá atender à crescente demanda global.

A Amazon investiu 50 bilhões de dólares (aproximadamente 256,8 bilhões de reais) na criadora do ChatGPT, enquanto a especialista em chips Nvidia e a japonesa Softbank contribuíram com cerca de 30 bilhões (cerca de 154,1 bilhões de reais) cada uma.

A OpenAI, até o momento avaliada em 730 bilhões de dólares (aproximadamente 3,7 trilhões de reais), já prevê receber novos investi-

mentos para completar esta rodada de financiamento.

Além da injeção de capital, a empresa anunciou alianças estratégicas com a Amazon, a maior empresa de serviços na nuvem, através de sua divisão AWS, e com a Nvidia.

“SoftBank, Nvidia e Amazon são parceiros de longo prazo que compartilham nossa ambição de transformar o verdadeiro progresso científico em sistemas que proporcionem benefícios significativos às pessoas em escala global”, declarou a OpenAI em um comunicado.

O nível exorbitante de financiamento reflete os altos custos da capacidade de computação e as persistentes dúvidas sobre se a OpenAI e outras empresas de IA conseguirão gerar

receitas suficientes para cobrir estes custos.

O investimento da Amazon começará com 15 bilhões de dólares (aproximadamente de 77 bilhões de reais), seguido de outros 35 bilhões (cerca de 179,8 bilhões de reais) nos próximos meses, desde que sejam cumpridas certas condições, segundo informaram as empresas.

O ChatGPT conta, atualmente, com mais de 900 milhões de usuários ativos semanais e mais de 50 milhões de assinantes pagantes.

Janeiro e fevereiro estão se configurando como os meses com maior volume de novas assinaturas na história da plataforma, segundo a empresa.

IstoÉDinheiro

PUBLICIDADE LEGAL

Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A.

CNPJ/MF nº 11.992.680/0001-93 – NIRE 35.300.379.560 – CVM nº 22497 – Companhia Aberta

Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária

O Conselho de Administração da Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A. (“Companhia”) convoca os acionistas da Companhia a se reunirem, em primeira convocação, em 30 de março de 2026, às 13:00 horas, para a Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada, **de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Ten Meetings*, nos termos da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 (“Resolução CVM 81”), a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** Tomar as contas dos administradores, bem como examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do relatório da administração, do parecer dos Auditores Independentes e dos pareceres do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance; **(ii)** Aprovar a destinação dos resultados do exercício social de 2025, com a distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia; **(iii)** Fixar o número de membros para compor o Conselho de Administração da Companhia; **(iv)** Eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia; **(v)** Aprovar a proposta de remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2026; e **(vi)** Na hipótese de haver pedido de instalação do Conselho Fiscal, eleger os respectivos membros e fixar a sua remuneração. **Documentos à disposição dos Acionistas:** Os documentos de que trata o artigo 133 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das S.A.”), referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia e nos sites de Relações com Investidores da Companhia (ri.qualicorp.com.br), da Comissão de Valores Mobiliários (gov.br/cvm) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (b3.com.br). Também se encontram disponíveis nestes endereços eletrônicos os documentos de que tratam os artigos 10, 11, 13 e 14 da Resolução CVM 81, bem como todos os demais documentos pertinentes às matérias que serão deliberadas na AGO, inclusive o Manual de Participação. **Formas de participação dos Acionistas na AGO:** Os acionistas poderão participar da AGO **(i)** virtualmente, por meio de sistema eletrônico de participação remota; ou **(ii)** pelo envio do boletim de voto a distância, nos termos descritos abaixo, no Manual de Participação da AGO e no próprio boletim de voto. **(a) Sistema de participação remota:** Os acionistas que optarem pela participação remota via plataforma eletrônica (“Plataforma Eletrônica”), deverão acessar o endereço <https://assembleia.ten.com.br/736461059>, preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na AGO, conforme aqui descritos com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data da AGO (ou seja, até o dia 28 de março de 2026) (“Cadastro”). **(i) Pessoas Físicas:** documento de identidade com foto do acionista. **(ii) Pessoas Jurídicas:** (a) versão mais recente do estatuto social ou contrato social consolidado e, se houver, alterações posteriores; (b) demais documentos societários que comprovem os poderes de representação dos representantes legais do acionista, como atas de eleição e termos de posse, por exemplo; e (c) documento de identidade com foto dos representantes legais do acionista. **(iii) Fundos de Investimentos:** (a) versão mais recente do regulamento consolidado do fundo e, se houver, alterações posteriores; (b) estatuto social ou contrato social do administrador ou gestor do fundo, conforme o caso, e documentos societários que comprovem os poderes para representação do fundo; e (c) documento de identidade com foto dos representantes legais do administrador ou do gestor, conforme o caso. Além dos documentos listados acima, para fins de comprovação da titularidade de suas ações, os acionistas deverão enviar também comprovante emitido pelo custodiante ou pelo escriturador das ações de emissão da Companhia, conforme suas ações estejam ou não depositadas em depositário central. Na hipótese de participação virtual na AGO por meio de procurador, deverá ser apresentada ainda cópia digitalizada da procuração e dos documentos que comprovem a identidade do procurador. O acionista que seja **pessoa física** poderá ser representado, nos termos do artigo 126, § 1º, da Lei das S.A., por procurador constituído há menos de 1 (um) ano que seja (i) acionista, (ii) advogado, (iii) instituição financeira ou (iv) administrador da Companhia. O acionista que seja **pessoa jurídica** ou **fundo de investimento** poderá ser representado por procurador constituído na forma prevista em seu respectivo estatuto social, contrato social ou regulamento, conforme o caso, ainda que este não seja acionista, advogado, instituição financeira ou administrador da Companhia, em linha com o entendimento da Comissão de Valores Mobiliários sobre o tema. O acionista, procurador ou representante legal receberá e-mail individual sobre a situação de habilitação de seu Cadastro e providenciará, se necessário, a complementação de documentos nos termos e prazos requeridos pela Companhia. O acesso à Plataforma Eletrônica no momento da AGO deverá ser realizado pelo acionista por meio do seu login e senha individual. Em cumprimento ao artigo 28, § 1º, II, da Resolução CVM 81, a Companhia informa que gravará a AGO, sendo, no entanto, proibida a sua gravação ou transmissão, no todo ou em parte, por acionistas que acessem a Plataforma Eletrônica para participar e, conforme o caso, votar na AGO. Os acionistas que participarem da AGO via Plataforma Eletrônica, de acordo com as instruções acima, serão considerados presentes à AGO, e assinantes da respectiva ata e do livro de presença, nos termos do artigo 47, III, da Resolução CVM 81. **(b) Boletim de voto a distância:** Os acionistas poderão enviar seus boletins de voto a distância das seguintes formas: (i) por meio dos custodiantes, (ii) por meio do escriturador das ações da Companhia, BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM, (iii) por meio do depositário central no qual as ações estejam depositadas ou, ainda, (iv) diretamente à Companhia, conforme as orientações constantes no Manual de Participação da AGO e no próprio boletim de voto. Caso o acionista opte pelo envio do boletim diretamente à Companhia, deverá enviá-lo devidamente assinados e acompanhados dos documentos indicados no item (a) acima para o correio eletrônico ri@qualicorp.com.br. A Companhia não aceitará o envio do boletim de voto a distância por via postal. **Voto Múltiplo:** Nos termos da Resolução CVM nº 70, de 22 de março de 2022, e da Resolução CVM 81, o percentual mínimo de participação no capital social votante necessário à requisição de adoção do processo de voto múltiplo para eleição dos membros do Conselho de Administração é de 5% (cinco por cento). **Instalação do Conselho Fiscal:** Nos termos da Resolução CVM nº 70, de 22 de março de 2022, o percentual mínimo de participação no capital votante necessário à requisição de instalação do Conselho Fiscal é de 2% (dois por cento). **Orientações Finais:** Nos termos do artigo 5º, § 1º da Resolução CVM 81, as informações completas sobre as regras e os procedimentos sobre como os acionistas podem participar e votar a distância na AGO, incluindo demais orientações sobre a documentação exigida, prazos e procedimentos a serem observados estão detalhados no Manual de Participação da AGO, disponível nos sites de Relações com Investidores da Companhia (ri.qualicorp.com.br), da Comissão de Valores Mobiliários (gov.br/cvm) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (b3.com.br). São Paulo, 27 de fevereiro de 2026. Murilo Ramos Neto – **Presidente do Conselho de Administração** (28/02, 03/03 e 04/03/2026)

Banco da China Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 10.690.848/0001-43 – NIRE 35.300.366.638

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10/07/2025

Data, hora e local: Em 10/07/2025, às 10hs, na sede. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas da Companhia. **Mesa:** **Presidente:** Guanghua Zhang; **Secretário:** Frederico Mariano Soares de Lima. **Deliberações aprovadas:** (i) **Aprovada** a destituição do Sr. Ruojie Li, chinês, bancário, do cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia, cuja efetividade da destituição ficará condicionada a posse do novo membro abaixo do Conselho de Administração da Companhia; e (ii) **Aprovada** a eleição do Sr. **Ma Guoqing**, chinês, bancário. O Conselhoheiro somente poderá tomar posse de seu cargo após aprovação pelo Banco Central do Brasil, quando passará a exercer o mandato pelo período remanescente do Conselhoheiro destituído, qual seja, **até a AGO/2027**. O membro do Conselho de Administração ora eleito declara sob a pena da Lei, não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei especial, que o impeça de exercer atividades mercantis. A posse do membro do Conselho de Administração ora eleito ficará condicionada à ocorrência dos seguintes eventos: (i) prévia homologação pelo Banco Central do Brasil e (ii) assinatura do termo de posse. Nada mais. São Paulo, 10/07/2025. JUCESP nº 050.426/26-6 em 13/02/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Zetta Infraestrutura e Participações S.A.

CNPJ nº 17.696.380/0001-43 – NIRE 35.300.449.894

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19/02/2026

Data, hora e local: Em 19/02/2026, às 10hs, na sede social. **Convocação:** Convocação dispensada face ao comparecimento U25 Participações Ltda., única acionista da Companhia. **Mesa:** **Presidente:** Taluana Barros Uzêda Guerra. **Secretário:** Renata Lucarelli. **Deliberações aprovadas:** **Aprovada** garantia de aval a terceiros em favor de Empreendimento Habita São Paulo Holding S.A, CNPJ nº 59.788.964/0001-99 na contratação da operação de crédito junto ao Itaú Unibanco S.A, no valor de R\$ 10.000.000,00. **Ata em Forma de Sumário:** Foi autorizada pela Assembleia Geral a lavratura desta ata em forma de sumário e sua publicação com a omissão das assinaturas, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 130 da Lei 6.404/76. Nada mais. JUCESP nº 115.418/26-0 em 23/02/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

EPR Engenharia S.A.

CNPJ/MF nº 55.159.823/0001-56 – NIRE:35300638085

Ata de Assembleia Geral Extraordinária

I. Data, Horário e Local: 26/11/2025, às 10hs, no endereço da sede social da EPR Engenharia S.A. (“Companhia”), em São Paulo/SP. **II. Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação, na forma do disposto no artigo 124, §4º, da Lei 6.404, de 15/12/1976 (“Lei das S.A.”). **III. Composição da Mesa:** Presidente: Sr. José Carlos Cassaniga; Secretário: Enio Stein Júnior. **IV. Ordem do Dia:** Deliberar sobre (i) a distribuição de dividendos ao acionista da Companhia; e (ii) autorizar a prática pelos diretores da Companhia de todos os atos necessários para a concretização do item (i). **V. Deliberações:** Após as oportunas discussões, o acionista decidiu, sem ressalvas, o seguinte: (i) Aprovar, com base nas demonstrações financeiras da Companhia, a distribuição de dividendos ao acionista, no valor de R\$ 12.000.000,00. Os dividendos ora declarados serão pagos em até 10 dias úteis da presente data. (ii) Autorizar a prática pelos diretores da Companhia de todos os atos necessários para concretizar a deliberação acima. **VI. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente deu por encerrada a Assembleia, da qual lavrou-se a presente ata, que, após lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. Autorizada a publicação da presente ata com a omissão das assinaturas do acionista, nos termos do artigo 130, parágrafo 2º, da Lei das S.A. São Paulo/SP, 26/11/2025. JUCESP nº 055.818/26-2 em 25/02/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Intelazul S.A.

CNPJ/MF nº 02.428.624/0001-30 – NIRE 35.300.337.051

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 2 de fevereiro de 2026

Data, Hora e Local: Realizada em 02/02/2026, às 16:30, na sede social da Companhia. **Convocação e Presença:** Dispensada, face a presença de acionistas representando a totalidade do capital social. **Mesa:** Sr. John Peter Rodgerson, Presidente; Sr. Edson Massuda Sugimoto, Secretário. **Ordem do Dia:** (i) a autorização para a Companhia celebrar todo e qualquer documento necessário no âmbito da realização da emissão e colocação, no exterior, de instrumento de Notes com remuneração de 9,875% e vencimento em 2031, no valor de US\$ 1.375.000.000,00 (“Notes”) pela Azul Secured Finance LLP (“Azul Secured Finance”), destinados à colocação no mercado internacional, a serem ofertadas para investidores institucionais qualificados, residentes e domiciliados nos Estados Unidos da América, com base na regulamentação emitida pela *Securities and Exchange Commission*, especificamente, a “Rule 144A” e, nos demais países, exceto na República Federativa do Brasil e nos Estados Unidos da América, com base na “Regulation S” (“Emissão”). A Emissão será coordenada por determinadas instituições financeiras (“Coordenadores”). A Emissão será garantida, dentre outras (incluindo certas outras garantias regidas por leis estrangeiras), pela (a) pela cessão fiduciária (“Cessão Fiduciária Azul Fidelidade”) (1) da totalidade dos direitos creditórios de titularidade da ALAB (conforme abaixo definido) decorrentes de contratos Azul Fidelidade, (2) da totalidade dos recebíveis de cartão de crédito de titularidade da ALAB, presentes e futuros, decorrentes de compras de pontos pelos clientes e de taxas de adesão dos participantes do Clube TudoAzul (ou Clube Azul Fidelidade), (3) da totalidade dos direitos creditórios de titularidade da ALAB contra o Itaú Unibanco S.A. e contra a Caixa Econômica Federal, na qualidade de bancos depositários, pelos recursos recebidos e que vierem a ser recebidos e depositados em conta mantida pelo Itaú Unibanco S.A. e pela Caixa Econômica Federal, conforme o caso, em decorrência dos contratos Azul Fidelidade e (4) da totalidade de créditos de titularidade da ALAB decorrente de determinados investimentos permitidos no contexto da Cessão Fiduciária Azul Fidelidade; (b) pela cessão fiduciária (“Cessão Fiduciária Azul Viagens”) (1) da totalidade dos direitos creditórios de titularidade da ATS (conforme abaixo definido) decorrentes de contratos Azul Viagens, (2) da totalidade dos recebíveis de cartão de crédito de titularidade da ATS, presentes e futuros, decorrentes de compras de pontos pelos clientes e de taxas de adesão dos participantes do Azul Viagens, incluindo aqueles produtos e serviços de viagens por meio da contratação, reserva e/ou empacotamento conjunto de um ou mais dos vários componentes de uma viagem, como voos, hotéis, cruzeiros, aluguel de carros, traslados, outros transportes, refeições, guias, passeios (tours), atividades, atrações, experiências e seguros, (3) da totalidade dos direitos creditórios de titularidade da ATS contra o Banco Citibank S.A., na qualidade de banco depositário, pelos recursos recebidos e que vierem a ser recebidos e depositados em conta mantida pelo Banco Citibank S.A., em decorrência dos Contratos Azul Viagens e (4) da totalidade de créditos de titularidade da ATS decorrente de determinados investimentos permitidos no contexto da Cessão Fiduciária Azul Viagens; (c) pela cessão fiduciária (“Cessão Fiduciária Intercompany”) da totalidade dos direitos creditórios de titularidade da Azul Secured Finance, presentes e futuros, decorrentes de contratos de empréstimo intragrupo, conforme detalhados na Cessão Fiduciária Intercompany, (d) pela cessão fiduciária (“Cessão Fiduciária – Conta Garantia BRL”) de determinados recursos recebidos e/ou a serem recebidos em determinadas contas da ASA (conforme abaixo definido) e da ALAB, incluindo as mencionadas contas, conforme discriminadas na Cessão Fiduciária – Conta Garantia BRL; (e) pela alienação fiduciária (“Alienação Fiduciária Quotas ATS”) da totalidade das quotas de emissão da ATS, bem como direitos delas decorrentes, inclusive dividendos; (f) pela alienação fiduciária (“Alienação Fiduciária Ações IntelAzul”) da totalidade das ações de emissão da Companhia, subsidiária da ASA, bem como direitos delas decorrentes, inclusive dividendos; (g) pela alienação fiduciária (“Alienação Fiduciária Ações ALAB”) da totalidade das ações de emissão da ALAB, subsidiária da Companhia, bem como direitos delas decorrentes, inclusive dividendos; (h) pela alienação fiduciária (“Alienação Fiduciária de Direitos de PI – Marca Azul”) determinados direitos de propriedade intelectual de titularidade da Azul IP Cayman Ltd., ATS, Companhia, ALAB e ASA, conforme descritos na Alienação Fiduciária de Direitos de PI – Marca Azul; (i) cessão fiduciária (“Cessão Fiduciária – Azul Cargo”) de (1) determinados direitos creditórios decorrentes dos recebíveis de cartão de crédito e débito da Azul Cargo, e (2) de conta vinculada por onde tais recebíveis Azul Cargo são transitados; (j) alienação fiduciária (“Alienação Fiduciária de Direitos de PI – Azul Cargo”) de determinados direitos de propriedade intelectual Azul Cargo de titularidade da IP Holdco (conforme abaixo definido) e da Azul IP Cayman Ltd.; (k) pelo penhor de participações societárias de titularidade da ALAB na Azul Secured Finance (“Penhor de Participações Societárias”), bem como dos direitos decorrentes de tais participações societárias; incluindo quaisquer distribuições decorrentes de tais participações; (l) pela garantia real de determinados direitos de propriedade intelectual de titularidade registrados, originários ou protegidos por leis fora do Brasil (*intellectual property rights registered, arising under or protected by law outside Brazil*) (a “NY IP Security”); (m) pelas hipotecas de ações e participações (*Cayman equitable share mortgage*) regidas sob as leis das Ilhas Cayman sobre todas as ações emitidas pela Azul Cayman Holdco e Azul Cayman e de titularidade da ASA, ALAB, Companhia e da ATS, bem como os direitos decorrentes de tais ações mencionadas, incluindo dividendos, conforme escrituras de confirmação (*deeds of confirmation*), relativas à “*Equitable Share Mortgage*”, datada de 14/07/2023, conforme aditada de tempos em tempos (“*Equitable Share Mortgages*”); (n) penhor sobre a Conta de Pagamento em USD (*USD Payment Account*), a Conta Bloqueada em USD (*USD Blocked Account*), a Conta de Garantia em USD (*USD Collateral Account*) e a Conta de Depósito de Recebíveis de Azul em USD Cargo (*USD Azul Cargo Receivables Deposit Account*) (“Penhor de Contas em USD” e, em conjunto com a Cessão Fiduciária TudoAzul, a Cessão Fiduciária Azul Viagens, a Cessão Fiduciária Intercompany, a Cessão Fiduciária – Conta Garantia BRL, a Alienação Fiduciária Quotas ATS, a Alienação Fiduciária Ações IntelAzul, a Alienação Fiduciária de Direitos de PI – Marca Azul, a Cessão Fiduciária Azul Cargo e a Alienação Fiduciária de Direitos de PI – Azul Cargo, o Penhor de Participações Societárias, a NY IP Security e as *Equitable Share Mortgages*, as “Garantias Reais”) e (o) por garantia corporativa regida pelas leis de Nova Iorque outorgada pela Azul S.A. (“ASA”), pela Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A. (“ALAB”), pela Companhia, pela ATS Viagens e Turismo Ltda. (“ATS”), pela Azul IP Cayman Holdco Ltd. (“IP HoldCo”), pela Azul IP Cayman Ltd. e pela Azul Conecta Ltda. (“Azul Conecta”) (em conjunto, as “Garantidoras”); (ii) a autorização para outorga e celebração, pela Companhia, dos documentos que formalizem as Garantias Reais das Notes, conforme aplicável, bem como a autorização para que quaisquer subsidiárias da Companhia que sejam parte das Garantias Reais celebrem os documentos para sua formalização; (iii) a autorização para outorga, pela Companhia, na qualidade de cobrigrada e devedora solidária com a Azul Secured Finance, de garantia corporativa regida pelas leis de Nova Iorque, em garantia do fiel, pontual e integral cumprimento de todas e quaisquer obrigações principais e acessórias, presentes e futuras, assumidas pela Azul Secured Finance no âmbito da Emissão (“Guarantee”); (iv) a autorização para a celebração e cumprimento, pela Companhia, dos seguintes contratos (em conjunto, os “Contratos da Operação”): todos os contratos, certificados e demais documentos necessários ou convenientes para a consumação da Emissão das Notes e outorga das Garantias Reais e da Guarantee, incluindo, sem limitação: (a) o *purchase agreement* (o “Purchase Agreement”) celebrado entre, dentre outros, a Azul Secured Finance, como emissora, a ASA, a Companhia, a ALAB, a ATS, a IP HoldCo e a Azul Conecta, e aceito pelo Barclays Capital Inc. e pelo Citigroup Global Markets Inc.; (b) a *Indenture* (conforme definido no *Purchase Agreement*); (c) as Notes; (d) os contratos relativos às Garantias Reais e suas respectivas procurações; (e) quaisquer aditamentos necessários; e (f) notificações, cartas (incluindo *fee letters*), certificados e quaisquer outros documentos relacionados às transações acima descritas; e (v) a autorização para a ratificação dos atos que a Diretoria e/ou procurador(es) da Companhia já tenham praticado com vistas ao aperfeiçoamento das deliberações acima, no âmbito da Emissão, em observância às regras de representação previstas no Estatuto Social da Companhia. **Deliberações aprovadas:** (i) autorizar a Companhia a celebrar todo e qualquer documento necessário no âmbito da realização da emissão e colocação, no exterior, das Notes pela Azul Secured Finance. A Emissão será garantida, dentre outras (incluindo certas outras garantias regidas por leis estrangeiras), pelas Garantias Reais e por garantia corporativa outorgada pelas Garantidoras; (ii) autorizar a outorga e celebração, pela Companhia, dos documentos que formalizem as Garantias Reais das Notes, conforme aplicável, bem como a celebração dos documentos que formalizem as Garantias Reais por quaisquer subsidiárias da Companhia que sejam parte das Garantias Reais; (iii) autorizar a outorga, pela Companhia, da Guarantee; (iv) autorizar a celebração, pela Companhia e pelas Garantidoras, conforme aplicável, de todos os documentos necessários à realização da emissão das Notes e outorga das Garantias Reais e da Guarantee, incluindo, sem limitação, os Contratos da Operação e quaisquer outros contratos, certificados e outros documentos necessários ou convenientes para a consumação da Emissão e da outorga das Garantias Reais e da Guarantee; e (v) autorizar a ratificação dos atos que a Diretoria e/ou procurador(es) da Companhia já tenham praticado com vistas ao aperfeiçoamento das deliberações acima, no âmbito da Emissão, em observância às regras de representação previstas no Estatuto Social da Companhia. A Diretoria e/ou procuradores da Companhia ficam autorizados a tomar todas as providências e praticar os atos necessários à implementação das deliberações ora aprovadas (incluindo mas não se limitando a celebração e cumprimento dos Contratos da Operação), inclusive mediante celebração de todos e quaisquer contratos necessários para a implementação da Transfêrencia, sendo ratificados pela Assembleia Geral os atos já praticados pela Diretoria e/ou procuradores, nesse sentido (incluindo, mas não limitado à celebração do *Purchase Agreement*). **Lavratura e Leitura da Ata:** Nada mais. (aa) Mesa: Sr. John Peter Rodgerson – Presidente; e Sr. Edson Massuda Sugimoto – Secretário. Acionista presente: Azul S.A. (por seu Diretor Presidente, John Peter Rodgerson). Barueri/SP, 02/02/2026. (ass.:) **Edson Massuda Sugimoto** – Secretário. JUCESP – Registrado sob o nº 54.985/26-2 em 25/02/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Azul S.A.

CNPJ/MF nº 09.305.994/0001-29 | NIRE 35.300.361.130 | Companhia aberta

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 6 de janeiro de 2026, às 12h00 horas – Certidão

Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico que a Ata em epígrafe foi registrada sob o nº 56.005/26-0 em 25/02/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Esze Seguros S.A.

CNPJ/MF nº 31.534.848/0001-24 – NIRE 35.300.548.141

Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

A Diretoria da **Esze Seguros S.A.**, convoca os Srs. Acionistas a se reunirem em AGOe, que realizar-se-á no dia 31/03/2026, às 14h00min, na sede da Companhia, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 50, 10º andar, Vila Nova Conceição, São Paulo/SP, com a seguinte ordem do dia: AGO: a) examinar, discutir e votar as contas da diretoria e as demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31/12/2025; b) dar destinação aos resultados, se houver; c) eleição para membros da Diretoria com mandatos vencendo no exercício de 2026; d) fixar os honorários dos administradores. AGE: a) deliberar sobre a alteração do Artigo 4.º do Estatuto Social. Ficam os Srs. Acionistas avisados que os documentos pertinentes à Ordem do Dia encontram-se à disposição na sede da Companhia. São Paulo/SP, 24/02/2026. **A Diretoria.** (27, 28/02 e 03/03/2026)

DÓLAR

compra/venda
Câmbio livre BC - R\$ 5,1489 / R\$ 5,1495 **
Câmbio livre mercado - R\$ 5,1313 / R\$ 5,1333 *
Turismo - R\$ 5,1642 / R\$ 5,3442

(*) cotação média do mercado

(**) cotação do Banco Central

Variação do câmbio livre mercado no dia: -0,10%

BOLSAS

B3 (Ibovespa)
Variação: -1,14%
Pontos: 188.835

Maiores altas:
Petrorio ON (+2,64%),
Marfrig ON (+2,27%),
Usiminas PNA (+1,59%)

Maiores baixas:
Cosan ON (-5,12%),
Natura ON (-5,10%),
Rumo ON (-3,91%)
S&P 500 (Nova York): -0,43%

Dow Jones (Nova York): -1,05%

Nasdaq (Nova York): -0,92%

CAC 40 (Paris): -0,47%
Dax 30 (Frankfurt): -0,02%

Financial 100 (Londres): 0,59%
Nikkei 225 (Tóquio): 0,16%

Hang Seng (Hong Kong): 0,95%
Shanghai Composite (Xangai): 0,39%
CSI 300 (Xangai e Shenzhen): -0,34%
Merval (Buenos Aires): -4,08%
IPC (México): 0,02%

ÍNDICES DE INFLAÇÃO

IPCA/IBGE
Janeiro 2025: 0,16%
Fevereiro 2025: 1,31%
Março 2025: 0,56%
Abril 2025: 0,43%
Maio 2025: 0,26%
Junho 2025: 0,24%
Julho 2025: 0,26%
Agosto 2025: -0,11%
Setembro 2025: 0,48%
Outubro 2025: 0,09%
Novembro 2025: 0,18%
Dezembro 2025: 0,33%
Janeiro 2026: 0,33%

PUBLICIDADE LEGAL

Taxas sobem e curva perde inclinação após IPCA-15 acima do esperado



O IPCA-15 de fevereiro veio acima de todas as estimativas do mercado financeiro e justifica o comportamento da curva de juros, marcado por abertura das taxas e perda de inclinação, do início ao fim do pregão. Já no cômputo semanal, só o vértice intermediário da curva teve leve alta, enquanto no acumulado de fevereiro os contratos de Depósito Interfinanceiro (DIs) cederam com o respaldo da apreciação do real (já que o dólar cedeu mais de 2%) e com operadores atentos a pesquisas mostrando a eleição de 2026 mais polarizada.

Em termos de precificação, o corte de 0,50 ponto porcentual na Selic em março continua como aposta majoritária, apesar de ter perdido força: saiu de chance ao redor de 100% na quinta para 85%. O orçamento dos cortes neste ano também foi reduzido, com precificação de Selic no fim de 2026 em 12,25%, de 12,10% até quinta, segundo o economista-chefe do Banco BMG, Flávio Serrano. Sem alteração, portanto, quanto ao que estava precificado pela manhã.

No fechamento desta sexta-feira, a taxa do DI para janeiro de 2027 avançou para 13,28%, de 13,179% no ajuste anterior. O DI para janeiro de 2029 subiu para 12,645%, de 12,536%, e o para janeiro de 2031 aumentou para 13,035%, de 12,953% no ajuste de quinta.

IstoÉDinheiro

EPR Engenharia S.A.

CNPJ/MF nº 55.159.823/0001-56 - NIRE 35300638085

Ata de Assembleia Geral Extraordinária

I. Data, Horário e Local: 12/01/2026, às 10hs, no endereço da sede social da EPR Engenharia S.A. ("Companhia"), na cidade de São Paulo/SP. **II. Convocação e Presença:** dispensadas as formalidades de convocação, na forma do disposto no artigo 124, §4º, da Lei 6.404, de 15/12/1976 ("Lei das S.A."), conforme alterada, em razão da presença dos acionistas titulares de 100% das ações de emissão da Companhia. **III. Composição da Mesa:** Presidente: Sr. José Carlos Cassaniga; Secretário: Enio Stein Júnior. **IV. Deliberações:** Após as oportunas discussões, os acionistas decidiram, por unanimidade de votos e sem ressalvas, o seguinte: (i) alterar a denominação social da Companhia, o qual passa de EPR Engenharia S.A. para EPR Engenharia S.O. S.A., de modo que o artigo 1º do Estatuto Social da Companhia passa a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 1º - A EPR Engenharia S.O. S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, regida pelo presente estatuto social ("Estatuto Social"), pela Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."), pelo acordo de acionistas arquivado na sede social ("Acordo de Acionistas") e pelas demais disposições legais aplicáveis." (ii) de forma a refletir as deliberações acima, reformar e consolidar o estatuto social da Companhia, que passa a vigorar com a redação constante do Anexo I a esta ata. **V. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente deu por encerrada a Assembleia, da qual lavrou-se a presente ata, que, após lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. Autorizada a publicação da presente ata com a omissão das assinaturas dos acionistas, nos termos do artigo 130, § 2º, da Lei das S.A. São Paulo/SP, 12/01/2026. JUCESP nº 054.615/26-4 em 25/02/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO. Capítulo I. denominação, Sede, Objeto Social e Prazo de Duração. Artigo 1º - A EPR Engenharia S.O. S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, regida pelo presente estatuto social ("Estatuto Social"), pela Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."), pelo acordo de acionistas arquivado na sede social ("Acordo de Acionistas") e pelas demais disposições legais aplicáveis. **Artigo 2º - A Companhia** tem sua sede social na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.188, conjuntos 23 e 24, Jardim Paulistano, CEP 01451-001, podendo instalar, estabelecer, transferir e extinguir filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios em qualquer parte do território nacional, por deliberação da Diretoria. **Artigo 3º - A Companhia** tem por objeto social a prestação dos serviços de engenharia, gerenciamento fiscalização, supervisão e administração de obras no geral. **Artigo 4º - A Companhia** tem prazo de duração indeterminado. **Capítulo II. Capital Social. Artigo 5º - O capital social** da Companhia é de R\$ 100,00, totalmente subscrito e integralizado, representado por 100 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. **§ 1º - Cada ação ordinária** confere ao seu titular 1 voto nas assembleias gerais de acionistas ("Assembleia Geral"). **§ 2º - As ações** são indivisíveis em relação à Companhia, que não reconhecerá mais do que um proprietário para exercer os direitos a elas inerentes. **§ 3º - Todas as ações** de emissão da Companhia serão escrituradas nos livros próprios da Companhia em nome de seus titulares. **§ 4º - Observado** o disposto no Acordo de Acionistas e na Lei das S.A., mediante aprovação da Assembleia Geral, a Companhia, poderá adquirir suas próprias ações, devendo as ações adquiridas ser mantidas em tesouraria e posteriormente alienadas ou canceladas. **§ 5º - A alienação** e a oneração de ações de emissão da Companhia somente poderão ser realizadas de acordo com o previsto no Acordo de Acionistas, sendo nula qualquer alienação ou oneração efetuada em desacordo com as disposições de tal Acordo de Acionistas. **§ 6º - A Companhia** poderá outorgar opções de compra de ações nos termos de planos de outorga de opção de compra de ações, aprovados pela Assembleia Geral, a favor de administradores e empregados. **§ 7º - Evedada** a criação ou emissão de partes beneficiárias pela Companhia. **Artigo 6º - Observado** o disposto neste Estatuto Social e na Lei das S.A., bem como o disposto no Acordo de Acionistas, os acionistas (diretos e/ou indiretos) terão direito de preferência para subscrever novas ações, bônus de subscrição e valores mobiliários conversíveis em ações emitidas pela Companhia. **Artigo 7º - A não integralização**, pelo subscritor, do valor subscrito, nas condições previstas no boletim de subscrição, constituirá, de pleno direito, o acionista remisso em mora, de acordo com a Lei das S.A., sujeitando o subscritor ao pagamento do valor em atraso corrigido pela variação positiva do IPCA, além de juros moratórios de 1% ao mês, *pro rata* dele, até a data do efetivo pagamento, e multa não compensatória igual a 10% do valor devido. **Capítulo III. Assembleias Gerais. Artigo 8º - Os acionistas** reunir-se-ão anualmente, em assembleia geral ordinária da Companhia, a ser realizada nos 4 primeiros meses contados do encerramento de cada exercício social, para deliberar sobre as matérias dispostas no artigo 132 da Lei das S.A., e, extraordinariamente, sempre que necessário. **Artigo 9º - As Assembleias Gerais** poderão ser convocadas, a qualquer momento, na forma prevista na Lei das S.A. Será considerada regularmente instalada qualquer Assembleia Geral a que comparecer a totalidade dos acionistas. **§ 1º - Além** de presencialmente, a Assembleia Geral poderá, ainda, ser realizada (i) semipresencialmente - quando os acionistas puderem participar e votar presencialmente, no local físico da realização do conclave, mas também à distância; ou (ii) digitalmente - quando os acionistas só puderem participar e votar à distância. Quando semipresencial ou digital, a participação e a votação à distância dos acionistas podem ocorrer mediante o envio de boletim de voto à distância (inclusive por e-mail) e/ou mediante atuação remota, via sistema eletrônico. O instrumento de convocação deverá informar, em destaque, se a Assembleia Geral será presencial, semipresencial ou digital, conforme o caso, detalhando como os acionistas poderão participar e votar. Para todos os fins legais, as Assembleias Gerais realizadas digitalmente serão consideradas como realizadas na sede da Companhia aplicável. **§ 2º - Os acionistas** não poderão deliberar sobre qualquer matéria que não tenha sido expressamente incluída na ordem do dia da respectiva Assembleia Geral, exceto se todos os acionistas estiverem presentes e expressamente concordarem em deliberar a matéria. **§ 3º - Os acionistas** poderão ser representados nas Assembleias Gerais por procurador constituído na forma do artigo 126, § 1º da Lei das S.A. **§ 4º - Não** poderá votar na Assembleia Geral o acionista com direitos sociais suspensos, na forma dos artigos 120 e 122, inciso V, da Lei das S.A. e do Acordo de Acionistas. **§ 5º - O acionista** não poderá votar nas deliberações relativas a laudo de avaliação dos bens com que concorrer para o capital social e à aprovação de suas contas como administrador, nem tampouco em quaisquer outras em que tiver interesse conflitante com o da Companhia. **§ 6º - Dos trabalhos** e deliberações da Assembleia Geral será lavrada ata em livro próprio, assinada pelos membros da mesa e pelos acionistas presentes. Da ata extrair-se-ão certidões ou cópias autênticas para os fins legais. **Artigo 10 - Compete** privativamente à Assembleia Geral deliberar sobre as matérias indicadas nos artigos 122, 132 e 136 da Lei das S.A. e sobre as matérias abaixo elencadas: (i) alteração do estatuto social para (a) realizar aumentos de capital, exceto conforme previsto no Acordo de Acionistas; (b) alterar a composição, competência e funcionamento da Assembleia Geral e do Conselho de Administração, ser criado, observado o disposto no Acordo de Acionistas; (c) alterar a apuração ou destinação de resultados, incluindo criação, capitalização e extinção de reservas; ou (d) implementar alteração que implique na supressão do quórum qualificado de aprovação em relação às Matérias Qualificadas; (ii) aprovação de planos de outorga de opções de compra de ações a executivos e colaboradores da Companhia; (iii) deliberação sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos em desacordo com a política de dividendos; (iv) transformação do tipo societário; (v) fusão, incorporação ou cisão envolvendo a Companhia, exceto conforme previsto no Acordo de Acionistas; (vi) registro de companhia aberta na Categoria A (ou categoria que a substitua) ou oferta pública de ações ou de valores mobiliários conversíveis em ações de emissão da Companhia; (vii) dissolução e liquidação da Companhia; (viii) nomeação e destituição de liquidante da Companhia; (ix) apresentação de pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou falência, pela Companhia; (x) participação em grupo de sociedades, pela Companhia, nos termos do artigo 265 da Lei das S.A.; (xi) aprovação de investimento em novos empreendimentos no setor de concessão de rodovias federais e estaduais para operação e manutenção no Brasil e do respectivo plano de negócios; (xii) fixação da remuneração individual (fixa e variável) de membro da administração que seja uma parte relacionada de qualquer dos acionistas; (xiii) aprovar planos de remuneração referenciados em ações; (xiv) outorga de opções de compra de ações no âmbito de planos de outorga de opção de compra de ações; (xv) deliberar sobre a emissão de bônus de subscrição, debêntures conversíveis em ações ou aumentos de capital dentro do limite do capital autorizado, independentemente de reforma estatutária, exceto conforme previsto no Acordo de Acionistas; (xvi) contratação de endividamento em valor que eleve a razão Dívida Líquida/EBITDA a valor superior ao previsto no plano de negócios aplicável, admitida uma variação de 10%, salvo se o endividamento for comprovadamente indispensável para o cumprimento das obrigações da Companhia sob contrato de concessão por ela celebrado ou perante autoridade governamental, desde que contratado em condições de mercado, observado o disposto no Acordo de Acionistas; (xvii) outorga, pela Companhia, de garantia, real ou fidejussória, salvo no âmbito de financiamento ou operação contratada em benefício da Companhia, observados os termos do plano de negócios aprovado; (xviii) aquisição, subscrição ou alienação, pela Companhia, de quotas, ações ou participações em outra sociedade (personificada ou não), ou em fundos de investimento (exceto fundos mútuos ou exclusivos destinados à aplicação do caixa), salvo (a) a subscrição de capital em subsidiária em atendimento de capitalização prevista no plano de negócios aprovado ou (b) conforme o item (xiv) abaixo; (xix) criação (i.e., constituição), pela Companhia, de nova subsidiária, exceto se necessário para fins regulatórios ou para a captação de financiamento para a Companhia; (xx) celebrar, alterar ou resilar quaisquer acordos de sócios, acionistas ou cotistas; (xxi) participação, da Companhia, em associações, fundações, empresas individuais de responsabilidade limitada ou consórcios; (xxii) alienação ou oneração de bens do ativo não circulante não prevista no plano de negócios ou no orçamento anual aprovado e que envolvam valores iguais ou superiores a 10% do total do ativo não circulante da Companhia (no caso de alienação de ativos pela Companhia); (xxiii) celebrar, alterar ou rescindir contratos celebrados entre, de um lado, a Companhia e, de outro, uma parte relacionada, exceto conforme previsto no Acordo de Acionistas; (xxiv) abandonar ou rescindir contratos de concessão; (xxv) outorgar empréstimos ou abrir linhas de crédito, exceto conforme previsto no Acordo de Acionistas; e (xxvi) propor, celebrar acordo ou liquidar processos administrativos, judiciais ou arbitrais que envolvam práticas de corrupção ou crimes ambientais. **Artigo 11 - Observado** o disposto no Acordo de Acionistas, as deliberações das Assembleias Gerais serão aprovadas pela maioria do capital social votante na Assembleia Geral. **Artigo 12 - O presidente** da Assembleia Geral deverá observar e fazer cumprir as disposições do Acordo de Acionistas, não devendo computar quaisquer votos que venham a ser proferidos em desacordo com as disposições de tais acordos de acionistas. **Capítulo IV. DA Administração. Artigo 13 - A Companhia** será administrada por uma Diretoria. **§ 1º - Os membros** da Diretoria serão investidos em seus respectivos cargos nos 30 dias subsequentes à sua eleição, mediante assinatura de termo de posse lavrado nos livros mantidos pela Companhia para esse fim. **§ 2º - Os membros** da Diretoria permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos. **§ 3º - Todos** os Diretores deverão atender aos requisitos de elegibilidade previstos na legislação aplicável, notadamente a Lei das S.A. e ser pessoas com reputação ilibada, ter comprovada experiência em sua área de atuação e declarar ausência de conflito de interesse. **§ 4º - A Assembleia Geral** fixará a remuneração dos administradores, conforme

aplicável. **§ 5º - Os administradores** ficam dispensados de prestar caução. **Artigo 14 - A Diretoria** será composta por, no mínimo, 2 e, no máximo, 5 Diretores, todos sem designação específica, exceto se diversamente deliberado pela Assembleia Geral na sua eleição. **§ 1º - Os Diretores** terão mandato de até 3 anos, sendo permitida a reeleição. **§ 2º - Observado** o disposto no Acordo de Acionistas, a Assembleia Geral poderá a qualquer tempo substituir os Diretores. **§ 3º - Em caso** de vacância dos cargos de Diretor, será convocada uma Assembleia Geral para eleição do respectivo substituto. **Artigo 15 - A Diretoria** deverá reunir-se sempre que convocada por qualquer um dos Diretores. **§ 1º - As reuniões** da Diretoria serão convocadas com antecedência mínima de 3 dias, devendo constar a data, horário, local e ordem do dia da reunião. A convocação prévia das reuniões da Diretoria da Companhia será dispensada quando presente a totalidade dos Diretores em exercício. **§ 2º - Além** de presencialmente, as reuniões da Diretoria poderão, ainda, ser realizadas semipresencialmente ou digitalmente, nos termos da regulamentação aplicável. **§ 3º - As resoluções** da Diretoria serão tomadas pelo voto da maioria dos Diretores presentes à respectiva reunião. **§ 4º - Não** será aprovada nenhuma deliberação sobre quaisquer assuntos que não estejam expressamente incluídos na ordem do dia da reunião, conforme declarado na convocação, sob pena de ser considerada nula, excetuadas as matérias que forem acrescentadas à ordem do dia com a aprovação de todos os diretores. **§ 5º - As atas** das reuniões da Diretoria deverão ser lavradas em livro próprio. **Artigo 16 - A Diretoria** tem os poderes para praticar os atos necessários à consecução do objeto social, observado o disposto neste Estatuto Social, o Acordo de Acionistas, as deliberações da Assembleia Geral e as deliberações do Conselho de Administração e da Diretoria da controladora da Companhia, competindo-lhe especialmente: (i) cumprir e fazer cumprir o disposto neste Estatuto Social; (ii) administrar e gerir os assuntos de rotina perante os órgãos públicos federais, estaduais e municipais, autarquias e sociedades de economia mista; (iii) administrar e gerir a cobrança de quaisquer pagamentos devidos à Companhia; (iv) administrar e gerir a assinatura de correspondências de assuntos rotineiros; (v) implementar e explorar o objeto social da Companhia de acordo com o plano de negócios aprovado pelo Conselho de Administração da controladora da Companhia; (vi) observar o orçamento anual aprovado; (vii) deliberar sobre a criação, transferência e encerramento de filiais, agências, depósitos, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos da Companhia no país; (viii) representar a Companhia, em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, perante quaisquer terceiros, incluindo repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais; (ix) apresentar, anualmente, nos 3 meses seguintes ao encerramento do exercício social, à apreciação dos acionistas, o seu relatório e demais documentos pertinentes às contas do exercício social, bem como proposta para destinação do lucro líquido e distribuição de dividendos, observadas as imposições legais e o que dispõe este Estatuto Social; e (x) cumprir as demais atribuições que lhe sejam estabelecidas pelos acionistas da Companhia ou pelo Conselho de Administração ou Diretoria da controladora da Companhia. **Artigo 17 - A representação** da Companhia, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante órgãos ou repartições públicas federais, estaduais e municipais e quaisquer terceiros, bem como a assinatura de escrituras, cheques, ordens de pagamento, contratos em geral e quaisquer outros documentos ou a prática de quaisquer atos que importem em responsabilidade ou obrigação para a Companhia ou exonerem terceiros de obrigação para com a Companhia; incumbirão, serão obrigatoriamente realizados: (i) por 2 Diretores, agindo sempre em conjunto; (ii) por qualquer Diretor, agindo em conjunto com 1 procurador com poderes específicos, constituído conforme previsto no § Único desta Cláusula; (iii) por 2 procuradores com poderes específicos, agindo sempre em conjunto; ou (iv) por 1 Diretor ou 1 procurador com poderes específicos, exclusivamente para o fim de representação da Companhia em juízo e/ou perante repartições públicas federais, estaduais ou municipais, conforme especificado nos instrumentos de mandato, vedada a outorga de subestabelecimento sem reservas. **§ Único - As procurações** outorgadas em nome da Companhia serão firmadas por 2 Diretores e deverão especificar os poderes conferidos, os quais terão validade de, no máximo, 1 ano, exceto as procurações cuja finalidade seja a representação em processos judiciais ou administrativos, que poderão ser por prazo indeterminado. **Capítulo V. Conselho Fiscal. Artigo 18 - A Companhia** terá um Conselho Fiscal composto por, no mínimo, 3 membros e, no máximo, 5 membros efetivos e suplentes em igual número, acionistas da Companhia ou não, o qual não funcionará em caráter permanente e somente será instalado por deliberação da Assembleia Geral, ou a pedido dos acionistas, nas hipóteses previstas em lei. **§ 1º - Os membros** do Conselho Fiscal, pessoas naturais, residentes no país, legalmente qualificadas, serão eleitos pela Assembleia Geral que deliberar a instalação do órgão, e exercerão seu mandato até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após a eleição. **§ 2º - Os membros** do Conselho Fiscal farão jus à remuneração que lhes for fixada pela Assembleia Geral, se aplicável. **§ 3º - Ocorrendo** a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar. **Artigo 19 - O Conselho Fiscal**, quando instalado, terá as atribuições previstas em lei, sendo indelegáveis as funções de seus membros. O Regimento Interno do Conselho Fiscal deverá ser elaborado, discutido e votado por seus membros na primeira reunião convocada após a sua instalação. **Capítulo VI. Exercício Social e Demonstrações Financeiras. Artigo 20 - O exercício social** tem início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras deverão ser preparadas de acordo com os prazos e demais condições previstas na legislação aplicável. **Artigo 21 - Do resultado** do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. O prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem. O lucro líquido deverá ser alocado na seguinte forma: (i) 5% serão destinados para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social; e (ii) 25%, no mínimo, serão destinados para o pagamento do dividendo obrigatório devido aos acionistas, observadas as demais disposições deste Estatuto Social e a legislação aplicável. **§ Único - A Companhia** poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício social em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder 30% do capital social. **Artigo 22 - A Companhia** poderá: (i) levantar balanços semestrais e com base nestes declarar dividendos intermediários, à conta do lucro apurado, dos lucros acumulados e da reserva de lucros; (ii) levantar balanços relativos a períodos inferiores a um semestre e distribuir dividendos intercalares, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o artigo 182, § 1º, da Lei das S.A.; e (iii) creditar ou pagar aos acionistas, na periodicidade que decidir, juros sobre o capital próprio, os quais serão imputados ao valor do dividendo obrigatório, passando a integrá-los para todos os efeitos legais. **Capítulo VII. Liquidação. Artigo 23 - A Companhia** dissolver-se-á nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral, quando for o caso, determinar o modo de liquidação e nomear o Conselho Fiscal e o liquidante que deverão atuar no período da liquidação, fixando-lhes a remuneração. **Capítulo VIII. Acordo de Acionistas. Artigo 24 - A Companhia** observará fielmente o Acordo de Acionistas. **§ 1º - O presidente** da Assembleia Geral não computará o voto proferido com infração ao Acordo de Acionistas. **§ 2º - A Companhia** não registrará em seus livros sociais, sendo nula e ineficaz em relação à Companhia, aos acionistas e a terceiros, a alienação ou oneração de ações em violação às disposições do Acordo de Acionistas. **Capítulo IX. Arbitragem. Artigo 25 - Quaisquer** disputas, controvérsias, litígios, conflitos ou discrepâncias entre as Partes de qualquer natureza que surgirem em decorrência deste Estatuto ("Conflito") serão resolvidos definitivamente por arbitragem administrada pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara do Comércio Brasil e Canadá ("CCBC"), de acordo com a Lei Federal nº 9.307/96 ("Lei de Arbitragem"), e com o regulamento de arbitragem da CCBC em vigor na data do pedido de instauração da arbitragem ("Regulamento"), com exceção das alterações aqui previstas. A lei aplicável à arbitragem será a lei brasileira e será vedado o julgamento por equidade. (i) A arbitragem será conduzida na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, podendo o Tribunal Arbitral (conforme abaixo definido), motivadamente, designar a realização de atos específicos em outras localidades. A arbitragem será conduzida na língua portuguesa e será sigilosa. (ii) A arbitragem será conduzida por 3 árbitros inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil ("Tribunal Arbitral"). A parte reclamante indicará um árbitro e a parte reclamada indicará outro árbitro, nos prazos estabelecidos pela CCBC. O terceiro árbitro, que atuará como presidente do Tribunal Arbitral, bem como os árbitros não indicados pelas partes da arbitragem no prazo estabelecido, deverão ser indicados de acordo com o Regulamento. Quaisquer omissões, recusas, impedimentos, suspeições, litígios, dúvidas e faltas de acordo quanto à indicação dos árbitros pelas partes da arbitragem ou à escolha do terceiro árbitro serão dirimidos pela CCBC. Caso qualquer dos 3 árbitros não seja nomeado no prazo previsto no Regulamento, caberá à CCBC nomeá-lo(s), de acordo com o previsto no Regulamento, ficando afastado o dispositivo do Regulamento que limite a escolha de coárbitro ou presidente do Tribunal Arbitral à lista de árbitros da CCBC. Os procedimentos previstos neste item também se aplicarão aos casos de substituição de árbitro. (iii) Na hipótese de arbitragem envolvendo 3 ou mais partes em que (i) estas partes não se reúnam em apenas dois grupos de requerentes ou requeridas; ou (ii) as partes reunidas em um mesmo grupo de requerentes ou requeridas não cheguem a um consenso sobre a indicação do respectivo coárbitro, todos os árbitros serão nomeados pela CCBC, nos termos do Regulamento, salvo acordo de todas as partes da arbitragem em sentido diverso. (iv) Qualquer das partes da arbitragem poderá requerer medida liminar ou cautelar ao Poder Judiciário, em caso de urgência e antes da constituição do Tribunal Arbitral, não podendo esta disposição ser considerada inconsistente com ou como renúncia a qualquer das disposições contidas neste Estatuto. Para tal finalidade, fica eleita a cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com a renúncia de qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja. (v) A sentença arbitral será proferida por escrito, indicará suas razões e fundamentos, e será final, vinculante e exequível contra as partes da arbitragem de acordo com seus termos, não se exigindo homologação judicial nem cabendo qualquer recurso contra ela, ressalvados os pedidos de correção e esclarecimentos ao Tribunal Arbitral previstos no artigo 30 da Lei de Arbitragem e eventual ação anulatória fundada no artigo 32 da Lei de Arbitragem. A sentença arbitral será tida pelas partes da arbitragem como solução do Conflito, as quais deverão aceitar tal sentença arbitral como a verdadeira expressão de sua vontade em relação ao Conflito. O Tribunal Arbitral poderá conceder qualquer medida disponível e apropriada conforme a lei brasileira. O Tribunal Arbitral alocará entre as partes da arbitragem, conforme os critérios da sucumbência, razoabilidade e proporcionalidade, o pagamento e o reembolso (i) das taxas e demais valores devidos, pagos ou reembolsados à CCBC, (ii) dos honorários e demais valores devidos, pagos ou reembolsados aos árbitros, (iii) dos honorários e demais valores devidos, pagos ou reembolsados aos peritos, tradutores, intérpretes, estenotipistas e outros auxiliares eventualmente designados pelo Tribunal Arbitral, (iv) dos honorários contratuais ou qualquer outro valor devido, pago ou reembolsado pela parte contrária a seus advogados, assistentes técnicos, tradutores, intérpretes e outros auxiliares, e (v) de eventual indenização por litigância de má-fé. O Tribunal Arbitral não condenará qualquer das partes da arbitragem a pagar ou reembolsar (i) honorários advocatícios de sucumbência e (ii) qualquer outro valor devido, pago ou reembolsado pela parte contrária com relação à arbitragem, a exemplo de despesas com fotocópias, autenticações, consultorias e despesas de viagens. A execução da sentença arbitral será feita na comarca da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **Capítulo X. Disposições Gerais. Artigo 26 - Os casos** omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das S.A., observado o disposto no Acordo de Acionistas.



PUBLICIDADE LEGAL

Leitesol Indústria e Comércio S.A.											
CNPJ/MF nº 65.979.973/0001-60											
As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida, e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão. As Demonstrações Financeiras completas, incluindo o respectivo relatório dos Auditores Independentes estão disponíveis no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/											
Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2025 (Expresso em reais – R\$)				Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para o Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Expresso em reais – R\$)							
Ativo	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024		Nota explicativa	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros			
Circulante							Correção monetária do capital	Incentivos fiscais	Reserva legal	Reserva lucros	Lucros acumulados
Caixa e equivalentes de caixa	4	9.338.897	14.199.331	Saldos em 31 de dezembro de 2023		28.484.551	1.691	36.325.443	5.696.910	105.012.285	175.520.880
Contas a receber	5	94.825.884	108.689.201	Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	66.157.992
Contas a receber – parte relacionada	12	450.647	507.149	Destinação para:							
Estoques	6	134.810.556	147.960.766	Distribuição de juros sobre capital próprio	14 c	–	–	–	–	–	(1.897.821)
Impostos a recuperar	7	6.200.490	5.816.963	Dividendos mínimos obrigatórios por ação do capital	14 c	–	–	–	–	–	(16.539.498)
Outros créditos		714.206	877.759	Dividendos adicionais propostos		–	–	–	(77.000.000)	–	(77.000.000)
Instrumentos financeiros derivativos	20.3	773.610	632.818	Incentivos fiscais	14 d	–	–	–	–	–	–
Total do ativo circulante		247.114.290	278.683.987	Reserva de retenção de lucros		–	–	–	–	47.720.673	(47.720.673)
Não Circulante				Saldos em 31 de dezembro de 2024		28.484.551	1.691	36.325.443	5.696.910	75.732.958	146.241.553
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	7.691.775	5.357.104	Saldos em 31 de dezembro de 2024		28.484.551	1.691	36.325.443	5.696.910	75.732.959	146.241.554
Imobilizado	9	21.119.847	21.683.629	Aumento de capital social	14 a e 14 c	48.000.000	–	–	–	–	48.000.000
Direito de uso	10	533.791	888.888	Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	53.503.341
Intangível	11	672.513	773.889	Destinação para:		–	–	–	–	–	–
Total do ativo não circulante		30.017.926	28.703.510	Reserva Legal	14 b	–	–	2.675.167	–	–	(2.675.167)
Total do Ativo		277.132.216	307.387.497	Dividendos mínimos obrigatórios	14 c	–	–	–	–	–	(12.707.044)
Passivo e Patrimônio Líquido				Dividendos adicionais propostos	14 c	–	–	–	–	(48.000.000)	–
Circulante				Dividendos adicionais propostos	14 c	–	–	–	–	(27.732.959)	–
Fornecedores		10.305.880	9.699.193	Distribuição de juros sobre capital próprio	14 c	–	–	–	–	–	(8.882.396)
Fornecedores estrangeiros – parte relacionada	12	50.420.520	99.378.972	Dividendos adicionais propostos	14 c	–	–	–	–	–	(29.238.734)
Impostos a recolher		2.218.736	1.235.929	Saldos em 31 de dezembro de 2024		76.484.551	1.691	36.325.443	8.372.077	–	121.183.762
Imposto de renda e contribuição social a recolher		3.765.355	5.383.502	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.							
Obrigações sociais a recolher		4.630.895	4.371.641								
Dividendos e juros sobre capital próprio	14 c	80.053.998	37.582.433								
Outras obrigações		3.814.406	2.545.916								
Arrendamentos	10	358.819	346.661								
Total do passivo circulante		155.568.609	160.544.247								
Não Circulante											
Provisão para riscos	13	190.670	52.618								
Arrendamentos	10	189.175	549.078								
Total do passivo não circulante		379.845	601.696								
Patrimônio Líquido											
Capital social	14 a	76.484.551	28.484.551								
Reservas de capital		1.691	1.691								
Reservas de incentivos fiscais	14 d	36.325.443	36.325.443								
Reserva legal	14 b	8.372.077	5.696.910								
Reserva de lucros	14 e	–	75.732.959								
Total do patrimônio líquido		121.183.762	146.241.554								
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		277.132.216	307.387.497								
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.											
Demonstração do Resultado para o Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Expresso em reais – R\$)				Demonstração do Resultado Abrangente para o Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Expresso em reais – R\$)				Nota explicativa 31/12/2025 31/12/2024			
	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024		Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024				
Receitas Líquidas	15	915.182.388	862.920.533	Lucro Líquido do Exercício		53.503.341	66.157.992	Estoques		13.150.210	(47.833.381)
Custo das Mercadorias e dos Produtos Vendidos	16	(748.263.964)	(673.052.034)	Outros resultados abrangentes		–	–	Outros créditos e impostos a recuperar		(219.973)	779.896
Lucro Bruto		166.918.424	189.868.499	Resultado Abrangente Total do Exercício		53.503.341	66.157.992	Aumento (diminuição) nos passivos operacionais:			
Receitas (despesas) Operacionais				Fornecedores e fornecedores estrangeiros – parte relacionada							
Comerciais	16	(77.990.726)	(71.467.771)								
Gerais e administrativas	16	(17.405.830)	(15.665.963)								
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	16	1.239.790	228.610								
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro		(94.156.766)	(86.905.124)								
Resultado Financeiro		72.761.658	102.963.375								
Receitas financeiras	17	12.338.492	13.554.446								
Despesas financeiras	17	(9.444.272)	(17.875.896)								
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		2.894.220	(4.321.450)								
Imposto de Renda e Contribuição Social		75.655.878	98.641.925								
Correntes	18	(24.487.209)	(32.301.863)								
Diferidos	18	2.334.672	(182.070)								
Lucro Líquido do Exercício		(22.152.537)	(32.483.933)								
Lucro Líquido por Ação – Básico e Diluído	19	53.503.341	66.157.992								
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.											
Demonstração do Fluxo de Caixa para o Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Expresso em reais – R\$)				Demonstração do Fluxo de Caixa para o Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Expresso em reais – R\$)				Nota explicativa 31/12/2025 31/12/2024			
	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024		Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024				
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais				Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais				Proveniente (aplicado) de atividades operacionais		63.299.408	65.701.420
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		75.655.879	98.641.925	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		75.655.879	98.641.925	Juros de empréstimos pagos	17	(118.394)	–
Ajustes para conciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:				Ajustes para conciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:				Juros pagos sobre arrendamentos	17	(26.611)	(18.380)
Depreciação e amortização	9, 10 e 11	2.656.211	2.201.481	Depreciação e amortização	9, 10 e 11	2.656.211	2.201.481	Imposto de renda e contribuição social pagos		(26.105.356)	(31.137.841)
Baixas do ativo imobilizado e intangível	9 e 11	18.610	150.570	Baixas do ativo imobilizado e intangível	9 e 11	18.610	150.570	Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		37.049.047	34.545.199
Variação cambial sobre saldos com parte relacionada	17	(6.701.176)	12.001.502	Variação cambial sobre saldos com parte relacionada	17	(6.701.176)	12.001.502	Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
Variação cambial sobre saldos de empréstimos e financiamentos	17	–	–	Variação cambial sobre saldos de empréstimos e financiamentos	17	–	–	Aquisição de ativo imobilizado	9	(1.551.722)	(6.838.001)
Juros e taxas sobre empréstimos e financiamentos	17	118.393	–	Juros e taxas sobre empréstimos e financiamentos	17	118.393	–	Venda de ativo imobilizado		276.221	280.000
Ajuste a valor presente (arrendamentos)	10	26.611	18.380	Ajuste a valor presente (arrendamentos)	10	26.611	18.380	Aquisição de ativo intangível	11	(102.845)	(276.973)
Instrumentos financeiros derivativos		3.953.030	(2.588.059)	Instrumentos financeiros derivativos		3.953.030	(2.588.059)	Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(1.378.346)	(6.834.974)
Provisão para descontos comerciais	5	1.596.304	(1.735.733)	Provisão para descontos comerciais	5	1.596.304	(1.735.733)	Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Provisão para perdas esperadas créditos de liquidação duvidosa	5	597.802	3.565.560	Provisão para perdas esperadas créditos de liquidação duvidosa	5	597.802	3.565.560	Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	14 c	(36.089.568)	(85.114.146)
Provisão para riscos	13	138.053	(151.033)	Provisão para riscos	13	138.053	(151.033)	Aquisição de empréstimos e financiamentos		5.634.283	–
(Aumento) diminuição nos ativos operacionais:		11.449.492	(40.432.640)	(Aumento) diminuição nos ativos operacionais:		11.449.492	(40.432.640)	Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos		(5.634.283)	–
Contas a receber e parte relacionada		–	–	Contas a receber e parte relacionada		–	–	Instrumentos financeiros derivativos		(4.093.822)	1.955.241
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.											
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em reais – R\$, exceto quando especificado de outra forma)											
1. Natureza das Operações – A Leitesol Indústria e Comércio S.A. (“Sociedade”), situada na cidade de Bragança Paulista, São Paulo, tem por objetivo a preparação, industrialização e comercialização de leite e derivados lácteos e de produtos alimentícios em geral, bem como a importação e exportação desses produtos, podendo ainda participar em outras sociedades. 2. Base de Elaboração e Apresentação de Demonstrações Financeiras – 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro						(“International Financial Reporting Standards IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board – IASB”, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e em atenção aos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.					
Sebastião Luís Maraggi – Diretor Presidente						Alexandre Lima da Silva – Contador – CRC 1SP 237.828/O-7					
Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras											
ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Campinas, 5 de fevereiro de 2026											
Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. CRC nº 2 SP 011.609/O-8						Fabiano Ricardo Tessitore Contador – CRC nº 1 SP 216.451/O-1					
Deloitte.											



PUBLICIDADE LEGAL

Neo Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

CNPJ/MF nº 39.665.200/0001-07 – NIRE 35.300.558.626

Ata da 5ª (Quinta) Assembleia Geral Extraordinária

Data, Hora e Local: Aos 15/12/2025, às 8:00 horas, na sede social. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, face a presença confirmada de todos os acionistas. Para presidir a Assembleia foi eleito por unanimidade o Sr. **Antonio Fernando Carretero Viscaino Junior**, que convidou a mim, **Elisângela Rasteli Barbosa Viscaino**, para secretariá-lo. **Deliberações:** 1 – O Sr. Presidente pôs em votação a análise da proposta da diretoria para quinta emissão de 8.800 debêntures simples, de R\$ 88.000.000,00, ao valor unitário de R\$ 10.000,00 cada, sendo aprovada por unanimidade a referida emissão pelas seguintes características: **1) Quantidade de Debêntures a Serem Emitidas:** Será emitido um total de 8.800 debêntures simples. **2) Número de Séries:** A emissão será realizada em 10 séries. **3) Modo e Prazo para Subscrição e Integralização:** **3.1)** As debêntures serão integralizadas no prazo de 96 meses, em moeda corrente ou em créditos possuídos pelos subscritores contra a emissora, no ato da subscrição, nos termos do Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e outras Avenças. **3.2)** As debêntures deverão ser subscritas no prazo máximo de 96 meses, contados a partir de 02/01/2026. **4) Data de Início da Emissão:** Para todos os efeitos legais, a data de início da emissão das debêntures será 02/01/2026. **5) Valor Nominal Unitário e Valor Total da Emissão:** Na data de início da emissão prevista no item 4, as debêntures representativas desta emissão terão o valor nominal unitário de R\$ 10.000,00, perfazendo o montante de R\$ 88.000.000,00. A emissão será realizada em 10 séries, sendo que o número de Debêntures a ser alocado a cada série será definido de acordo com a demanda pelas debêntures. **6) Forma:** As debêntures terão a forma nominativa, não endossável. **7) Modalidade:** Simples, não conversíveis em ações. **8) Espécie:** As debêntures serão da espécie subordinada. **9) Vencimento das Debêntures:** As debêntures desta emissão vencerão no prazo de 120 meses, contado a partir da data de emissão estabelecida no item 4, ou seja, vencerão em 02/01/2036 data em que a **Emissora** deverá pagar ao(s) debenturista(s) o respectivo valor nominal, devidamente atualizado de acordo com o estabelecido no item 12. **10) Colocação:** O lançamento das debêntures será privado, sem a intermediação de Instituição Financeira. **11) Preço de Integralização:** O preço unitário para integralização das debêntures desta emissão deverá ter o seu valor nominal fixado em R\$ 10.000,00, e será o mesmo considerado nas datas das respectivas integralizações, quando então passam a correr a atualização, na forma prevista no item 12. **12) Base de Remuneração:** a) A base de remuneração da **1ª série** será de 150% do C.D.I., expressa na forma de percentual ao mês, base 30 dias. **b)** A base de remuneração da **2ª série** será de 0,33% ao mês, acrescido do C.D.I., expressa na forma de percentual ao mês, base 30 dias. **c)** A base de remuneração da **3ª série** será de 0,41% ao mês, acrescido do C.D.I., expressa na forma de percentual ao mês, base 30 dias. **d)** A base de remuneração da **4ª série** será de 0,49% ao mês, acrescido do C.D.I., expressa na forma de percentual ao mês, base 30 dias. **e)** A base de remuneração da **5ª série** será de 0,57% ao mês, acrescido do C.D.I., expressa na forma de percentual ao mês, base 30 dias. **f)** A base de remuneração da **6ª série** será de 0,64% ao mês, acrescido do C.D.I., expressa na forma de percentual ao mês, base 30 dias. **g)** A base de remuneração da **7ª série** será de 1,24% ao mês, expressa na forma de percentual ao mês, base 30 dias. **h)** A base de remuneração da **8ª série** será de 1,28% ao mês, expressa na forma de percentual ao mês, base 30 dias. **i)** A base de remuneração da **9ª série** será de 1,32% ao mês, expressa na forma de percentual ao mês, base 30 dias. **j)** A base de remuneração da **10ª série** será de 1,35% ao mês, expressa na forma de percentual ao mês, base 30 dias. **13) Dos Pagamentos:** Os pagamentos a que fizerem jus os debenturistas serão efetuados pela **Emissora** preferencialmente através de depósito em conta(s) corrente(s) bancária(s) em nome do(s) debenturista(s), a ser indicada(s) pelo(s) mesmo(s). **14) Juros Moratórios:** Ocorrendo imputabilidade no pagamento de qualquer quantia devida aos debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1,0% ao mês e multa não compensatória de 2% sobre o valor do débito, além da remuneração tal como estabelecido no item 12, calculados desde a data de inadimplência até a data do efetivo pagamento, independente de aviso, notificação ou interposição judicial ou extrajudicial. **15) Aquisição Facultativa:** A **Emissora** poderá a qualquer tempo adquirir debêntures desta emissão que estejam em circulação, por preço não superior ao de seu valor nominal atualizado na forma prevista no item 12, observado o disposto no parágrafo 2º, do art. 55 da Lei nº 6.404 de 15/12/1976, as debêntures objeto deste procedimento poderão ser novamente colocadas em circulação. **16) Vencimento Antecipado:** Declarar-se-á antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto da emissão de que trata o presente instrumento e exigir o imediato pagamento pela **Emissora** do valor nominal atualizado, acrescido de juros remuneratórios até a data do efetivo pagamento, na ocorrência dos seguintes fatos: **16.1)** protesto legítimo e reiterado de títulos contra a **Emissora**, cujo valor global ultrapasse R\$ 1.000.000,00, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela **Emissora**, se for cancelado ou ainda se forem prestadas garantias, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 3 dias de sua ocorrência; **16.2)** pedido recuperação judicial ou extrajudicial formulado pela **Emissora**; **16.3)** decretação de falência da **Emissora**; **16.4)** falta de cumprimento, pela **Emissora** de qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão, desde que não sanada em 30 dias, contados a partir da data do recebimento do aviso escrito que lhe for enviado; ou **16.5)** vencimento antecipado de qualquer dívida da **Emissora**, previstas na Escritura de Emissão. **17) Publicidade:** Todos os atos societários e decisões decorrentes desta emissão que de qualquer forma vierem a envolver interesses dos debenturistas deverão ser veiculados na forma de avisos, em jornais de grande circulação. **18) Decadência dos Direitos aos Debenturistas:** Os direitos a juros moratórios decaem na hipótese de não comparecimento para recebimento pelos debenturistas desta emissão, dos valores correspondentes a quaisquer das obrigações pecuniárias da **Emissora**, nas datas previstas na Escritura de Emissão ou em comunicado previamente publicado. O Sr. Presidente ofereceu a palavra aos presentes para tratarem de assuntos de interesse social e, como ninguém se manifestou, os trabalhos foram suspensos pelo tempo necessário à lavratura da presente Ata. Bragança Paulista/SP, 15/12/2025. **Antonio Fernando Carretero Viscaino Junior** – Presidente da Mesa; **Elisângela Rasteli Barbosa Viscaino** – Secretária da Mesa. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 43.926/26-5 em 05/02/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Loja Integrada Tecnologia para Softwares S.A.

CNPJ/MF nº 37.571.048/0001-60 – NIRE 35.300.568.281

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os senhores acionistas da **Loja Integrada Tecnologia para Softwares S.A.**, nos termos do art. 124 da Lei nº 6.404/76, para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a realizar-se no dia 10/04/2026, às 10h, realizada exclusivamente de forma digital, por meio da plataforma Meet. O link de acesso e as instruções para participação serão disponibilizados mediante solicitação a ser encaminhada ao e-mail legal@lojaintegrada.com.br, até 20/03/2026, garantindo-se a participação e o exercício de voto pelos acionistas, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **Em sede de AGO:** (i) as contas da Administração da Companhia, bem como, as Demonstrações Financeiras e o Relatório de Administração da Companhia, referente ao exercício social encerrado em 31/12/2025; (ii) a destinação dos resultados do exercício encerrado em 31/12/2025; e (iii) deliberar sobre a fixação da remuneração global anual da Diretoria para o exercício em curso. **Em sede de AGE:** (i) deliberar sobre a ratificação de deliberações tomadas em Assembleias Gerais anteriores em que houve ausência ou irregularidade na coleta das assinaturas na lista de presenças; (ii) deliberar sobre a validade e eficácia das Assembleias Gerais realizadas em 10/08/2023, 11/04/2023, 13/03/2023, 14/09/2023, 18/04/2023, 20/03/2024 e 29/07/2024; e (iii) deliberar sobre a ratificação da data de saída de membro do Conselho da Companhia. Encontram-se à disposição dos acionistas, na sede da Companhia, os documentos pertinentes às matérias constantes da ordem do dia. São Paulo/SP, 25 de fevereiro de 2026. (27, 28/02 e 03/03/2026)

Dólar fecha a R\$ 5,1340 e encerra fevereiro com desvalorização de 2,16%

Após trocas de sinal ao longo da tarde, o dólar à vista encerrou esta sexta-feira, 27, em queda de 0,10%, a R\$ 5,1340, mais uma vez nos menores níveis desde 21 de maio de 2024. Questões técnicas típicas de fim de mês, como a disputa pela formação da última taxa ptax do período e a rolagem de po-

sições futuras, adicionaram volatilidade aos negócios, segundo operadores.

Lá fora, o dólar caiu frente outras moedas fortes e apresentou comportamento díspar na comparação com divisas emergentes e de países exportadores de commodities. Entre pares do real, apenas o rand sul-africano conseguiu ga-

DMCore Holding Financeira S.A.

CNPJ nº 37.297.147/0001-03 – NIRE 35300551591

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12/02/2026

Data, Hora e Local: Em 12/02/2026, às 8hs, na sede social. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença da única acionista a representando a totalidade do capital social da Companhia. **Mesa:** Presidente, Sr. Denis César Correia; Secretário, Sr. Tharik Camocardi de Moura. **Deliberações aprovadas:** (i) **Aprovado** o capital social totalmente subscrito e tendo sido integralizado nesta data, aprova-se o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 2.635.352,00, mediante a emissão de 2.635.352 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R\$1,00 cada, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações, estando totalmente integralizado em moeda corrente nacional. O referido aumento se dá em razão da destinação dos recursos oriundos da distribuição da reserva de lucros da Companhia **DM Instituição de Pagamentos S.A.**, referente ao exercício de 2021, deliberada em 20/10/2022, em favor da sua acionista **DM Participações S.A.**, a qual decide, neste ato, utilizar o referido montante para integralização e aumento do capital social da Companhia, nos termos e condições previstos no Boletim de Subscrição constante no Anexo I desta Ata. Em decorrência do aumento ora aprovado, o capital da Companhia, atualmente no valor de R\$ 1.013.037.565,00, é elevado para R\$ 1.015.672.917,00, dividido em 1.015.672.917 ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal, com direito a voto. (ii) **Aprovada** a alteração do Artigo 5º do Estatuto Social: **Artigo 5º - O capital social é de R\$ 1.015.672.917,00, dividido em 1.015.672.917 ações, todas ordinárias, sem valor nominal, totalmente integralizado em moeda corrente nacional.** (iii) **Aprovada** a reforma e a consolidar o Estatuto Social da Companhia. (iv) **Autorizada** a Diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários para a formalização das deliberações aprovadas nesta Assembleia, a celebrar todos e quaisquer documentos que possam ser considerados necessários à efetivação da operação citada nos itens (i), (ii) e (iii), inclusive aqueles necessários ao registro do ato na Junta Comercial. Nada mais. São José dos Campos/SP, 12/02/2026. JUCESP nº 056.115/26-0 em 25/02/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

ESTATUTO SOCIAL. Capítulo I. Da Denominação, Sede, Foro e Duração. Artigo 1º - A DMCore Holding Financeira S.A. é uma sociedade de capital fechado, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis. **Artigo 2º -** A companhia tem por objeto a participação no capital de instituições financeiras e demais sociedade autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Artigo 3º -** A Companhia tem sede e foro jurídico na Avenida Cassiano Ricardo, nº 521, 3º Andar, Sala 10, Torre B, Bairro Parque Residencial Aquarius, CEP: 12246-870, na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, podendo, por deliberação da Assembleia Geral, abrir, transferir, e extinguir sucursais, filiais, agências, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos, em qualquer parte do território nacional e no exterior. **Artigo 4º -** A Companhia terá prazo indeterminado de duração. **Capítulo II. Do Capital Social e das Ações. Artigo 5º -** O capital social é de R\$ 1.015.672.917,00, dividido em 1.015.672.917 ações, todas ordinárias, sem valor nominal, totalmente integralizado em moeda corrente nacional. § único – Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais, as quais serão tomadas na forma da legislação aplicável, sem prejuízo do disposto neste Estatuto Social. **Artigo 6º -** Os acionistas terão preferência na subscrição de novas ações decorrentes do aumento do capital social, fixando-se o prazo de 30 dias contados da data de publicação da respectiva deliberação para o exercício de preferência. **Capítulo III. Da Assembleia Geral. Artigo 7º -** A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente nos 4 primeiros meses seguintes ao término do exercício social, reunindo-se ainda extraordinariamente sempre que os interesses sociais ou a lei assim que exigirem. §1º – A Assembleia Geral será convocada na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas. §2º – A Assembleia Geral será presidida pelo Diretor Presidente ou, na sua ausência, por quem a Assembleia Geral indicar. O presidente da Assembleia Geral escolherá um dos presentes para secretariá-lo. §3º – O acionista pode fazer representar-se na Assembleia Geral por procurador, constituído na forma do artigo 126 da Lei nº 6.404 de 15/12/1976 (“Lei das S/A”). **Artigo 8º -** As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei e neste Estatuto Social, serão tomadas por acionistas que representem a maioria absoluta do capital social votante da Companhia, não se computando os votos em branco. **Capítulo IV. Da Administração. Artigo 9º -** A administração da Companhia compete à Diretoria. **Artigo 10º -** Os membros da Diretoria devem assumir seus cargos dentro de 30 dias contados das respectivas datas de nomeação, mediante assinatura do Termo de Posse no livro de atas da Diretoria, permanecendo em seus cargos até a investidura dos novos administradores eleitos. **Capítulo V. Da Diretoria. Artigo 11º -** A Diretoria é o órgão de representação da Companhia, competindo-lhe praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais. **Artigo 12º -** A Diretoria não é um órgão colegiado, podendo, contudo, reunir-se a critério do Diretor Presidente para tratar de aspectos operacionais. **Artigo 13º -** A Diretoria será composta por no mínimo 3 e no máximo 6 membros, sendo no mínimo um Diretor Presidente, um Diretor Vice-Presidente, e um Diretor Financeiro, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato de 2 anos, sendo permitida a reeleição. Os diretores deverão permanecer em seus cargos até que seus sucessores eleitos pela Assembleia Geral tomem posse de seus cargos. **Artigo 14º -** A Companhia será representada e somente será considerada validamente obrigada por ato ou assinatura: a) Do Diretor Presidente, isoladamente. b) Dos dois Diretores em conjunto; e c) De um dos Diretores em conjunto com um procurador. **Artigo 15º -** As procurações serão sempre outorgadas pelo Diretor Presidente, sendo que estabelecerão os poderes do procurador e, excetuando-se as procurações outorgadas para fins judiciais, não terão prazo de validade superior a 3 anos. **Capítulo VI. Do Conselho Fiscal. Artigo 16º -** O Conselho Fiscal somente será instalado a pedido dos acionistas e possui as competências, responsabilidades e deveres definidos em lei. §1º – O Conselho Fiscal, se instalado, será composto por, no mínimo, 3 e, no máximo, 5 membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral. §2º – O Conselho Fiscal, se instalado, poderá reunir-se sempre que necessário, mediante convocação de qualquer de seus membros, lavrando-se em ata suas deliberações. **Capítulo VII. Do Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Lucros. Artigo 17º -** O exercício social terá início em 01 de janeiro e término em 31 de dezembro. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei. **Artigo 18º -** Em cada exercício, os acionistas terão direito a um dividendo obrigatório correspondente a, no mínimo, 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 20 da Lei das S/A. **Artigo 19º -** A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual, semestral ou trimestral. § Único – Os dividendos distribuídos nos termos deste artigo poderão ser imputados ao dividendo obrigatório. **Artigo 20º -** A Companhia poderá remunerar os acionistas mediante pagamento de juros sobre capital próprio, na forma e dentro dos limites estabelecidos em lei. § Único – A remuneração paga nos termos deste artigo poderá ser imputada ao dividendo obrigatório. **Capítulo VIII. Da Liquidação da Companhia. Artigo 21º -** A Companhia se dissolverá e entrará em liquidação nos casos previsto em lei, cabendo à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação e eleger o liquidante ou liquidantes, e o Conselho Fiscal, que deverão funcionar no período de liquidação, fixando-lhes os poderes e remuneração. **Capítulo IX. Das Disposições Finais. Artigo 22º -** É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos seus interesses sociais. **Artigo 23º -** Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das S/A. **Capítulo X. Do Foro. Artigo 24º -** A Companhia, seus acionistas, Diretores e membros do Conselho Fiscal (quando instalado), elegem o Foro da Comarca de São José dos Campos/SP para dirigir quaisquer questões relacionadas ou oriundas, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disciplinas contidas na Lei das S.A. e nesse Estatuto Social.

nhar terreno. Os preços do petróleo subiram mais de 2%, diante da ausência de progresso nas negociações entre EUA e Irã sobre o programa nuclear iraniano.

Com perdas de 0,81% na semana e de 2,16% em fevereiro, após recuo de 4,40% em janeiro, o dólar à vista acumula no ano desvalorização de 6,47% em relação ao real, que apresenta em 2026 o melhor desempenho entre as principais divisas emergentes e de exportadores de commodities, ao lado do dólar australiano.

Segundo o gerente de câmbio da Treviso Corretora, Reginaldo Galhardo, as oscilações foram até contidas para um dia marcado por disputa pela taxa ptax.

Ele destaca que o dólar veio em queda nas últimas semanas de fevereiro em razão do fluxo estrangeiro e parece ter se firmado abaixo do nível técnico de R\$ 5,15.

“Foi um fim de mês sem sobressaltos e não houve clima para uma tentativa de puxar o dólar para cima. Até porque o mercado espera continuidade do movimento de queda da taxa de câmbio”, diz Galhardo, ressaltando que o aumento dos ruídos políticos, com disputas políticas no Congresso em torno de Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs), não abalaram os ativos locais. “A questão política tende a ‘fazer preço’ depois de abril.”

IstoÉDinheiro

Ibovespa emenda 3ª perda diária, mas avança 4% em fevereiro, a 188,7 mil pontos



Em baixa pelo terceiro dia seguido após ter renovado recordes na última terça-feira, então na casa dos 191 mil no fechamento, o Ibovespa acentuou a correção nesta última sessão da semana e do mês, sem deixar de assegurar ganho de 4,09% em fevereiro e de 17,17% no primeiro bimestre, no que foi o seu melhor desempenho para o intervalo inicial do ano desde 1999. Na semana, contudo, colheu o seu primeiro revés (-0,92%) desde o período de 29 de dezembro a 2 de janeiro últimos, interrompendo hoje uma sequência de sete avanços semanais.

De toda forma, com a alta de pouco mais de 4% em fevereiro, estendeu pelo sétimo mês a série positiva iniciada em agosto de 2025, no que é a mais longa sequência vitoriosa do Ibovespa desde a vista entre abril de 1996 e julho de 1997, que totalizou 16 meses. Na sexta-feira, 27, o índice saiu de máxima na abertura aos 191.005,02 – tendo conservado o nível inédito de 191 mil nos encerramentos de terça a quinta-feira –, tocando na mínima do dia os 188.478,08 pontos. Ao fim, marcava na sexta-feira 188.786,98 pontos, em baixa de 1,16%, com giro a R\$ 35,7 bilhões.

“O IPCA-15, prévia da inflação oficial de fevereiro, veio a 0,84%, bem acima do que o mercado esperava, o que contribuiu para a correção do Ibovespa na sessão, em dia de abertura da curva de juros em diversos vencimentos”, diz Bruna Centeno, economista e advisor da Blue3 Investimentos.

IstoÉDinheiro

EZZE Seguros S.A.

CNPJ/MF nº 31.534.848/0001-24

Relatório da Administração

Aos Acionistas: Senhores acionistas, É com satisfação que submetemos à apreciação de V.Sas. o relatório da administração e as demonstrações financeiras de EZZE Seguros S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. **Sobre nós:** A EZZE Seguros iniciou suas operações em outubro de 2019. Suas políticas foram construídas com os melhores conceitos de governança e práticas de mercado, principalmente quando falamos de subscrição e precificação. Trabalhamos com a estratégia de “Multi Canal” e “Multi Produto”, operando em diversos ramos de seguros, nosso portfólio conta com produtos voltados para áreas de Seguros de Automóvel, Nuclear, Pessoas, Transportes, Petróleo, Patrimonial, Responsabilidades, Riscos Financeiros, e Aviação. Durante o ano de 2025, a Seguradora manteve a implementação de novas soluções de negócios visando propiciar agilidade e comodidade aos nossos clientes e parceiros de negócio. **Desempenho:** Ao longo de 2025, o mercado financeiro permaneceu atento à condução da política monetária e ao cenário macroeconômico, ainda marcado por incertezas internas e externas. A inflação acumulada no Brasil registrou uma leve diminuição, encerrando o ano de 2025 em 4,26%, abaixo do teto da meta de 4,50% estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional e inferior ao resultado de 2024, que foi de 4,83%. No âmbito da política monetária, o Banco Central manteve a postura restritiva, elevando a taxa Selic para 15,00% em dezembro de 2025, em resposta a pressões inflacionárias persistentes e à volatilidade cambial. O Banco Central manteve uma postura cautelosa, ajustando a taxa básica de juros conforme a evolução dos indicadores econômicos, com o objetivo de assegurar a convergência da inflação às metas estabelecidas e preservar a estabilidade do sistema financeiro. As aplicações financeiras registraram um crescimento de 16%, totalizando R\$ 485.244 milhões em 31 de dezembro de

2025 (R\$418.726 em 31 de dezembro de 2024). Os ativos financeiros estão classificados na categoria “Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes” em atendimento a Circular SUSEP nº 648/21, e alterações posteriores. Todos os ativos financeiros estão vinculados às câmaras de liquidação (SELIC e CETIP) e são 100% oferecidos como ativos garantidores. O volume de prêmios emitidos em 2025 atingiu R\$1.940 milhões o que representa um crescimento de 24% ou R\$376 milhões em relação ao ano anterior (R\$ 1.564 milhões em 2024). O crescimento foi impulsionado pela abordagem orgânica na capacitação de novos negócios nos produtos de seguros, como por exemplo, o Aeronáutico e a consolidação dos ramos de atuação que a Seguradora iniciou nos anos anteriores. Essa performance reflete o resultado de ações implementadas pela administração, estando em linha com sua visão de solidez, rigidez na aceitação de risco e metas de longo prazo. O índice de sinistralidade em 2025 ficou em 43%, ou seja 11 p.p pior do que em 31 de dezembro de 2024, que foi afetado principalmente pela entrada do segmento de Automóvel Individual e Transporte, que possui uma sinistralidade histórica maior e comissionamento menor. Adicionalmente, a Companhia optou pela contratação de resseguros para ambos os grupos de ramos. Como parte da estratégia e solidez, a Seguradora avalia a sinistralidade das carteiras com o objetivo de buscar maior eficiência ao negócio. As despesas de comercialização atingiram 35% dos prêmios ganhos em 2025, 1 p.p maior que ano de 2024, sendo considerado uma variação em linha em decorrência do “mix” de produtos e mix de canal de vendas. As despesas administrativas atingiram 9,4% dos prêmios ganhos em 2025, 1.1 p.p. menor que ano de 2024 isso ressalta que a companhia segue de forma arrojada o controle orçamentário, seguindo o planejamento para o momento da Seguradora. A EZZE Seguros S.A. apresentou em

31 de dezembro de 2025 um lucro líquido de R\$ 40 milhões, uma redução de R\$28 milhões em relação ao lucro líquido de R\$ 68 milhões em 31 de dezembro de 2024, diretamente relacionado aos investimentos de marketing e a sinistralidade dos produtos de automóvel. **Perspectivas 2026:** Manteremos o foco na qualificação dos processos organizacionais. Permaneceremos concentrando esforços no desenvolvimento de negócios e lançamento de novos produtos, em consonância com o direcionamento estratégico. **Recursos Humanos:** A EZZE Seguros mantém em seu quadro profissionais com vasta experiência em suas áreas de atuação, este capital intelectual lhe proporciona condições plenas de se manter altamente competitiva frente aos seus concorrentes. A administração está comprometida com este processo contínuo de formação e aperfeiçoamento da equipe. **Distribuição de Dividendos:** Os acionistas têm direito a receber, como dividendo, no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado em cada exercício, salvo deliberação contrária em virtude de capitalização dos resultados, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. Em virtude das perspectivas para o ano de 2026, os acionistas propuseram a retenção total dos dividendos no exercício 2025, ou seja, absorção dos lucros ao capital da Seguradora. **Agradecimentos:** A EZZE Seguros S.A. agradece a seus Acionistas, Segurados, Corretores, Resseguradores e demais parceiros de negócios, como também à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, pela confiança e apoio dedicados à empresa. Aos nossos profissionais e colaboradores manifestamos o nosso reconhecimento pela dedicação e pela qualidade dos serviços prestados.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2026. **A Administração.**

Balanco patrimonial exercicios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)				
Ativo	Nota 31/12/2025	31/12/2024	Passivo	Nota 31/12/2025 31/12/2024
Circulante	1.943.202	1.600.343	Circulante	1.839.487 1.448.535
Disponível	4.b	33.622 30.074	Contas a pagar	30.830 39.294
Caixa e bancos		1.320 398	Obrigações a pagar	9 5.233
Equivalente de caixa		32.302 29.676	Impostos e encargos sociais a recolher	10.a 10.961
Aplicações	4.b/5	325.516 358.305	Encargos trabalhistas	6.243 3.727
Créditos das operações com seguros e resseguros	682.618	537.135	Impostos e contribuições	10.b 7.199
Prêmios a receber	4.b/6	657.089 495.856	Outras Contas a Pagar	1.195 1.141
Operações com seguradoras	4.b	11.541 8.250	Débitos das operações com seguros e resseguros	505.327 425.541
Operações com resseguradoras	4.b	13.988 33.029	Prêmios a restituir	– 10.679
Outros créditos operacionais	8.a	13.443 30.105	Operações com seguradoras	11 16.616
Ativos de resseguro – Provisões técnicas	4.a/13	490.380 368.350	Operações com resseguradoras	12 319.217
Títulos e créditos a receber	29.065	16.415	Corretores de seguros e resseguros	13.a 160.305
Titulos e créditos a receber	7.a	8.094 4.157	Outros débitos operacionais	13.b 9.189
Créditos tributários e previdenciários	7.b	2.818 2.344	Depósito de terceiros	15 28.090 13.495
Depósitos Judiciais e Fiscais		211 105	Provisões técnicas – seguros	4.a/14 1.274.989 969.711
Outros créditos	4.b / 7.c	17.942 9.809	Danos	1.273.770 969.711
Outros valores e bens	13.975	10.313	Pessoas	1.219 –
Bens a venda	8	13.975 10.313	Outros Débitos	251 494
Despesas antecipadas	5.359	6.890	Provisões Judiciais	23 251
Custos de aquisição diferidos	14 349.224	242.756	Passivo não circulante	430.606 331.186
Ativo não circulante	512.820	333.665	Contas a pagar	509 647
Realizável a longo prazo	478.217	299.986	Obrigações a pagar	9 509
Aplicações	4.b/5	159.728	Débitos das operações com seguros e resseguros	36.237 23.342
Créditos das operações com seguros e resseguros	66.805	39.297	Operações com seguradoras	11 8.728
Prêmios a receber	4.b/6	64.483 38.527	Operações com resseguradoras	12 11.566
Operações com seguradoras	4.b	2.322 770	Corretores de seguros e resseguros	13.a 15.943
Ativos de resseguro – Provisões técnicas	4.a/14	84.195 79.012	Provisões técnicas – seguros	4.a/14 393.859 307.197
Títulos e créditos a receber	4.709	5.605	Danos	393.859 307.197
Créditos tributários e previdenciários	7.b	4.709 5.605	Patrimônio líquido	185.929 154.287
Custos de aquisição diferidos	14 162.780	115.651	Capital social	18 120.562
Imobilizado	2.087	1.081	Aumento de Capital (em aprovação)	– 75.562
Bens móveis		946 1.016	Ajuste de avaliação patrimonial	(7.063) (8.408)
Outras imobilizações		1.141 65	Reservas de Capital	5.420 3.408
Intangível	17 32.516	32.598	Reservas de Lucros	102.988 64.752
Total do Ativo	2.456.022	1.934.008	(-) Ações em Tesouraria	(35.978) (26.027)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				
Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)				
	Capital social	Aumento de Capital em aprovação	Reserva legal	Reserva retenção lucros
Saldos em 31 de dezembro de 2023	45.000	–	3.778	71.784
Aprovação aumento de Capital Port.	–	75.562	(3.778)	(71.784)
Ajustes com TVM	–	–	–	(3.098)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	68.160
Reservas De Capital	–	–	–	–
Transferência para reserva retenção lucros	–	–	–	64.752
Transferência para reserva legal	–	–	3.408	–
Saldos em 31 de dezembro de 2024	45.000	75.562	3.408	64.752
Aprovação aumento de Capital Port.	75.562	(75.562)	–	–
Ajustes com TVM	–	–	–	1.345
Lucro líquido do exercício	–	–	–	40.248
Reservas De Capital	–	–	–	–
Transferência para reserva retenção lucros	–	–	–	38.236
Transferência para reserva legal	–	–	2.012	–
Saldos em 31 de dezembro de 2025	120.562	–	5.420	102.988
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				
Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais)				
1. Contexto operacional: A EZZE Seguros S.A. (doravante EZZE Seguros), é uma sociedade anônima de capital fechado, inscrita no CNPJ sob o no 31.534.848/0001-24, está estabelecida na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, no 50 - 10º Andar, Vila Nova Conceição, São Paulo/SP, CEP: 04.543-000. Foi constituída em 08 de agosto de 2018, transformada em seguradora conforme Assembleia Geral Extraordinária - AGE de 16 de setembro de 2019. Teve sua autorização para operar através da Portaria SUSEP no 7.519, de 25 de setembro de 2019. As operações de comercialização de seguros efetivamente iniciaram em outubro de 2019. A EZZE Seguros está autorizada a operar em seguros de danos e pessoas em todo território nacional. 2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras: a) Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), em consonância com a Circular nº 658/22 e alterações posteriores, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aprovadas pela SUSEP. As Demonstrações são apresentadas seguindo o critério de comparabilidade estabelecido pelo “CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis”. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 27 de fevereiro de 2026. b) Continuidade: A Administração avaliou a habilidade da EZZE Seguros em continuar operando normalmente e possuir recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. c) Base para mensuração: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos no balanço patrimonial: i Instrumentos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado; e Provisões técnicas e ativos de resseguros, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP. d) Moeda funcional e de apresentação: As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional da EZZE Seguros, e moeda do principal ambiente econômico em que opera, expressas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos períodos, são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. e) Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da EZZE Seguros e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As notas explicativas listadas abaixo incluem: (i) As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; (ii) As informações sobre as incertezas relacionadas às premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil. • Notas 3.i - Classificação e mensuração dos contratos de seguro; • Notas 3.d e 5 - Aplicações (Instrumentos Financeiros); e • Notas 3.j e 14 - Provisões técnicas. f) Arredondamento de valores: Todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras e notas explicativas foram arredondados com a aproximação de milhares de reais, salvo indicação contrária. g) Segregação entre circulante e não circulante: A Seguradora efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante quando atendem às seguintes premissas: • Espera-se que seja realizado ou liquidado, ou pretenda-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional (12 meses) da Seguradora; e • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado. h) Novas normas: Lei nº 15.040/2024 – Marco Legal dos Seguros. Em 2024 foi publicada a Lei nº 15.040/2024, que institui o novo marco legal dos contratos de seguro no Brasil, estabelecendo princípios e regras aplicáveis às relações contratuais securitárias, incluindo disposições sobre formação e interpretação dos contratos, agravamento de risco, comunicação de sinistro e prazos prescricionais. A Administração avaliou os impactos da referida legislação e concluiu que, até 31 de dezembro de 2025,				

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido/prejuízo) por lote de mil ações				
	Nota 31/12/2025	31/12/2024		
Prêmios emitidos	4.a	1.940.132	1.563.540	
(+/-) Variações das provisões técnicas de prêmios		(248.714)	(302.223)	
(=) Prêmios ganhos	21.a	1.691.418	1.261.317	
(-) Sinistros ocorridos	21.b	(731.140)	(407.798)	
(-) Custos de aquisição	21.c	(600.124)	(426.945)	
(+) Outras receitas e despesas operacionais	21.d	(14.810)	(6.277)	
(=) Resultado com resseguro	21.e	(121.033)	(163.777)	
(+) Receita com resseguro		259.280	124.066	
(-) Despesa com resseguro		(380.313)	(287.843)	
(-) Despesas administrativas	21.f	(159.073)	(133.062)	
(-) Despesas com tributos	21.g	(53.882)	(46.874)	
(-) Resultado financeiro	21.h	57.589	36.631	
(=) Resultado operacional		68.945	113.215	
(=) Resultado antes dos impostos e participações		68.945	113.215	
(-) Imposto de renda	22	(16.821)	(27.558)	
(-) Contribuição social	22	(10.218)	(16.686)	
(-) Participações sobre o lucro		(1.658)	(811)	
(=) Lucro do exercício		40.248	68.160	
(/) Quantidade de ações		56.100.000	56.100.000	
(=) Lucro/Prejuízo por ação		0,72	1,16	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)			
	31/12/2025	31/12/2024	
Lucro do exercício	40.248	68.160	
Ajuste de avaliação patrimonial – ativos disponíveis para venda	2.241	(5.163)	
Efeito tributário do ajuste de avaliação patrimonial	(896)	2.064	
Total do resultado abrangente do exercício	41.593	65.061	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)			
Fluxo de Caixa – Método Indireto	Nota 31/12/2025	31/12/2024	
Atividades Operacionais			
Lucro Líquido do Período	40.248	68.160	
Ajustes para:			
(+/-) Depreciações e Amortizações		4.273	4.574
(+/-) Perda (Reversão de perdas) por redução ao valor recuperável dos ativos	21.d	719	1.199
(+/-) Outros ajustes		1.344	(3.098)
Variação das contas patrimoniais:			
(+/-) Ativos Financeiro		(66.518)	(132.088)
(+/-) Créditos das operações de seguros e resseguros		(173.710)	(163.599)
(+/-) Ativos de Resseguro		(124.412)	(69.532)
(+/-) Créditos fiscais e Previdenciários		422	(3.829)
(+/-) Despesas antecipadas		1.531	(461)
(+/-) Custos de Aquisição Diferidos		(153.597)	(138.119)
(+/-) Outros Ativos		824	(40.768)
(+/-) Obrigações a pagar		(607)	(5.175)
(+/-) Impostos e contribuições		18.991	57.181
(+/-) Outras contas a pagar		53	494
(+/-) Débitos de operações com seguros e resseguros		93.900	128.930
(+/-) Depósitos de terceiros		14.595	(7.189)
(+/-) Provisões técnicas – seguros e resseguros		387.920	426.093
(+/-) Débitos diversos		(143)	(166)
Caixa Gerado/(Consumido) nas Operações	45.735	122.607	
(-) Impostos sobre lucros pagos		(27.039)	(44.244)
Caixa Líquido Gerado/(Consumido) nas Atividades Operacionais	18.696	78.363	
(-) Pagamento pela Compra de Ativo Permanente	(5.197)	(23.694)	
(-) Imobilizado		(1.308)	(500)
(-) Intangível		(3.889)	(23.194)
Caixa Líquido Gerado/(Consumido) nas Atividades de Investimento	(5.197)	(23.694)	
(+/-) Outros (ações de tesouraria)		(9.951)	(26.027)
Caixa Líquido Gerado/(Consumido) nas Atividades de Financiamento	(9.951)	(26.027)	
Aumento/(Redução) líquido(a) de Caixa e Equivalentes de Caixa	3.548	28.642	
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período		30.074	1.432
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período		33.622	30.074
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

intenção da supervisionada de receber fluxos de caixa contratuais ou negociar e deverá ser registrado as variações no valor justo diretamente no resultado do exercício, a EZZE Seguros não possui ativos financeiros classificados nessa categoria. **iv) Determinação do valor justo:** Os títulos de renda fixa públicos tiveram seu valor justo obtido a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima). Os fundos de investimento são valorizados com base no valor unitário da quota na data de encerramento do balanço, conforme apurado e informado pelos gestores dos respectivos fundos. As aplicações financeiras são custodiadas, registradas no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) e B3-Brasil, Bólsão e Balcão S.A. **v) Redução do valor recuperável dos ativos financeiros:** A EZZE Seguros, ao realizar a análise nas datas do balanço, verifica se existem indícios claros e objetivos que indiquem a impossibilidade de recuperação de determinado ativo financeiro ou conjunto de ativos financeiros. Considera-se que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros é irre recuperável apenas quando houver evidência objetiva de que, após o reconhecimento inicial do ativo, ocorreram eventos que resultem em perda de valor (“evento de perda”), e que esse evento tenha impacto direto e significativo nos fluxos de caixa futuros projetados para o ativo ou grupo de ativos financeiros, cujos efeitos possam ser razoavelmente estimados. **vi) Redução ao valor recuperável de prêmios a receber:** A EZZE Seguros constitui redução ao valor recuperável sobre os prêmios de riscos vigentes através de estudo técnico desenvolvido pela Seguradora, é considerado a expectativa de recebimento, utilizando como base a parcela decorrida dos prêmios pendentes do mês de fechamento, líquidos de Cosseguro e Resseguro. **vii) Redução ao valor recuperável de sinistros pagos a recuperar:** A EZZE Seguros constitui redução ao valor recuperável sobre os ativos por contrato de resseguro quando houver evidências objetivas e de acordo com as análises operacionais e estudos realizados. **e) Imobilizado:** O ativo imobilizado de uso próprio compreende móveis e utensílios, equipamentos e instalações utilizados na condução dos negócios da EZZE Seguros. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico. O custo do ativo imobilizado é reduzido por depreciação acumulada do ativo. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. Gastos subsequentes são capitalizados ao valor contábil do ativo imobilizado ou reconhecidos como um componente separado do ativo imobilizado, somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com o item do ativo irão fluir para a EZZE Seguros e o custo do ativo possa ser avaliado com confiabilidade. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado do período conforme incorridos. A depreciação do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos.

Grupo de ativo	Vida útil estimada	Depreciação ao ano %
Móveis e utensílios	10 anos	10,00%
Equipamentos	05 anos	20,00%
Instalações	03 anos	33,33%

f) Imparidade de ativos não financeiros: Os ativos não financeiros (incluindo *continuação* <

continuação

							EZZE Seguros S.A.							
31/12/2025			31/12/2024											
	Vencidos ou a vencer em menos de 1 ano	A Vencer em mais de 1 ano	Vencidos ou a vencer em menos de 1 ano	A Vencer em mais de 1 ano										
	Valor Contábil		Valor Contábil											
Passivos														
Contas a pagar	31.339	30.830	509	39.941	39.294	647								
Débitos das operações com seguros e resseguros														
Depósitos de terceiros	532.727	496.490	36.237	448.883	425.541	23.342								
Depósitos de terceiros	28.090	28.090	-	13.494	13.494	-								
Provisões técnicas														
seguros	1.667.629	1.277.747	389.882	1.279.709	974.367	305.342								
Total de passivos	2.259.785	1.833.157	426.628	1.782.027	1.452.696	329.331								
Liquidez geral	151.580			121.102										
							31/12/2025		31/12/2024					
Tipo	Rating	Valor a Recuperar	RVR	Líquido	Líquido		Classe de ativo		Variação das premissas	Líquido e Resultado	Líquido e Resultado			
Admitida	A	20	(1)	19	1.017		Ativos prefixados – Públicos	Aumento de 1% na taxa SELIC		1.754	29			
Admitida	A+	872	(3)	869	2.919		Ativos prefixados – Fundos de Investimento	Redução de 1% na taxa SELIC	(1.737)		(29)			
Eventual	A	1.905	(6)	1.899	2.463		Ativos prefixados – Fundos de Investimento	Aumento de 1% na taxa CDI	5.874	3.642				
Eventual	A+	3.290	(10)	3.280	19.966			Redução de 1% na taxa CDI	(5.816)	(3.606)				
Eventual	AA-	888	(14)	874	49		ii. Sensibilidade à taxa de inflação: A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de inflação, mantendo todas as outras variáveis constantes. Utilizamos como premissa a variação em 1% no Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), e calculamos o impacto causado nos preços dos títulos públicos federais pós-fixados, por meio das metodologias de cálculo das PU's de cada tipo de ativos. A partir desta simulação de preços ajustados, pudemos calcular o impacto sobre o valor dos ativos da EZZE Seguros e, consequentemente, o impacto no patrimônio líquido e resultado.							
Eventual	NR	92	(2)	90	-									
Local	A	102	(1)	101	839									
Local	A-	1.461	(6)	1.455	4.167									
Local	A+	14	-	14	588									
Local	A++	13	-	13	680									
Local	AA-	61	-	61	341									
Local	NR	5.319	(6)	5.313	-									
Total		14.037	(49)	13.988	33.029									
c) Risco de mercado: O risco de mercado compreende três modalidades de risco: taxa de câmbio (risco de moeda), taxa de juros de mercado (risco de taxa de juros) e preços de mercado (risco de preço). A política para risco de mercado visa: • Definir a apropriação de ativos e a estrutura na carteira, visando assegurar que os ativos lastreiem passivos específicos de seguradora. • A EZZE Seguros adota como política de investimentos, a concentração de seus investimentos em títulos federais, ou em fundos de renda fixa compostos principalmente por títulos públicos federais. Desta forma, a única exposição ao risco nos investimentos é o risco sistêmico do país. d.1) Risco por moeda: i. Sensibilidade à variação cambial: A Companhia possui ativos financeiros denominados em moeda estrangeira, substancialmente representados por títulos públicos do governo norte-americano. Tais ativos estão sujeitos à variação da taxa de câmbio entre o dólar norte-americano (USD) e o real (BRL), moeda funcional da Companhia. Adicionalmente, a Companhia pode possuir prêmios a receber e provisões técnicas denominadas em moeda estrangeira, o que gera exposição cambial bruta. A Administração monitora a exposição líquida considerando a compensação entre ativos e passivos na mesma moeda (hedge natural). Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a exposição líquida à variação cambial encontra-se concentrada na diferença entre ativos financeiros e obrigações denominadas em moeda estrangeira. d.2) Risco de taxa de juros: O risco de taxa de juros consiste no risco de flutuações no valor ou nos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro devido às variações nas taxas de juros de mercado. Os instrumentos de renda fixa expõem a EZZE Seguros a risco de juros a valor justo. A política														
5. Aplicações a) Carteira de Aplicações por vencimento:														
							31/12/2025							
Ativos financeiros disponíveis para venda							Sem vencimento	Menos de 365 dias	Mais de 365 dias	Ajuste ao valor de mercado	Valor contábil/mercado	%	Taxa de Juros por papel aa	
Ações							1.731	-	-	(742)	989	0%		
Letras Financeiras do Tesouro							-	180.725	125.453	268	306.445	63%	SELIC	
Notas do Tesouro Nacional – B							-	5.131	37.410	(10.585)	31.957	7%	6%+IPCA	
Notas do Tesouro Nacional – F							-	-	7.922	(712)	7.210	1%	10%	
Quotas de Fundos de Investimento							-	138.643	-	-	138.643	29%	CDI	
Total							1.731	324.499	170.786	(11.771)	485.244	100%		
							31/12/2024							
Ativos financeiros disponíveis para venda							Sem vencimento	Menos de 365 dias	Mais de 365 dias	Ajuste ao valor de mercado	Valor contábil/mercado	%	Taxa de Juros por papel aa	
Ações							1.731	-	-	(1.128)	603	0%		
Letras Financeiras do Tesouro							-	2.563	26.559	8	29.130	7%	SELIC	
Notas do Tesouro Nacional – B							-	1.922	39.439	(11.504)	29.857	7%	6%+IPCA	
Notas do Tesouro Nacional – F							-	706	7.258	(1.388)	6.576	2%	10%	
Quotas de Fundos de Investimento							-	352.560	-	-	352.560	84%	CDI	
Total							1.731	357.751	73.256	(14.012)	418.726	100%		
(*) O valor do Ajuste do valor de Mercado está bruto de Imposto de Renda e Contribuição Social. Os títulos da Seguradora são atrelados às reservas soberanas do país, as quais possuem classificação de risc BB- (Standard & Poor's), exceto as Quotas de Fundos de Investimentos. b) Hierarquia dos ativos financeiros: Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos; Nível 2: Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e Nível 3: Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Movimentação dos títulos e valores mobiliários:														
Ativos financeiros disponíveis para venda							Saldo em 31/12/2024 Aplicações Resgates Rendimentos Ajuste ao valor de mercado Saldo em 31/12/2025							
Renda fixa:														
Letras Financeiras do Tesouro							Nível 1	29.130	272.350	-	4.704	260	306.444	
Notas do Tesouro Nacional – B							Nível 1	29.857	-	(2.015)	3.196	919	31.957	
Notas do Tesouro Nacional – F							Nível 1	6.576	-	(361)	319	676	7.210	
Quotas de Fundos de Investimento							Nível 1	352.560	529.526	(790.528)	47.086	-	138.644	
Renda variável:														
Ações							Nível 1	603	-	-	386	989		
Total								418.726	801.876 (792.904)	55.305	2.241	485.244		
Ativos financeiros disponíveis para venda							Saldo em 31/12/2023 Aplicações Resgates Rendimentos Ajuste ao valor de mercado Saldo em 31/12/2024							
Renda fixa:														
Letras do Tesouro Nacional							Nível 1	-	-	-	-	-		
Letras Financeiras do Tesouro							Nível 1	5.056	24.111	(1.560)	1.490	33	29.130	
Notas do Tesouro Nacional – B							Nível 1	52.651	-	(22.908)	4.458	(4.344)	29.857	
Notas do Tesouro Nacional – F							Nível 1	7.380	334	(722)	220	(636)	6.576	
Quotas de Fundos de Investimento							Nível 1	220.733	391.048	(284.748)	25.527	-	352.560	
Renda variável:														
Ações							Nível 1	819	-	-	-	(216)	603	
Total								286.639	415.493 (309.938)	31.695	(5.163)	418.726		
c) Instrumentos financeiros derivativos: Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 não havia contratos envolvendo operações de instrumentos financeiros derivativos 6. Prêmios a receber: a.1) Composição: Os prêmios a receber contemplam os prêmios de emissão direta, cosseguro aceito, riscos vigentes não emitidos. O período médio de parcelamento dos prêmios da Seguradora é de 5 meses.														
							31/12/2025							
Prêmios a Receber							Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber líquido						
Patrimonial							90.845	(2.943)	87.902					
Riscos Financeiros							121.803	(7.873)	113.930					
Petróleo							28.815	-	28.815					
Responsabilidades							48.098	(201)	47.897					
Pessoas Coletivo							258.658	(222)	258.436					
Automóvel							99.239	(4)	99.235					
Transportes							33.604	(2.001)	31.603					
Nucleares							16.711	-	16.711					
Aeronáutico							23.841	(1.260)	22.581					
Pessoas Individual							2.578	(47)	2.531					
Demais							6.073	(107)	5.966					
Habitacional							5.967	(21)	5.946					
Rural							105	(86)	19					
Total							736.337	(14.765)	721.572					
							31/12/2024							
Prêmios a Receber							Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber líquido						
Patrimonial							86.963	(1.520)	85.443					
Riscos Financeiros							121.481	(5.190)	116.291					
Petróleo							44.815	-	44.815					
Responsabilidades							34.748	(142)	34.606					
Pessoas Coletivo							91.108	(179)	90.929					
Automóvel							99.094	(1)	99.093					
Transportes							33.517	(1.940)	31.577					
Nucleares							14.711	-	14.711					
Aeronáutico							14.398	(228)	14.170					
Pessoas Individual							2.108	(42)	2.066					
Demais							781	(100)	680					
Habitacional							675	(20)	655					
Rural							106	(81)	25					
Total							543.724	(9.341)	534.383					
a.2) Por vencimento: Os prêmios a receber, por vencimento, estão distribuídos da seguinte forma:														
							31/12/2025		31/12/2024					
Vencidos até 01 a 30 dias							11.122		13.153					
Vencidos de 31 a 60 dias							5.354		5.764					
Vencidos de 61 a 120 dias							4.334		4.639					
adotada para o risco de taxa de juros determina que a Seguradora administre tal risco mantendo uma combinação adequada entre instrumentos a juros fixos e a juros variáveis. i. Sensibilidade à taxa de juros: A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes. Utilizamos como premissa a variação em 1% na taxa básica de juros, e calculamos o impacto causado nos preços dos títulos públicos federais pré-fixados, por meio das metodologias de cálculo das PU's de cada tipo de ativos. A partir desta simulação de preços ajustados para a nova taxa de juros, pudemos calcular o impacto sobre o valor dos ativos da EZZE Seguros e, consequentemente, o impacto no patrimônio líquido e resultado.														
							31/12/2025		31/12/2024					
							Impacto sobre o Patrimônio Líquido e Resultado		Impacto sobre o Patrimônio Líquido e Resultado					
Classe de ativo							Variação das premissas							
Ativos prefixados – Públicos							Aumento de 1% na taxa SELIC		1.754		29			
Ativos prefixados – Fundos de Investimento							Redução de 1% na taxa SELIC		(1.737)		(29)			
Ativos prefixados – Fundos de Investimento							Aumento de 1% na taxa CDI		5.874		3.642			
Investimento							Redução de 1% na taxa CDI		(5.816)		(3.606)			
ii. Sensibilidade à taxa de inflação: A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de inflação, mantendo todas as outras variáveis constantes. Utilizamos como premissa a variação em 1% no Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), e calculamos o impacto causado nos preços dos títulos públicos federais pós-fixados, por meio das metodologias de cálculo das PU's de cada tipo de ativos. A partir desta simulação de preços ajustados, pudemos calcular o impacto sobre o valor dos ativos da EZZE Seguros e, consequentemente, o impacto no patrimônio líquido e resultado.														
							31/12/2025		31/12/2024					
							Impacto sobre o Patrimônio Líquido e Resultado		Impacto sobre o Patrimônio Líquido e Resultado					
Classe de ativo							Variação das premissas							
Ativos pós fixados – Públicos							Aumento de 1% no IPCA		289		344			
Ativos pós fixados – Públicos							Redução de 1% no IPCA		(286)		(341)			
d) Risco Operacional: A EZZE Seguros define risco operacional como o risco de perda resultante de processos internos, erros e omissões pelos colaboradores, sistemas de informações inadequados ou falhos, extrapolação de autoridade dos colaboradores, desempenho insatisfatório, falhas na adoção dos critérios de subscrição, fraudes e eventos externos que ocasionem ou não a interrupção de negócios. A gestão de riscos operacionais na EZZE Seguros é realizada por toda a diretoria por meio da avaliação e melhorias dos procedimentos operacionais. e) Risco de Capital: A EZZE Seguros executa suas atividades de gestão de risco de capital com o objetivo de atender aos requerimentos de capital mínimo, segundo critérios de exigibilidade de capital emitidos pela SUSEP, e para manter o retorno sobre o capital para os acionistas. A EZZE Seguros mantém níveis de capital dentro dos requerimentos mínimos regulatórios, conforme nota explicativa 20. A EZZE Seguros, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros.														

c) Outros Créditos:				31/12/2025		31/12/2024	
Adiantamentos administrativos				16.525		9.607	
Outros créditos				1.417		202	
Total				17.942		9.809	
Circulante				17.942		9.809	
8. Outros Créditos Operacionais:							
				31/12/2025		31/12/2024	
Total				3.811		77	
Valores a Recuperar – Estipulantes				9.632		30.028	
Valores a Recuperar – Corretores				13.443		30.105	
				31/12/2025		31/12/2024	
Total				9.465		8.422	
Salvados				4.510		1.891	
Estimativa de salvados				13.975		10.313	
Circulante				13.975		10.313	
a) Salvados							
Salvados							
Estimativa de salvados							
b) Expectativas de prazo para realização dos ativos de direitos a salvados e a ressarcimentos estimados reconhecidos no ativo:							
				31/12/2025		31/12/2024	
Mês				2.962		1.176	
1 mês				437		301	
2 meses				280		121	
3 meses				158		171	
4 meses				198		70	
5 meses				178		41	
6 meses				154		44	
7 meses				39		5	
8 meses				1		-	
9 meses				8		-	
10 meses				21		-	
11 meses				20		2	
12 meses				54		-	
13 a 19 meses				4.510		1.891	
Total				1.608		1.608	
c) Desenvolvimento das efetivas realizações dos ativos de direitos a salvados e a ressarcimentos reconhecidos no ativo:							
				31/12/2025		31/12/2024	
Mês				2.962		1.608	
1 mês				437		845	
2 meses				280		172	
3 meses				158		1.128	
4 meses				198		138	
5 meses				178		263	
6 meses				154		126	
7 meses				39		342	
8 meses				1		171	
9 meses				8		30	
10 meses				21		31	
11 meses				20		6	
12 meses				54		97	
13 a 18 meses				4.510		4.957	
Total				1.608		1.608	
d) Detalhamento dos saldos de salvados à venda e ressarcimentos a receber:							
				31/12/2025		31/12/2024	
Automóvel				7.898		524	
Transporte				29.376		3.263	
Total				(1.070)		(120)	
Ajuste				1.391		194	
Venda				(31.148)		(843)	
Saldo final no exercício				6.447		3.018	
				31/12/2025		31/12/2024	
Saldo inicial no exercício				417		120	
Aviso				12.800		1.509	
Cancelamento				(1.086)		(13)	
Ajuste				(453)		85	
Venda				(3.780)		(1.177)	
Saldo final no exercício				7.898		524	
9. Obrigações a pagar:							
				31/12/2025		31/12/2024	
Fornecedores				5.230		4.479	
Participações dos lucros				-		1.200	
Outras obrigações a pagar – IOF				509		647	
Outros				3		23	
Total				5.742		6.349	
Circulante				5.233		5.702	
Não circulante				509		647	
10. Impostos, contribuições e encargos sociais a recolher:							
10.a Impostos e encargos sociais a recolher:							
				31/12/2025		31/12/2024	
Imposto Sobre Operações Financeiras				7.794		16.360	
Imposto de Renda Retido na Fonte				711		1.610	
Imposto Sobre Serviços Retido na Fonte				834		418	
Encargo Sobre Folha de Pagamento a Recolher				1.334		1.242	
Contribuições Retidas na Fonte				288		211	
Total				10.961		19.841	
Circulante				10.961		19.841	
10.b Impostos e contribuições :							
				31/12/2025		31/12/2024	
Imposto de Renda				1.513		3.344	
Contribuição Social				1.402		2.539	
Cofins				3.526		2.611	
Pis/Pasep				758		389	
Total				7.199		8.883	
11. Operações com seguradoras:							
				31/12/2025		31/12/2024	
Prêmio de cosseguro aceito				Prêmio de cosseguro	Prêmio de cosseguro	Prêmio de cosseguro	Total
a restituir				cedido emitido	cedido a liquidar		
Ramos				55	4.846	866	5.767
Patrimonial				1.123	14.705	437	16.265
Riscos Financeiros				-	-	42	42
Petróleo				-	3.204	67	3.271
Transportes				1.178	22.755	1.412	25.345
Total				1.178	14.026	1.412	16.61

EZZE Seguros S.A.									
Ramos		31/12/2025	31/12/2024						
Transportes		7.090	244						
Total		176.248	120.238						
Circulante		160.305	112.782						
Não circulante		15.943	7.456						
b) Outros débitos operacionais:									
Grupo		31/12/2025	31/12/2024						
Agentes e Correspondentes		772	802						
Estipulantes		11.489	7.553						
Total		12.261	8.355						
Circulante		12.261	8.355						
14. Movimentação das provisões técnicas e dos custos de aquisição diferidos e Ativos de Resseguros: Provisões técnicas e custo de aquisição:									
		31/12/2025							
		Total		Custos de					
		Provisões		Aquisição					
		Técnicas		Diferidos					
Ramos	PPNG	PSL	IBNR	PDR	PVR				
Demais	-	-	-	-	-	708			
Patrimonial	756.889	216.455	32.063	4.607	748	1.010.762	216.979		
Pessoas – Acidentes Pessoais	10.364	3	218	-	366	10.951	5.308		
Pessoas – Vida	369.133	26.620	46.341	1.010	12	443.116	274.115		
Responsabilidades	26.243	13.434	2.600	769	87	43.133	6.269		
Rural	52.677	14.244	2.706	74	-	69.701	5.661		
Transportes	9.923	8.973	231	952	6	20.085	2.536		
Nucleares	34.697	679	4.361	-	-	39.737	426		
Aeronáuticos	25.639	5.028	696	-	-	31.363	2		
Saldo	1.285.565	285.436	89.216	7.412	1.219	1.668.848	512.004		
		31/12/2024							
		Total		Custos de					
		Provisões		Aquisição					
		Técnicas		Diferidos					
Ramos	PPNG	PSL	IBNR	PDR					
Patrimonial	180.762	45.050	9.338	1.601		236.751	77.900		
Responsabilidades	51.412	16.121	3.304	729		71.566	7.019		
Automóvel	123.423	24.446	3.768	460		152.097	20.837		
Transportes	25.235	16.801	2.738	1.096		45.870	4.980		
Riscos Financeiros	317.927	47.851	3.707	359		369.844	72.823		
Pessoas Coletivo	219.731	19.192	26.292	457		265.672	166.008		
Habitacional	6	-	188	-		194	1		
Rural	142	1.218	-	11		1.371	43		
Pessoas Individual	9.427	15	160	(1)		9.601	7.114		
Petróleo	85.004	-	4.361	-		89.365	82		
Nucleares	22.746	-	524	-		23.270	2		
Aeronáuticos	14.011	-	97	-		14.108	1.597		
Saldo	1.049.826	170.694	54.477	4.712	1.279.709	358.406			
Movimentação das provisões técnicas e dos custos de aquisição diferidos e Ativos de Resseguros									
		31/12/2025							
		Total		Custos de					
		Provisões		Aquisição					
		Técnicas		Diferidos					
Saldo em 31/12/24	PPNG	PSL	IBNR	PDR	PVR				
31/12/24	1.049.826	170.694	54.477	4.712	10.679	1.290.388	358.406		
Constituições decorrentes de prêmios	2.330.014	-	34.739	-	-	2.364.753	498.740		
Diferimento pelo risco decorrido (2.094.275)	-	-	-	-	-	(2.094.275)	(345.143)		
Aviso de sinistros	-	456.435	-	24.471	-	480.906	-		
Ajuste de estimativa de sinistros	-	208.819	-	226	-	209.045	-		
Pagamentos	-	(594.330)	-	(24.704)	(188.604)	(807.638)	-		
Outras constituições	-	43.818	-	2.707	179.144	225.669	-		
Saldo em 31/12/25	1.285.565	285.436	89.216	7.412	1.219	1.668.848	512.004		
Circulante	891.706	285.436	89.216	7.412	1.219	1.274.989	349.224		
Não circulante	393.859	-	-	-	-	393.859	162.780		
Ativos de Resseguros – provisões técnicas:									
15. Depósito de terceiros: Aging list Cobrança antecipada e prêmios e emolumentos									
		31/12/2025							
		Total		Custos de					
		Provisões		Aquisição					
		Técnicas		Diferidos					
Saldo em 31/12/24	PPNG	PSL	IBNR	PDR	PVR				
31/12/24	1.049.826	170.694	54.477	4.712	10.679	1.290.388	358.406		
Constituições decorrentes de prêmios	2.330.014	-	34.739	-	-	2.364.753	498.740		
Diferimento pelo risco decorrido (2.094.275)	-	-	-	-	-	(2.094.275)	(345.143)		
Aviso de sinistros	-	456.435	-	24.471	-	480.906	-		
Ajuste de estimativa de sinistros	-	208.819	-	226	-	209.045	-		
Pagamentos	-	(594.330)	-	(24.704)	(188.604)	(807.638)	-		
Outras constituições	-	43.818	-	2.707	179.144	225.669	-		
Saldo em 31/12/25	1.285.565	285.436	89.216	7.412	1.219	1.668.848	512.004		
Circulante	891.706	285.436	89.216	7.412	1.219	1.274.989	349.224		
Não circulante	393.859	-	-	-	-	393.859	162.780		
Ativos de Resseguros – provisões técnicas:									
16. Desenvolvimento de Sinistros:									
		31/12/2025							
		Total		Custos de					
		Provisões		Aquisição					
		Técnicas		Diferidos					
Saldo em 31/12/24	PPNG	PSL	IBNR	PDR	PVR				
31/12/24	1.049.826	170.694	54.477	4.712	10.679	1.290.388	358.406		
Constituições decorrentes de prêmios	2.330.014	-	34.739	-	-	2.364.753	498.740		
Diferimento pelo risco decorrido (2.094.275)	-	-	-	-	-	(2.094.275)	(345.143)		
Aviso de sinistros	-	456.435	-	24.471	-	480.906	-		
Ajuste de estimativa de sinistros	-	208.819	-	226	-	209.045	-		
Pagamentos	-	(594.330)	-	(24.704)	(188.604)	(807.638)	-		
Outras constituições	-	43.818	-	2.707	179.144	225.669	-		
Saldo em 31/12/25	1.285.565	285.436	89.216	7.412	1.219	1.668.848	512.004		
Circulante	891.706	285.436	89.216	7.412	1.219	1.274.989	349.224		
Não circulante	393.859	-	-	-	-	393.859	162.780		
Ativos de Resseguros – provisões técnicas:									
16. Desenvolvimento de Sinistros:									
		31/12/2025							
		Total		Custos de					
		Provisões		Aquisição					
		Técnicas		Diferidos					
Saldo em 31/12/24	PPNG	PSL	IBNR	PDR	PVR				
31/12/24	1.049.826	170.694	54.477	4.712	10.679	1.290.388	358.406		
Constituições decorrentes de prêmios	2.330.014	-	34.739	-	-	2.364.753	498.740		
Diferimento pelo risco decorrido (2.094.275)	-	-	-	-	-	(2.094.275)	(345.143)		
Aviso de sinistros	-	456.435	-	24.471	-	480.906	-		
Ajuste de estimativa de sinistros	-	208.819	-	226	-	209.045	-		
Pagamentos	-	(594.330)	-	(24.704)	(188.604)	(807.638)	-		
Outras constituições	-	43.818	-	2.707	179.144	225.669	-		
Saldo em 31/12/25	1.285.565	285.436	89.216	7.412	1.219	1.668.848	512.004		
Circulante	891.706	285.436	89.216	7.412	1.219	1.274.989	349.224		
Não circulante	393.859	-	-	-	-	393.859	162.780		
Ativos de Resseguros – provisões técnicas:									
16. Desenvolvimento de Sinistros:									
		31/12/2025							
		Total		Custos de					
		Provisões		Aquisição					
		Técnicas		Diferidos					
Saldo em 31/12/24	PPNG	PSL	IBNR	PDR	PVR				
31/12/24	1.049.826	170.694	54.477	4.712	10.679	1.290.388	358.406		
Constituições decorrentes de prêmios	2.330.014	-	34.739	-	-	2.364.753	498.740		
Diferimento pelo risco decorrido (2.094.275)	-	-	-	-	-	(2.094.275)	(345.143)		
Aviso de sinistros	-	456.435	-	24.471	-	480.906	-		
Ajuste de estimativa de sinistros	-	208.819	-	226	-	209.045	-		
Pagamentos	-	(594.330)	-	(24.704)	(188.604)	(807.638)	-		
Outras constituições	-	43.818	-	2.707	179.144	225.669	-		
Saldo em 31/12/25	1.285.565	285.436	89.216	7.412	1.219	1.668.848	512.004		
Circulante	891.706	285.436	89.216	7.412	1.219	1.274.989	349.224		
Não circulante	393.859	-	-	-	-	393.859	162.780		
Ativos de Resseguros – provisões técnicas:									
16. Desenvolvimento de Sinistros:									
		31/12/2025							
		Total		Custos de					
		Provisões		Aquisição					
		Técnicas		Diferidos					
Saldo em 31/12/24	PPNG	PSL	IBNR	PDR	PVR				
31/12/24	1.049.826	170.694	54.477	4.712	10.679	1.290.388	358.406		
Constituições decorrentes de prêmios	2.330.014	-	34.739	-	-	2.364.753	498.740		
Diferimento pelo risco decorrido (2.094.275)	-	-	-	-	-	(2.094.275)	(345.143)		
Aviso de sinistros	-	456.435	-	24.471	-	480.906	-		
Ajuste de estimativa de sinistros	-	208.819	-	226	-	209.045	-		
Pagamentos	-	(594.330)	-	(24.704)	(188.604)	(807.638)	-		
Outras constituições	-	43.818	-	2.707	179.144	225.669	-		
Saldo em 31/12/25	1.285.565	285.436	89.216	7.412	1.219	1.668.848	512.004		
Circulante	891.706	285.436	89.216	7.412	1.219	1.274.989	349.224		
Não circulante	393.859	-	-	-	-	393.859	162.780		
Ativos de Resseguros – provisões técnicas:									
16. Desenvolvimento de Sinistros:									
		31/12/2025							
		Total		Custos de					
		Provisões		Aquisição					
		Técnicas		Diferidos					
Saldo em 31/At									

PUBLICIDADE LEGAL

continuação

EZZE Seguros S.A.									
	31/12/2025	31/12/2024		31/12/2025	31/12/2024				
e) Resultado com Operação de Resseguros:	(121.033)	(163.777)	Receitas com títulos de renda fixa públicos – Rendimento	8.219	6.168				
Receita com resseguro	259.280	124.066	Receitas com títulos de renda variável	–	–				
Indenização de sinistros	248.443	112.763	Receitas financeiras com operações de seguros	5.194	5.796				
Despesas com sinistros	3.863	4.004	Receitas com fundos de investimento	47.086	25.527				
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados – IBNR	6.253	1.720	Receitas financeiras eventuais	7	10				
Receitas com participações em lucros	721	5.579	Despesas financeiras	(3.553)	(3.001)				
Despesa com resseguro	(380.313)	(287.843)	Despesas financeiras com operações de seguros	(2.660)	(1.278)				
Prêmios de resseguros	(418.613)	(300.047)	Despesas financeiras de encargos sobre tributos	(491)	(379)				
Variação da despesa de resseguro	43.213	15.098	Despesas com Impostos Sobre Operações Financeiras	–	(161)				
Salvados e ressarcimentos ao ressegurador	(4.913)	(2.894)	Despesas financeiras eventuais	(402)	(1.183)				
	31/12/2025	31/12/2024	22. Imposto de renda e contribuição social:	31/12/2025	31/12/2024				
f) Despesas Administrativas:	(159.073)	(133.062)		IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL		
Pessoal próprio	(68.912)	(56.069)	Resultado antes da provisão do IRPJ e CSLL	67.287	67.287	112.404	112.404		
Serviços de terceiros	(55.556)	(48.949)	Ajustes Permanentes	1.662	1.662	2.143	2.143		
Localização e funcionamento	(9.551)	(8.961)	Ajustes temporários	719	719	1.549	1.549		
Publicidade e propaganda	(24.125)	(18.738)	Exclusões Permanentes	–	–	(70)	(70)		
Publicações	(25)	(28)	Exclusões temporários	(237)	(237)	(3.058)	(3.058)		
Outras despesas administrativas	(904)	(317)	Base de cálculo do IRPJ e CSLL	69.431	69.431	112.967	112.967		
g) Despesas com Tributos:	(53.882)	(46.874)	Provisão de IRPJ e CSLL	(17.334)	(10.415)	(28.218)	(16.945)		
PIS	(6.311)	(5.320)	Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT	138	–	229	–		
COFINS	(38.785)	(32.396)	Incentivos Fiscais Lei do Bem	–	–	432	259		
Taxa de fiscalização SUSEP	(4.404)	(4.422)	Créditos tribut. s/ prejuízo fiscal e base negativa	–	–	–	–		
Outros	(4.382)	(4.736)	Tributos diferidos s/ ajustes temporários	–	–	–	–		
	31/12/2025	31/12/2024	Total do IRPJ e CSLL	(17.196)	(10.415)	(27.558)	(16.686)		
h) Resultado Financeiro:	57.589	36.631	Taxa Efetiva	25%	15%	25%	15%		
Receitas financeiras	61.142	39.632	Os valores desta Nota Explicativa não conciliam com outras rubricas das demonstrações financeiras em razão do reconhecimento dos incentivos da Lei do Bem , referentes a 2024,						
Receitas com títulos de renda fixa privados	636	2.131							

contabilizados no exercício de 2025, conforme a legislação vigente. **23. Contingências judiciais:** As provisões são constituídas para processos com risco de perda classificado como provável e mensurável, com base na avaliação da Administração e de seus assessores jurídicos. Os processos avaliados como de perda possível são apenas divulgados, enquanto aqueles considerados remotos não são provisionados nem divulgados. Os saldos estão demonstrados a seguir:

31/12/2025			
Quantidade	Valor reclamado	Valor em risco	Valor provisionado
Provável	5	126	163
Possível	4	1.296	–
Total	9	1.422	163

31/12/2024

Quantidade	Valor reclamado	Valor em risco	Valor provisionado
Provável	6	878	494
Possível	4	1.296	–
Total	10	2.175	494

b) Contingências relacionadas a sinistro:

31/12/2025	31/12/2024
(R\$) Ações jud. pagas no exer. corren. e que estavam provisionadas em 31 de dez do exer. anterior.	2.463
Valor (R\$) provisionado na data de 31 de dez do exer. anterior de ações jud. pagas no exer. Corrente	93
Valor (R\$) processos encerrados sem pgto. no exer. corren., para os quais havia provisão constituída	–
(R\$) Ações judiciais pagas no exer. corren. e não provisionadas em 31 de dez do exer. anterior	–

24. Eventos subsequentes: A administração da Ezze Seguros não tem conhecimentos até data da emissão destas demonstrações financeiras de eventos subsequentes a data-base que impactem ou possam impactar a situação econômica ou financeira da Seguradora.

Membros da Diretoria			
Bruno Cals de Oliveira	Edgardo Gabriel Bugallo	Ivo Juca Machado	Richard Emiliano Soares Vinhosa
Diego Quintas Paes de Azevedo	Flávio de Moura Bisaggio	Marcia Tiemi Takakura	
Atuário responsável			
Rafael de Toledo Pereira - Atuário - MIBA n 2369			
Contador responsável			
Gustavo Lauretti - Contador - CRC 1SP304255/O-0			

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras	
Aos Administradores, Conselheiros e Acionistas da EZZE Seguros S.A., São Paulo – SP. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da EZZE Seguros S.A. (“Seguradora”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EZZE Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep). Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A diretoria da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras: A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora	continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua contabilidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião. • A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras. • Ao planejar a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. • A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a

Parecer dos atuários auditores independentes Parecer dos atuários auditores independentes	
Aos Acionistas e Administradores da Ezze Seguros S.A., São Paulo - SP. CNPJ nº 31.534.848/0001-24. Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis bem como os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Ezze Seguros S.A. (“Sociedade”), em 31 de dezembro de 2025, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP. Responsabilidade da Administração: A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Responsabilidade dos atuários auditores independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens auditados relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com	o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Em particular quanto ao aspecto de solvência da Sociedade, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Sociedade auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Sociedade são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. Opinião: Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

São Paulo, 27 de fevereiro de 2026.

Diana Yukie Naki dos Santos
Sócia - Contadora
CRC - SP300514/O

retenção da Ezze Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2025 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP e pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. **Outros Assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.



ERNST & YOUNG Serviços Atuariais SS, CIBA 57
Anderson Silva, CNPJ nº 03.801.998/0001-11 Atuária - MIBA 2.043

São Paulo, 27 de fevereiro de 2026.



PUBLICIDADE LEGAL

Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.											
CNPJ/MF nº 07.658.098/0001-18											
As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida, e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão. As Demonstrações Financeiras completas, incluindo o respectivo Relatório dos Auditores Independentes estão disponíveis no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/											
Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais – R\$)											
Ativo	Controladora		Consolidado		Passivo e Patrimônio Líquido	Controladora		Consolidado			
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024		
Ativo Circulante	838.680	816.874	905.090	885.175	Passivo Circulante	601.898	527.603	630.783	568.173		
Disponível	113.838	209.259	160.412	226.371	Débitos de Operações de Assistência à Saúde	268.890	347.801	300.039	356.135		
Realizável	724.842	607.615	744.678	658.804	Contraprestações/Prêmios a Restituir	31.358	34.380	31.601	34.463		
Aplicações Financeiras	518.895	339.722	532.065	355.100	Receita Antecipada de Contraprestações/Prêmios	38.083	52.342	41.808	56.036		
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas	–	–	–	–	Comercialização sobre Operações	1.845	1.771	2.411	2.130		
Aplicações Livres	518.895	339.722	532.065	355.100	Débitos de Operações de Administração de Benefícios	197.604	257.222	224.219	261.420		
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	43.200	59.879	48.716	65.370	Outros Débitos de operações com Planos de Assistência à Saúde	–	2.086	–	2.086		
Créditos de Operações de Administração de Benefícios	43.200	57.525	48.439	63.016	Provisões	403	–	577	9.289		
Outros Créditos de Operações com Plano de Assistência à Saúde	–	2.354	277	2.354	Provisão para IR e CSLL	403	–	577	9.289		
Créditos Tributários e Previdenciários	6.603	19.827	6.603	28.795	Tributos e Encargos Sociais a Recolher	8.451	9.760	10.120	10.759		
Bens e Títulos a Receber	148.199	184.064	149.349	205.355	Débitos Diversos	324.154	170.042	320.047	191.990		
Despesas Antecipadas	7.945	4.123	7.945	4.184	Passivo Não Circulante	138.717	194.907	140.021	199.349		
Ativo Não Circulante	827.921	805.112	807.549	799.232	Provisões	126.203	103.551	127.158	106.061		
Realizável a Longo Prazo	49.820	29.914	50.768	40.203	Provisões para Tributos Diferidos	63.585	43.015	63.402	45.324		
Créditos Tributários e Previdenciários LP	–	–	–	8.436	Provisões para Ações Judiciais	62.618	60.536	63.756	60.737		
Depósitos Judiciais e Fiscais	30.117	23.621	31.054	25.229	Débitos Diversos	12.283	91.134	12.632	91.791		
Outros Créditos a Receber e Direitos a Longo Prazo	19.703	6.293	19.714	6.538	Tributos e encargos sociais a recolher LP	231	222	231	1.497		
Investimentos	222.584	225.246	3.001	33	Patrimônio Líquido	925.986	899.476	941.835	916.885		
Participações Societárias pelo Método de Equivalência Patrimonial	222.551	225.213	2.968	–	Capital Social	314.006	314.006	314.006	314.006		
Participações Societárias – Operadora de Planos de Assistência a Saúde	222.551	225.213	2.968	–	Capital Social a integralizar	–	–	–	–		
Outros Investimentos	33	33	33	33	Reservas	611.980	585.470	611.980	585.470		
Imobilizado	19.263	18.933	20.481	20.239	Reservas de Capital	123.885	125.585	123.887	125.585		
Imobilizado – Não Hospitalares/Odontológicos	7.949	236	8.061	411	Reservas de lucro	488.095	459.885	488.093	459.885		
Imobilizações em curso	–	6.653	–	6.653	Lucros acumulados	–	–	–	–		
Direito de Uso de Arrendamentos	11.314	12.044	12.420	13.175	Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores	925.986	899.476	925.986	899.476		
Intangível	536.254	531.019	733.299	738.757	Participação dos não controladores no patrimônio líquido	–	–	15.849	17.409		
Total do Ativo	1.666.601	1.621.986	1.712.639	1.684.407	Total do Passivo e Patrimônio Líquido	1.666.601	1.621.986	1.712.639	1.684.407		
Demonstrações do Resultado do Exercício para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais – R\$)											
	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado			
	Acumulado até 31/12/2025	Acumulado até 31/12/2024	Acumulado até 31/12/2025	Acumulado até 31/12/2024		Acumulado até 31/12/2025	Acumulado até 31/12/2024	Acumulado até 31/12/2025	Acumulado até 31/12/2024		
Contraprestações Efetivas/Prêmios Ganhos de Plano de Assistência à Saúde	837.257	867.837	957.158	978.346	Resultado Líquido do Exercício	28.487	13.430	31.527	17.537		
Receitas com Operações de Assistência à Saúde	896.696	928.844	1.025.011	1.047.171	Total do Resultado Abrangente do Exercício	28.487	13.430	31.527	17.537		
Receitas com Administração	896.696	928.844	1.025.011	1.047.171	Atribuído a	–	–	–	–		
(-) Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora	(59.439)	(61.007)	(67.853)	(68.825)	Acionistas controladores	28.487	13.430	28.487	13.430		
Resultado das Operações com Planos de Assistência à Saúde	837.257	867.837	957.158	978.346	Acionistas não controladores	–	–	3.040	4.107		
Outras Receitas Operacionais	10.972	21.697	11.351	22.045	Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais – R\$)						
Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora	4.825	13.309	5.202	13.657	Atribuível a proprietários da controladora						
Outras Receitas Operacionais de planos de assistencia a saúde	6.147	8.388	6.149	8.388	Reservas de lucros						
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde	(258.363)	(260.346)	(293.352)	(295.091)	Capital social integrali-	314.006	119.122	62.801	404.978		
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde	(173.475)	(168.503)	(192.964)	(180.656)	Reser-va de capital	–	6.463	–	13.430		
Provisão para Perdas Sobre Créditos	(84.888)	(91.843)	(100.388)	(114.435)	Legal	62.801	–	–	–		
Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Rel. com Planos de Saúde da Operadora	(5.600)	(5.652)	(6.709)	(7.878)	Outros	404.978	–	–	13.430		
Resultado Bruto	584.266	623.536	668.448	697.422	Lucros acumu-	–	–	–	–		
Despesas de Comercialização	(15.940)	(27.474)	(24.636)	(35.099)	lados	–	–	–	–		
Despesas Administrativas	(402.312)	(473.892)	(460.899)	(524.423)	Total Contro-	–	–	–	–		
Resultado Financeiro Líquido	(121.480)	(139.070)	(112.696)	(132.127)	ladora	–	–	–	–		
Receitas Financeiras	85.693	79.669	95.798	87.524	Participação dos não	–	–	–	–		
Despesas Financeiras	(207.173)	(218.739)	(208.494)	(219.651)	controladores	–	–	–	–		
Resultado Patrimonial	10.147	11.347	2.000	–	Total Conso-	–	–	–	–		
Receitas Patrimoniais	12.040	11.347	2.000	–	lido	–	–	–	–		
Despesas Patrimoniais	(1.893)	–	–	–	Saldo em 31 de dezembro 2023	314.006	119.122	62.801	404.978		
Resultado antes dos Impostos e Participações	54.681	(5.553)	72.217	5.773	Lucro líquido do exercício	–	–	–	13.430		
Imposto de Renda	(3.863)	–	(10.126)	(6.869)	Ações restritas	–	6.463	–	6.463		
Contribuição Social	(1.513)	–	(3.800)	(2.523)	Juros sobre capital próprio	–	–	(7.894)	(13.430)		
Impostos Diferidos	(20.154)	19.807	(26.099)	21.980	Aporte de capital em controlada por minoritários	–	–	–	–		
Participações sobre o Lucro	(664)	(824)	(664)	(824)	Dividendos minoritários	–	–	–	–		
Resultado Líquido	28.487	13.430	31.527	17.537	Saldo em 31 de dezembro 2024	314.006	125.585	62.801	397.084		
Atribuível a	–	–	–	–	Lucro líquido do exercício	–	–	–	28.487		
Participações dos acionistas controladores	28.487	13.430	28.487	13.430	Ações restritas	–	2.945	–	2.945		
Participações dos não controladores	–	–	3.040	4.107	Opções outorgadas reconhecidas	–	387	–	387		
Resultado Líquido do Exercício	28.487	13.430	31.527	17.537	Transação de capital entre sócios	–	(5.032)	8	(5.024)		
Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais – R\$)					Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	(285)	(285)		
	Controladora		Consolidado		Reserva de lucro <td>–</td> <td>–</td> <td>28.202</td> <td>(28.202)</td>	–	–	28.202	(28.202)		
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	Dividendos minoritários	–	–	–	–		
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	–	–	–	–	Saldo em 31 de dezembro 2025	314.006	123.885	62.801	425.294		
(+) Recebimentos de planos de saúde	7.233.595	7.912.765	7.859.350	8.537.994	Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	–	–	–	–		
(+) Resgate de aplicações financeiras	1.232.587	1.428.025	1.397.368	1.573.433	Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamentos	–	–	–	–		
(+) Recebimentos de Juros de Aplicações Financeiras	44.927	49.482	49.824	51.319	(+) Integralização de capital social	–	–	–	1.849		
(+) Outros Recebimentos Operacionais	913.513	287.031	916.464	287.448	(-) Pagamentos de participações no resultado	(3.593)	(18.125)	(8.185)	(19.249)		
(-) Pagamentos a Fornecedores/Prestadores de Serviços de Saúde	(6.572.819)	(7.350.676)	(7.069.161)	(7.895.668)	(-) Pagamentos de juros e encargos sobre empréstimos/ financiamentos/leasing	(154.297)	(161.333)	(155.018)	(161.333)		
(-) Pagamentos de Comissões	(4.382)	(2.121)	(18.426)	(18.365)	Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	(157.890)	(179.458)	(163.203)	(178.733)		
(-) Pagamentos de Pessoal	(104.184)	(117.972)	(116.433)	(132.533)	Varição Líquida do Caixa	(95.421)	46.506	(65.959)	44.550		
(-) Pagamentos de Pró-Labore	–	–	–	(230)	Caixa – saldo inicial	209.259	162.753	226.371	181.821		
(-) Pagamentos de Serviços de Terceiros	(70.751)	(106.851)	(73.844)	(110.760)	Caixa – saldo final	113.838	209.259	160.412	226.371		
(-) Pagamentos de Tributos	(57.512)	(59.463)	(75.582)	(75.981)	Ativos livres no início do ano (*)	209.259	162.753	226.371	181.821		
(-) Pagamentos de Contingências (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	–	–	–	(70)	Ativos livres no fim do ano (*)	113.838	209.259	160.412	226.371		
(-) Pagamentos de Aluguel	(4.050)	(4.297)	(4.050)	(4.571)	Aumento das Aplicações Financeiras – Recursos Livres	(95.421)	46.506	(65.959)	44.550		
(-) Pagamentos de Promoção/Publicidade	(2.691)	(5.901)	(2.742)	(7.113)	(*) Refere-se ao saldo do grupo Disponível (Caixa, Bancos Conta Depósito, Aplicações de Liquidez Imediata e Numerários em Trânsito).						
(-) Aplicações Financeiras	(1.408.701)	(1.336.573)	(1.571.331)	(1.497.179)	Diretoria						
(-) Outros Pagamentos Operacionais	(1.108.595)	(453.851)	(1.151.682)	(465.169)	Maurício da Silva Lopes	Eduardo de Oliveira		Eder da Silva Grande			
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	90.937	239.598	139.755	242.555	Diretor Presidente	Diretor Vice-Presidente		Diretor Financeiro			
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos	–	–	–	–	Gianfranco Lucchesi		Contadora				
(+) Recebimentos de Dividendos	13.777	5.395	–	–	Diretor		Patrícia Hirano Diz				
							CRC-ISP 265.232/O-9				
As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do relatório da Administração e do relatório do auditor independente, estão disponíveis em https://ri.qualicorp.com.br/informacoes-financeiras/demonstracoes-financeiras/											

DATA MERCANTIL

SEMPRE DIVULGANDO SUAS INFORMAÇÕES E NÚMEROS COM TRANSPARÊNCIA, SEGURANÇA E QUALIDADE.

datamercantil.com.br

FALE CONOSCO POR E-MAIL
comercial@datamercantil.com.br

(PDR): é constituída para a cobertura das despesas exclusivas da Companhia relacionadas pela regulação do mercado segurador e segundo a metodologia descrita em NTA. A provisão é avaliada regularmente através de testes de consistência. **J) Teste de Adequação dos Passivos (TAP):** A cada data de balanço a Companhia elabora o Teste de Adequação dos Passivos (TAP), para todos os contratos em curso na data de execução do teste. Este teste é elaborado considerando-se como valor contábil todos os passivos de contratos de seguros deduzidos das despesas de comercialização diferidas e dos ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de seguros. O TAP considera premissas atuais e a melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros. Caso seja identificada deficiência no teste, a Companhia registra a perda imediatamente como despesa no resultado do período, constituindo a Provisão Complementar de Cobertura - PCC no caso de insuficiência na Provisão de Prêmio Não Ganho - PPNG, ou ajustando as provisões de passivos de seguros já registrados na data do teste. Para esse teste é adotada uma metodologia que considera a sua melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros brutos de resseguro, trazidos a valor presente, com base na taxa livre de risco, conforme determinações constantes na Circular SUSEP nº 648/21, que também incluem as despesas incrementais e acessórias de liquidação de sinistros utilizando-se premissas atuais para o teste. **K) Provisões e passivos contingentes:** Provisões são constituídas para todas as contingências referentes aos processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e para os quais uma estimativa razoável dos respectivos valores possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como: prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não havia ativos contingentes a reconhecer nem a informar. **L) Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferidos:** O Imposto de Renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 mil no exercício e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido é calculada à alíquota de 15%, destacando-se em notas explicativas eventuais isenções tributárias. A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados aos itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes). Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido sobre prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas e diferenças temporárias quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de levantamento das demonstrações contábeis e não serão reconhecidos quando não houver expectativa de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para que o crédito tributário seja utilizado. **M) PIS e COFINS:** As contribuições para o PIS são provisionadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4% na forma da legislação vigente. **N) Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio:** Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido ajustados de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. A distribuição de dividendos é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício, com base no Estatuto Social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é destinado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral. A Companhia pode optar por destinar parte do lucro sob a forma de juros sobre capital próprio como uma despesa antes do lucro líquido. **O) Resultado por ação:** O lucro (ou prejuízo) por ação é calculado pela divisão do lucro (ou prejuízo) líquido atribuído aos controladores da Companhia pela média ponderada do número de ações ordinárias em cada exercício. O montante do lucro (ou prejuízo) por ação foi determinado como se todos os lucros (ou prejuízos) fossem distribuídos e calculados de acordo com os requerimentos do CPC 41 – Resultado por ação. **P) Apuração do resultado:** O resultado é apurado de acordo com regime contábil de competência. **I - Prêmios emitidos:** Os prêmios de seguro são reconhecidos quando da aceitação dos riscos cobertos e correspondente emissão dos contratos, com base na melhor estimativa, podendo ser ajustados ao longo do período de vigência. A Companhia constitui o prêmio RVNE com base em metodologia própria, conforme consta da Nota Técnica Atuarial (NTA). Os prêmios emitidos são apropriados ao resultado, de acordo com o prazo de vigência dos contratos, ao longo do período de risco. **II - Comissão de corretagem e comissão diferida:** As despesas de comercialização oriundas de corretagens são registradas quando da emissão das apólices e apropriadas ao resultado, de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. **III - Sinistros:** Os sinistros são contabilizados a partir do momento em que a Companhia é notificada pelo segurado. **IV - Participações nos lucros:** O plano de participações dos empregados e administradores nos lucros é baseado, atualmente, no Acordo Coletivo da categoria dos securitários. **4. GERENCIAMENTO DE RISCOS:** A Companhia, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros. Abaixo apresentamos informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Companhia na gestão e mitigação de cada um destes riscos: **A) Risco de seguro ou subscrição:** Pela natureza intrínseca de um contrato de seguro, o risco de subscrição apresenta características de aleatoriedade e sua previsibilidade é baseada em técnicas estatístico-atuariais. Como parte de sua política de gestão de riscos, a Companhia possui critérios de aceitação e de precificação de contratos de seguro, específicos para cada linha de negócio, que buscam minimizar riscos de anti-seleção e garantir um nível de rentabilidade adequado frente aos riscos assumidos. Para um grupo de contratos de seguro em que a Teoria da Probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento, a Administração entende que o principal risco transferido é o risco de que sinistros avisados e os pagamentos de benefícios resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de seguros. Para mitigar o risco de subscrição, a Companhia utiliza estratégias de diversificação de riscos. Os fatores que minimizam a volatilidade do risco de subscrição incluem: a diversificação geográfica dos riscos assumidos; a diversificação por linha de negócio, objetivando a construção de uma carteira de negócios balanceada; a diversificação por tipo de cliente, fator relevante para microsseguros. • Concentração de risco: a potencial exposição aos riscos de concentração de seguro são monitoradas, por meio de análises de determinadas áreas geográficas, utilizando-se uma série de premissas sobre as características potenciais da exposição ao risco. • Sensibilidade do risco de seguro: o risco de seguro é definido como a possibilidade de perdas decorrentes de falhas na precificação dos produtos de seguros, bem como a inadequação em relação à estimativa das provisões técnicas. As provisões técnicas representam valor significativo do passivo e correspondem aos diversos compromissos financeiros futuros da Companhia com seus clientes. A seguir, algumas práticas da Companhia para mitigação do risco de subscrição: • Política de subscrição: os elementos-chave da política de subscrição são: I - Manutenção de controle centralizado de subscrição, para garantir que as políticas e os procedimentos sejam utilizados de maneira consistente e apropriada; II - Acompanhamento permanente da qualidade dos negócios; III - Utilização de técnicas para o desenvolvimento de seu próprio banco de dados de subscrições, sinistros e outras experiências estatísticas para que se possa selecionar e avaliar riscos de forma técnica e comercialmente precisa. Para o gerenciamento do risco de subscrição a Companhia mantém mecanismos que identificam, quantificam e gerenciam exposições acumuladas para contê-las dentro dos limites definidos nas políticas e normas internas, tendo como objetivo final desenvolver sua carteira de seguros de forma conservadora e rentável. A estratégia de subscrição visa diversificar, de forma padronizada, as operações de seguros para assegurar o balanceamento da carteira e o atendimento às necessidades dos clientes. Baseia-se no agrupamento de riscos com características similares, de forma a reduzir o impacto de volatilidade nos resultados e severidade dos sinistros. A Política de Subscrição abrange todos os ramos de seguros

operados e considera a experiência histórica e as premissas técnicas e atuariais. O monitoramento da carteira de contratos de seguros permite o acompanhamento da performance de cada produto, bem como possibilita avaliar a eventual necessidade de alterações. • Política de transferência de riscos: como forma de diluir e homogeneizar a responsabilidade na aceitação dos riscos subscritos pela Companhia, foi definida a Política de Transferência de Riscos, a qual é revisada, no mínimo, de dois em dois anos. As diretrizes para transferência de riscos contêm, entre outras disposições, os riscos a serem ressegurados ou mitigados, considerando limites de retenção e aceitação por linha de negócio, critério mínimos para aceitação dos resseguradores e parâmetros de distribuição de resseguros. Os contratos de resseguro firmados são das modalidades proporcional e não proporcional, de forma a reduzir e proteger a exposição dos riscos isolados e dos riscos de natureza catastrófica; adicionalmente, são feitas contratações de resseguro facultativo para gerenciamento do risco de severidade da perda de determinados negócios. Cabe destacar que as retenções fixadas em contratos de resseguro são iguais ou inferiores aos limites técnicos fixados com a SUSEP, em conformidade com a legislação vigente. **B) Risco de crédito:** A Administração possui práticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos, além de monitoramento do risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares, levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. A Companhia dispõe das seguintes práticas e procedimentos visando mitigar sua exposição ao risco de crédito: • Gerenciamento do risco de crédito da Companhia, pelo qual eventuais transgressões a limites de exposição são apresentadas para a Administração da Companhia. A pertinência das práticas de gerenciamento do risco de crédito e as mudanças no ambiente de risco são revisadas periodicamente. • Os limites líquidos de exposição são monitorados para cada contraparte ou grupos de contrapartes, segmentos por área geográfica ou setor (ou seja, são estabelecidos limites para investimentos, depósitos à vista, exposições cambiais e classificação mínima de risco de crédito para investimentos que podem ser mantidos). • O resseguro é realizado com contrapartes que possuem boas classificações de crédito e a concentração de risco é evitada mediante a observância das orientações previstas na política relacionada aos limites das contrapartes e revisados com frequência. A Administração da Companhia realiza uma avaliação de crédito das resseguradoras e atualiza a estratégia de contratação de resseguro, ao mesmo tempo apurando uma provisão adequada para redução no valor recuperável quando necessário. • O risco de crédito atribuído aos saldos de clientes, incorridos a partir da falta de pagamento, são individualizados para os contratos firmados pela Companhia. Caso não ocorra o pagamento de uma determinada parcela, o contrato de seguro em questão poderá ser cancelado, com o consequente cancelamento do período de risco a decorrer, sem prejuízos para a Companhia, ou endossado, para ajuste da importância segura ao montante de prêmio efetivamente pago. O quadro a seguir apresenta o total de ativos financeiros de acordo com a classificação de risco de crédito pela agência classificadora

	AAA	BB	Sem rating	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	788	-	-	788	3.060
Certificados de depósito bancário	-	20	-	20	-
Cotas de fundos de investimentos abertos	-	-	14.633	14.633	-
Prêmios a receber	-	-	32.693	32.693	1.050
Operações com seguradoras	-	-	1.687	1.687	-
Sinistros pagos e não recuperados	-	9.899	-	9.899	-
Sinistros pendentes de resseguros	-	6.706	-	6.706	-
IBNR de resseguros *	-	6.203	-	6.203	-
Outros créditos	-	-	650	650	-

Exposição máxima de risco de crédito 788 22.828 49.663 73.279 4.110
Total circulante 788 22.828 49.663 73.279 4.110
* IBNR - Provisão de sinistros ocorridos e não avisados. **C) Risco de liquidez:** O risco de liquidez é o risco de que uma entidade enfrente dificuldades em honrar suas obrigações associadas aos ativos e passivos financeiros. Com relação aos eventos catastróficos, há também um risco de liquidez associado às diferenças de época entre os valores brutos de saídas de caixa e a expectativa de recuperação de valores de resseguro. A Companhia dispõe das seguintes práticas e procedimentos visando mitigar sua exposição ao risco de liquidez: • O gerenciamento do risco de liquidez estabelece a avaliação e a determinação do que constitui um nível de risco de liquidez tolerável para a Companhia; • A pertinência das práticas de acompanhamento do risco de liquidez e as mudanças no ambiente de risco são revisadas periodicamente; • Estabelecimento de orientações sobre apropriações de ativos, estrutura de alçadas na carteira e perfis de vencimento dos ativos, de modo a assegurar a disponibilidade dos recursos suficientes para atender às obrigações previstas nos contratos de seguro e investimento; • A Companhia concentra seus investimentos em papéis de mercados ativos, possibilitando sua realização independente do vencimento escritural do título; • Os contratos de resseguro da Companhia possuem cláusulas de adiantamento de despesas para o pagamento de sinistros vultosos (cash calls); • Definição de planos para financiar contingências que especificam as proporções mínimas de recursos para atender às situações emergenciais, além de identificar de forma específica os eventos que podem recorrer a tais planos; • A Companhia monitora, por meio da gestão de ativos e passivos, Asset Liability Management (ALM), as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos. A seguir, demonstramos os ativos e passivos financeiros da Companhia, por data de vencimento:

	2025	2025	2024	2024
	até 1 ano	a 5 anos	até 1 ano	a 5 anos
Ativos financeiros				
Caixa e equivalente de caixa	788	-	788	3.060
Aplicações Financeiras	14.653	25.864	40.517	17.917
Créditos das operações	1.687	-	1.687	1.050
Ativos de contratos de resseguros	9.899	-	9.899	-
Títulos e créditos a receber	3.849	-	3.849	157
Total ativos financeiros	30.876	25.864	56.740	4.267
Passivos financeiros				
Contas a pagar	3.698	-	3.698	658
Débito das operações	27.151	-	27.151	117
Depósitos de terceiros	277	-	277	25
Provisões técnicas	46.897	-	46.897	827
Total de passivos financeiros	78.023	-	78.023	1.627

D) Riscos de mercado: Compreende três modalidades: I) Risco taxa de câmbio (risco de moeda), II) Risco taxa de juros e III) Risco de preços. O gerenciamento dos riscos de mercado inclui as seguintes práticas: • Definição da apropriação de ativos e da estrutura na carteira, visando assegurar que os ativos lastreiem passivos expostos ao risco de mercado, caso existam; • Concentração de seus investimentos em títulos federais, ou em fundos de renda fixa, de modo que a principal exposição ao risco nos investimentos é o risco sistêmico do país; **I - Risco de taxa de câmbio (risco de moeda):** consiste no risco do valor justo ou dos fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilar devido a mudanças nas taxas de câmbio de moeda estrangeira. Sensibilidade à variação cambial: A carteira de investimentos da Companhia não estava exposta aos riscos decorrentes de variações cambiais em 31 de dezembro de 2025. **II - Risco de taxa de juros:** o risco de taxa de juros consiste no risco de flutuações no valor ou nos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro devido às variações nas taxas de mercado. Os instrumentos de renda fixa expõem a Companhia a riscos de juros a valor justo. A política adotada para o risco de taxa de juros determina que a Companhia administre tal risco mantendo uma combinação adequada entre instrumentos a juros fixos e a juros variáveis. Sensibilidade à taxa de juros: A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes. Foi utilizada como premissa a variação em 1% nos preços dos títulos públicos federais pós-fixados, considerando o impacto no valor das cotas dos fundos de investimento que integraram a carteira de ativos da Companhia durante o exercício de 2025. A partir desta simulação o valor das cotas dos fundos de investimento ajustados para a nova taxa de juros, foi possível calcular o impacto sobre o valor dos ativos da Companhia e, consequentemente, o impacto no patrimônio líquido e

resultado. **III - Risco de preço:** são os riscos do valor justo ou dos fluxos de caixa futuros, de instrumentos financeiros, oscilarem como resultado das alterações nos preços de mercado (que não são as que decorrem do risco de taxa de juros ou riscos cambiais), quer sejam essas alterações por fatores específicos do instrumento financeiro ou fatores que afetem todos os instrumentos financeiros semelhantes negociados no mercado. Sensibilidade à taxa de inflação: A carteira de investimentos da Companhia não estava exposta aos riscos decorrentes de variações de inflação em 31 de dezembro de 2025. **E) Risco operacional:** A Companhia define risco operacional como o risco de perda resultante de processos internos, erros e omissões pelos colaboradores, sistemas de informações inadequados ou falhos, extrapolação de autoridade dos colaboradores, desempenho insatisfatório, falhas na adoção dos critérios de subscrição, fraudes e eventos externos que ocasionem ou não a interrupção de negócios. A gestão de riscos operacionais na Companhia é realizada pelas áreas de negócio, pela unidade de gerenciamento de riscos e pela Diretoria, por meio da avaliação e melhorias dos procedimentos operacionais. **I - Teste de sensibilidade nas atividades de seguros e resseguro:**

	Impacto no resultado e patrimônio líquido em 31/12/2025	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Sinistro ocorrido	Aumento de 5% (65.225)	(38.624)
Sinistro ocorrido	Redução de 5% (59.013)	(34.946)

Impacto no resultado e patrimônio líquido em 31/12/2024

	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Sinistro ocorrido	Aumento de 5% (864)	(864)
Sinistro ocorrido	Redução de 5% (782)	(782)

II - Concentração de risco por região de atuação O quadro abaixo mostra a concentração de riscos por região de atuação, baseada no valor do prêmio líquido de resseguro

	2025	2024
Região		
Centro-oeste	2.901	-
Nordeste	3.458	-
Norte	143	-
Sudeste	19.852	4
Sul	13.111	-
Prêmios não proporcionais	3.719	-
Prêmios RVNE	1.176	-
Total	44.360	4

F) Risco de capital: A Companhia executa suas atividades de gestão de risco de capital com o objetivo de atender aos requerimentos de capital mínimo, segundo critérios de exigibilidade de capital constantes da regulação aplicável ao mercado segurador, e para manter o retorno sobre o capital para os acionistas. A Companhia mantém níveis de capital dentro dos requerimentos mínimos regulatórios, conforme Nota Explicativa nº 16.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA: São considerados caixa e equivalentes de caixa as contas correntes mantidas junto as instituições financeiras, bem como as aplicações com prazo de vencimento inferior a 90 dias

	2025	2024
Contas bancárias	788	3.060
Total	788	3.060

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS:

A) Carteira de aplicações por vencimentos:

	2025				
Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado					
Até 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Valor contábil / mercado	Participação %	Taxa de juros por papel a.a.	
Títulos de renda fixa	20	-	20	-	CETIP
Certificado de depósito bancário	-	-	-	-	-
Cotas de fundos de investimentos abertos	14.633	-	14.633	36%	-
Total	14.653	-	14.653	-	-

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

	2025	2024			
Letras do tesouro nacional - LTN	-	9.487	9.487	23%	SELIC
Letras financeira do tesouro - LFT	-	16.377	16.377	40%	SELIC
Total	-	25.864	25.864	-	-

Total das Aplicações Financeiras 14.653 25.864 40.517 100%

7.1.1 Movimentação de prêmios a receber:

	Automóveis	Pessoas Coletivo	Microsseguros	Patrimonial	Respostabilidades	Riscos financeiros	Petróleo	Pessoas Individual	Total (Prêmios a receber)
Saldo em 31/12/2024	721	283	41	5	-	-	-	-	1.050
(+) Prêmios Emitidos	82.535	3.278	421	28.074	512	231	2	2.810	117.863
(-) Cancelamentos	(14.839)	(90)	-	(1.691)	-	-	-	-	(16.620)
(+/-) RVNE	299	-	-	1.428	35	24	-	136	1.922
(+) Imposto sobre operações financeiras	4.996	12	2	1.748	38	-	-	11	6.807
Recebimentos	(53.449)	(3.131)	(425)	(18.402)	(255)	(119)	(2)	(2.546)	(78.329)
Saldo em 31/12/2025	20.263	352	39	11.162	330	136	-	411	32.693

7.2 Operações com seguradoras:

	2025	2024
Microsseguros	1.687	-
Total	1.687	-

7.3 Operações com resseguros:

	Ressegurador Local	Ressegurador Admitido	Ressegurador Eventual	2025
Sinistros pagos				
Automóveis	-	-	9.899	9.899
Total sinistros pagos	-	-	9.899	9.899
Despesas Pagas	-	-	-	-
Total geral	-	-	9.899	9.899

7.3.1 Aging de reconhecimento dos pagamentos:

	até 30 dias	31 a 60 dias	61 a 120 dias	acima 121 dias	Total
Sinistros pagos					
Automóveis	-	-	9.899	-	9.899
Total sinistros pagos	-	-	9.899	-	9.899
Despesas Pagas	-	-	-	-	-
Total geral	-	-	9.899	-	9.899

7.4 Outros créditos operacionais: As operações referem-se a valores a serem recuperados após a análise das bases operacionais correspondentes, montante de R\$ 650, em 2025.

8. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER:

	2025	2024
Créditos a receber	-	-
Créditos tributários e previdenciários	3.849	-
Adiantamentos pessoal próprio	-	24
Outros créditos	-	132
Total	3.849	156
Total circulante	3.849	156

8.1 Créditos tributários e previdenciários:

	Consti-tuição	2025
Créditos tributários a compensar / recuperar		
Tributo e contribuições a compensar (I)	-	1.549
Contribuições e impostos pagos a maior a recuperar (II)	-	2.300
Total circulante	-	3.849

I - Refere-se ao pagamento a maior de IRPJ e CSLL e Saldo Negativo de PIS e COFINS; II - Contribuições e impostos pagos a maior;

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

	Até 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Valor contábil / mercado	Participação %	Taxa de juros por papel a.a.
Ativos financeiros mantidos até o vencimento					
Letras do tesouro nacional - LTN	-	9.401	9.401	52%	SELIC
Letras financeira do tesouro - LFT	-	8.516	8.516	48%	SELIC
Total	-	17.917	17.917	-	-

Total das Aplicações Financeiras - 17.917 17.917 100%

B) Hierarquia dos ativos financeiros: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos; • Nível 2: Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • Nível 3: Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

C) Movimentação dos títulos e valores mobiliários:

	2025	2024
Certificado de depósito bancário	1	20
Cotas de fundos de investimentos abertos	1	14.633
Ativos financeiros mantidos até o vencimento		
Títulos de renda fixa	1	9.487
Letras do tesouro nacional - LTN	1	9.401
Letras financeira do tesouro - LFT	1	8.516
Total	1	16.377

7. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES DE SEGUROS E RESSEGUROS: Compreendem os prêmios a receber oriundos de contratos de seguros e sinistros pagos a recuperar de resseguradoras. **7.1 Composição de prêmios a receber por ramos e aging de créditos:**

	2025	2024
Prêmios a receber	32.693	1.050
Operações com seguradoras	1.687	-
Operações com resseguros	9.899	-
Outros créditos operacionais	650	-
Total	44.929	1.050
Total circulante	(44.929)	(1.050)

Dias a vencer

	até 30 dias	31 a 60 dias	61 a 120 dias	acima 121 dias	Total
Grupo de ramos					
Automóveis	3.851	295	246	888	5.280
Pessoas Coletivo	191	-	-	-	191
Pessoas Individual	411	-	-	-	411
Patrimonial	3.090	913	2.813	2.930	9.746
Riscos Financeiros	34	34	68	-	136
Responsabilidades	110	-	110	110	330
Microsseguros	31	-	-	-	31
Sem vencimento	1.922	-	-	-	1.922
Saldo 2025	9.640	1.242	3.237	3.928	18.047

Dias a vencer

	até 30 dias	31 a 60 dias	61 a 120 dias	acima 121 dias	Total
Grupo de ramos					
Automóveis	721	-	-	-	721
Pessoas Coletivo	283	-	-	-	283
Patrimonial	5	-	-	-	5
Microsseguros	41	-	-	-	41
Saldo 2024	1.050	-	-	-	1.050

Dias vencidos

	até 30 dias	31 a 60 dias	61 a 120 dias	acima 121 dias	Total
Grupo de ramos					
Automóveis	924	5.494	7.801	-	14.219
Pessoas Coletivo	159	-	-	2	161
Patrimonial	142	35	56	25	258
Microsseguros	8	-	-	-	8
Saldo 2025	1.233	5.529	7.857	27	14.646

9. CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS: 9.1 Composição dos custos de aquisição diferidos

	2025	2024
Grupo de ramos		
Automóveis	476	42
Patrimonial	1.207	2
Riscos financeiros	35	-
Responsabilidades	4	-
Total	1.722	44

9.2. Movimentação dos custos de aquisição diferidos

	2024	Constituição	Reversão	2025
Grupo de ramos				
Automóveis	42	434	-	476
Patrimonial	2	1.205	-	1.207
Riscos financeiros	-	35	-	35
Responsabilidades	-	-	-	-
Total	44	1.674	-	1.718

10. IMOBILIZADO: Em 2025, o total de ativos correspondem a R\$ 141 mil (R\$ 27 mil, em 2024).

11. INTANGÍVEL: A Companhia não possui posição de ativos intangíveis em 2025 e 2024.

12.

ramos que a Companhia opera. As comissões de corretagem a pagar são oriundas de contratos de seguros intermediados por corretores de seguros regulamentados pelo órgão regulador. Os prêmios a restituir são oriundos de restituições de prêmios decorrentes de pedidos de cancelamentos ou de endossos de apólices emitidas. **13.1 Composição de prêmios a restituir**

Grupo de ramos : A Companhia não apresentou saldo de prêmios a restituir no final do exercício de 31/12/2025. **13.1.1 Movimentação de prêmios a restituir** : A Companhia não apresentou movimentação de prêmios a restituir no final do exercício de 31/12/2025. **13.2 Operações com seguradoras Cossuogros cedidos**: Os prêmios cedidos em cossuogros são oriundos de cessão de parte dos riscos assumidos por contratos de seguros celebrados pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía saldo de R\$ 1.000 (R\$ 500 em 2024) em cossuogros cedidos, sendo que R\$ 400 (R\$ 300 em 2024) em cossuogros emitidos e R\$ 600 (R\$ 200 em 2024) em cossuogros cedidos a pagar, líquidos de comissões, de parcela dos prêmios de seguros recebidos a serem repassados às seguradoras na proporção da cessão de cossuogros cedidos. **13.3 Operações com resseguradoras**: Composição de prêmios cedidos em resseguros a pagar.

Grupo de ramos	2024	Local	Admitido	Eventual	2025
Automóveis	-	-	-	18.402	18.402
Patrimonial	-	3.227	617	2.984	6.828
Total	-	3.227	617	21.386	25.230
Grupo de ramos	2023	Local	Admitido	Eventual	2024
Patrimonial	-	-	-	2	2
Total	-	-	-	2	2

13.4 Composição dos corretores de seguros e resseguros

Grupo de ramos	Pagos	Comissões	RVNE	Total
Automóveis	(6.029)	6.624	12	607
Patrimonial	(4.029)	4.276	148	395
Riscos financeiros	(34)	37	-	3
Responsabilidades	-	-	4	4
Pessoas Coletivo	(1.015)	1.118	-	103
Microseguros	(47)	52	-	5
Circulante 2025	(11.154)	12.107	164	1.117
Grupo de ramos	Pagos	Comissões	RVNE	Total
Automóveis	(193)	273	-	80
Patrimonial	(1)	2	-	1
Pessoas Coletivo	(75)	107	-	32
Microseguros	(12)	16	-	4
Circulante 2024	(281)	398	-	117

normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor A Administração da BVIX Seguradora S.A. é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa

PUBLICIDADE LEGAL

continuação

opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis: A administração da BVIX Seguradora S.A. é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da BVIX Seguradora S.A. continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a BVIX Seguradora S.A. ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da BVIX Seguradora S.A. são aqueles

BVIX Seguradora S.A.

com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações contábeis como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações contábeis.
- Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações contábeis: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e

econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações contábeis com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações contábeis são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações contábeis.

- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da BVIX Seguradora S.A.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas

divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da BVIX Seguradora S.A. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a BVIX Seguradora S.A. a não mais se manter em continuidade operacional.

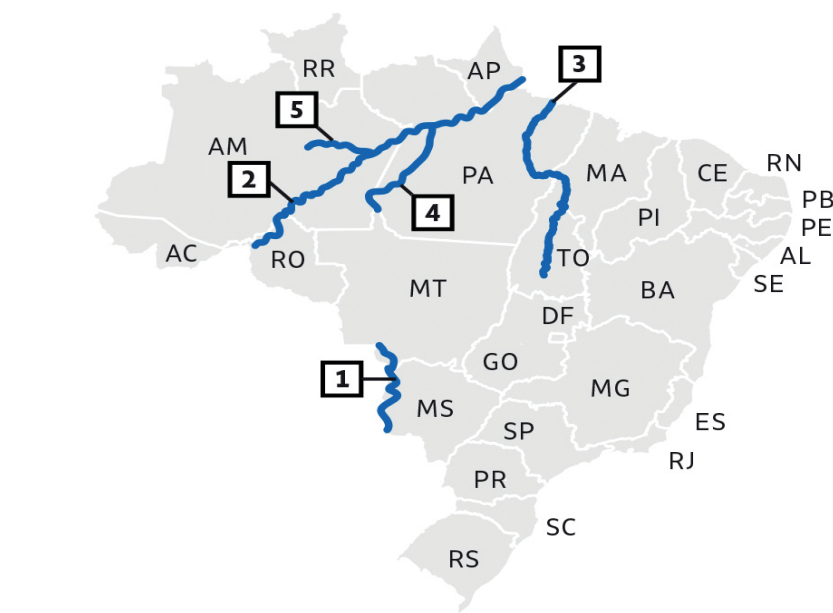
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2026.

Moreira Associados
Auditores Independentes S/S
CRC RS 004632/O S SP

Diego Rotermond Moreira - Contador
CRC RS 68603 S SP - CNAI Nº 1128
Sócio – Responsável Técnico

Projetos de concessões de hidrovias



- 1

Rio Paraguai
Extensão: 600 km
Trecho: Corumbá (MS) a Porto Murtinho (MS)
Editai: 2º semestre de 2026
Leilão: 2º semestre de 2026
- 2

Rio Madeira
Extensão: 1.086 km
Trecho: Porto Velho (RO) a Itacoatiara (AM)
Editai: 1º semestre de 2027
Leilão: 1º semestre de 2027
- 3

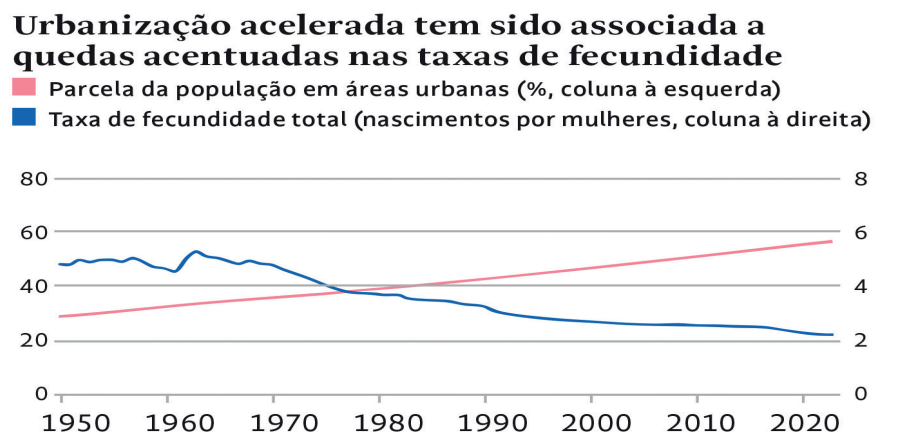
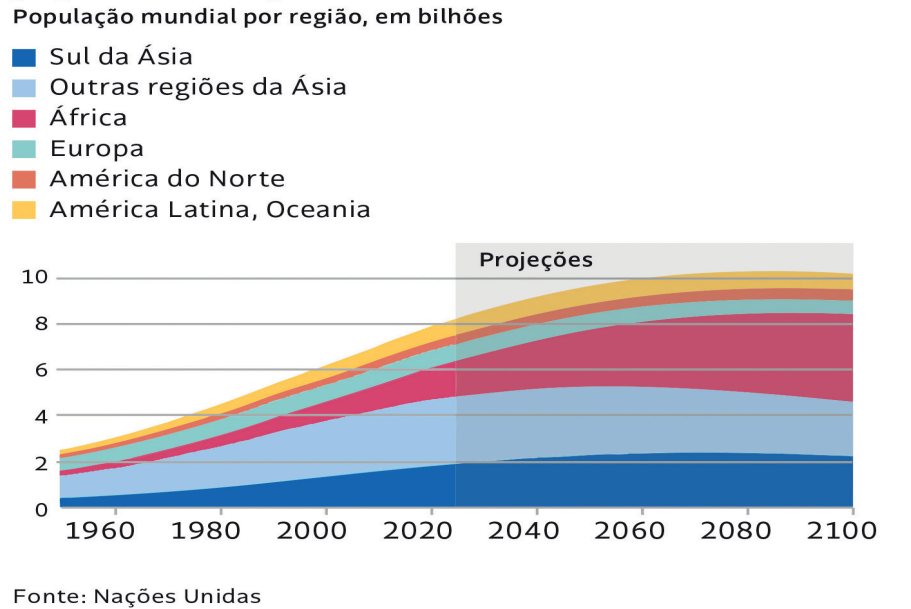
Rio Tocantins
Extensão: 1.500 km
Trecho: Belém (PA) a Peixe (TO)
Editai: 2º semestre de 2026
Leilão: 1º semestre de 2027
- 4

Rio Tapajós
Extensão: 345 km
Trecho: Itaituba a Santarém (PA)
Editai: 2º semestre de 2026
Leilão: 1º semestre de 2027
- 5

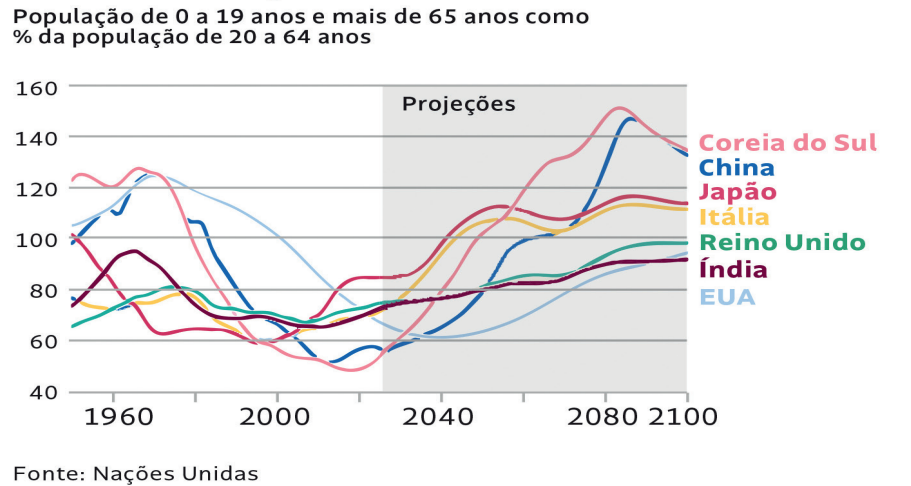
Rio Amazonas (Hidrovia Verde)
Extensão: 1.600 km
Trecho: Manaus a Foz do Amazonas (AM)
Editai: 1º semestre de 2027
Leilão: 1º semestre de 2027

Fonte: Ministério de Portos e Aeroportos

África domina as projeções de tendências populacionais globais



Taxa de dependência deve aumentar, mas somente após cair bastante



NEGÓCIOS

Mês de março continuará com bandeira tarifária verde, define Aneel



A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) anunciou nesta sexta-feira, 27, a bandeira tarifária verde para o mês de março, patamar vigente desde janeiro deste ano. Com as condições favoráveis à geração de energia no País, os consumidores não terão o valor adicional nas faturas no próximo mês.

Houve um aumento no volume de chuvas em fevereiro, resultando na elevação do nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas. Contudo, mesmo com a bandeira verde e as condições de geração favoráveis, pode haver despacho complementar de usinas termelétricas.

O eventual acionamento dessas usinas é justificado pela Aneel como garantia

para a “robustez do sistema elétrico em situações operativas específicas”. O anúncio para março vem conforme a previsão para os primeiros meses do ano.

Para a segunda metade do ano de 2026 é vislumbrado o acionamento de bandeiras com cobrança adicional para os consumidores, após o fim do período chuvoso. Como o Broadcast (sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado) mostrou, a possibilidade de El Niño no segundo semestre deste ano, com seu efeito no aumento das temperaturas e redução das chuvas no Norte e Nordeste do País, reforça essa perspectiva de bandeiras tarifárias mais caras ao longo do ano.

Em janeiro, o Comitê de Monitoramento do Setor

Elétrico (CMSE) anunciou um conjunto de ações consideradas preventivas para o atendimento eletroenergético de 2026, tendo em vista os alertas sobre armazenamento de hidrelétricas. Foi recomendada, por exemplo, a elaboração de um plano de ação envolvendo as instituições e os agentes responsáveis por tratar das reduções de vazão mínima na bacia do Paraná. Isso ajuda no gerenciamento dos níveis dos reservatórios.

Além do risco hidrológico (GSF), gatilho para o acionamento das bandeiras mais caras, outro fator de peso é o aumento do Preço de Liquidação de Diferenças (PLD) – valor calculado para a energia a ser produzida em determinado período.

IstoÉDinheiro

Stanley entra no mercado Pet com tigelas a partir de R\$ 319

A fabricante de recipientes térmicos Stanley 1913 disponibilizou seus primeiros produtos para animais de estimação no Brasil e, em apenas três dias, alcançou sua melhor pré-venda, com 186% mais unidades vendidas do que no recorde anterior. A empresa não informa o número exato comercializado.

Batizados como Pet Bowls, os recipientes chegam ao país em dois tamanhos, para animais de diferentes portes: 710 ml (R\$ 319) e 1,4 L (R\$ 359). As cores disponíveis são Black 2.0 (preto), Cream (branco), Rose Quartz (rosa) e Blue Sky (azul).

A pré-venda segue até segunda-feira, 2, quando ocorrerá o lançamento oficial. Por ora, apenas fãs cadastrados no hub de relacionamento da marca, Legionários, podem adquirir o produto. A partir da próxima semana, a tigela estará disponível nas lojas físicas, no site da Stanley 1913 e na rede de petshops PetLove.

A empresa afirma que o produto surgiu de pedidos feitos pelos clientes. “O Pet Bowl expande a nossa liderança em hidratação para uma nova categoria”, afirma a diretora executiva de marketing da empresa na América Latina, Patrícia Esteves. “Mais do que um acessório, ele reforça nosso compromisso com produtos que unem funcionalidade, cuidado e estilo de vida.”

Feitas de aço inoxidável 18/8 (18% de cromo e 8% de níquel) com parede dupla, as tigelas têm formato levemente afunilado para ajudar a evitar respingos. O material garante a manutenção da água gelada e dos alimentos frescos por períodos mais longos do que os potes convencionais. A empresa afirma ainda que ele não retém odores, sabores ou bactérias.

IstoÉDinheiro



Motos chinesas entram na mira de fabricantes locais a exemplo dos carros da BYD



A empresa chinesa Shineray passou a ser acusada de atuação ilegal no Brasil, situação parecida à enfrentada pela BYD com seus carros elétricos.

A montadora, que está há 20 anos no país, virou alvo de uma investigação do Ministério da Justiça após uma denúncia feita pela Abraciclo (Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares), que reúne fabricantes como Honda e Yamaha.

A Senacon (Secretaria Nacional do Consumidor, órgão da pasta) declarou que instaurou procedimento para averiguação preliminar. Se as irregulari-

dades forem comprovadas, as punições podem incluir multas, recall e até a suspensão de vendas.

Assim como a BYD, a Shineray é acusada de usar kits montados na China para vender motos no país, driblando a indústria nacional. Pesa sobre a fabricante de motos, porém, a acusação extra de supostamente excluir componentes para ter um preço mais barato.

Em documentos aos quais a reportagem teve acesso, a Abraciclo questiona como a marca chinesa consegue vender modelos por valor 30% menor do que os de concorrentes e diz que essa diferença estaria ligada à ausência de equipamentos obrigatórios, como peças para controle

de poluição, além do uso de produtos importados já acabados, o que resultaria em um processo produtivo mais simples no Brasil.

A Shineray nega irregularidades, afirma que cumpre todas as normas e tem sido alvo de perseguições de seus concorrentes, que atuam como um cartel.

Na denúncia que enviou à Senacon, a associação afirma que laudos técnicos independentes “trazem à luz o conjunto de indícios que corroboram a tese de que a denunciada [Shineray] introduz produtos no mercado consumidor brasileiro em total desconformidade com a legislação consumerista e com a regulamentação vigente”.

Folhapress